Fundado em 5 de abril de 1933 TERÇA-FEIRA, 12 DE DEZEMBRO DE 2023

N^a 25.547



Preço banca: R\$ 3,50

Alta temporada do turismo deve movimentar R\$ 155 bi no Brasil

Sucesso da COP depende de texto sobre combustível fóssil, diz Marina

Página 8

Crimes de natureza sexual crescem em São Paulo

Página 3

Unidades do
Cate iniciam
a semana com
mais de
900 vagas de
emprego em
processos
seletivos

www.jornalodiasp.com.br

As unidades do Cate – Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo da Prefeitura de São Paulo iniciam a semana com mais de 900 vagas de emprego em processos seletivos nas áreas de serviços, comércio e construção civil. Os interessados podem consultar as vagas até quarta-feira (13) e se candidatarem pessoalmente em uma das 27 unidades da rede, ou pelo portal do serviço.

São mais de 230 oportunidades para quem deseja trabalhar com limpeza e conservação de áreas públicas. Os selecionados irão executar serviços de capinação, raspagem, pintura de meio fio e ajudar na roçagem, manutenção, limpeza, troca, reparo e etc. As vagas também contemplam auxiliares de limpeza para estabelecimentos, chefe de equipe, limpador de vidros e zelador.

Muitas vagas não exigem nenhuma experiência profissional, algumas seis meses. O nível de escolaridade exigido vai de ensino fundamental incompleto a médio completo, a depender do cargo. Há postos intermitentes que oferecem pagamento diário de R\$ 90 e permanentes que oferecem de R\$ 1.417,14 a R\$ 2.010 por mês.

Há também mais de 50 vagas para operador de telemarketing e de cobrança. Entre elas, oportunidades de estágio para quem está cursando o ensino médio e procura o primeiro emprego, com salário de R\$ 700. Também há postos efetivos com remuneração de R\$ 1.320 a R\$ 1.500, sendo necessário ter o ensino médio completo, a maioria exige seis meses de experiência A escala de trabalho para qualquer um destes é de 6x1.

Outro setor que oferece vagas para quem ainda está cursando o ensino médio é o de atendimento, em lanchonetes, cafeterias, padarias, lojas ou mesmo como recepcionista. Além disso, há mais vagas intermitentes, também por R\$ 90 por dia mais benefícios. Muitas não requerem nenhuma experiência, algumas de três a seis meses. A maioria necessita que os candidatos tenham ensino médio completo, mas para algumas pode estar incompleto ou cursando. A maioria também tem escala 6x1.

As demais vagas podem ser consultadas no Portal Cate ou indo a uma das unidades físicas. Ao se candidatar para qualquer vaga é necessário ter em mãos o RG, CPF e a carteira de trabalho (que pode ser a digital).

Governo destina R\$ 1 bilhão para ações à população em situação de rua



Página 8

O setor do turismo deve faturar na alta temporada - entre novembro deste ano e fevereiro de 2024 - R\$ 155,87 bilhões, segundo revela pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A entidade diz que esse valor representa aumento real de 5,6%, em relação ao mesmo período da última temporada, sendo a maior movimentação financeira do setor desde o início do levantamento, em 2012.

O turismo foi um dos setores mais impactados pela crise sanitária de 2020 – covid-19. Após um encolhimento de 36,7% naquele ano, o setor vem avançando gradativamente: 22,2% em 2021 e 39,9% no ano passado. No acumulado de 2023 até setembro, o faturamento real do setor avan-

çou 7,9%, segundo o Índice de Atividades Turísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para o presidente da CNC, José Roberto Tadros, contribuem para essa recuperação o aumento real de salários, a redução dos juros ao consumidor e a estabilização dos preços. "O otimismo que os números da pesquisa apresentam indica não apenas uma recuperação econômica do turismo, mas também a confiança renovada dos consumidores, impulsionando o mercado de viagens e contribuindo para a geração de empregos em diversas áreas relacionadas ao setor", afirmou, em nota, Tadros. Página 3

Um em cada quatro jovens relata ter sofrido violência no Brasil

Página 4

Em SP, ocupação sobe 1,1% e desemprego cai no 3° trimestre

Página 2

Noruega anuncia mais R\$ 245 milhões para o Fundo Amazônia

Página 3

Esporte

Felipe Giaffone e Thiago Rizzo são campeões da Copa Truck

Drama, polêmica, imprevisibilidade e emoção até depois da bandeirada: a final da temporada 2023 da Copa Truck com casa cheia em Interlagos contou com todos esses ingredientes e coroou Felipe Giaffone, pela Pro, e Thiago Rizzo, pela Super, como os grandes campeões.

Mais novo bicampeão do pedaço, Giaffone enfrentou diretamente seu principal rival, Roberval Andrade, nas duas corridas - cada uma delas com um momento capital. Na primeira, o lance veio logo na largada: Roberval tentou uma brecha entre Felipe e o muro interno, com a colisão sendo inevitável.

No fim da prova 1, com notório auxílio de seus companheiros de equipe, Giaffone venceu e Roberval foi o oitavo, garantindo a pole da segunda corrida, enquanto Giaffone partiria justamente em oitavo por conta do grid invertido, mas com dois pontos de vantagem na tabela. Na corrida complementar a conta era simples: quem terminasse na frente seria o campeão. Roberval manteve a ponta na largada e Giaffone foi escalando o pelotão em conjunto com o companheiro de equipe, Beto Monteiro.

Restando três voltas para o fim, Beto passou Roberval e a tão esperada disputa direta aconteceu, gerando o segundo momento capital: na freada para o "S" do Senna, Felipe se lançou, os dois dividiram a primeira perna e, na curva seguinte, Roberval cortou a curva sem pensar duas vezes, sustentando a posição e recebendo a bandeirada atrás de Beto Monteiro e à frente de Felipe.

Após as oitivas tradicionais por parte dos comissários, ambos os pilotos se protestaram, gerando burocracias e um atraso de quase duas horas. O campeão foi anunciado diretamente na cerimônia de premiação, após Roberval receber uma punição de cinco segundos, cair para quinto e, com isso, Felipe conquistar o título por somente três pontos.

"Só posso agradecer ao meu



Lance 1 entre Roberval e Felipe

time. Sem eles, eu não teria sido campeão. Sem o auxílio deles, teria sido muito difícil. E ser campeão com um projeto inovador de caminhão híbrido elétrico no mesmo ano que meus dois filhos foram só tornaram essa conquista ainda mais especial", comentou Felipe. "Em 2010, aconteceu a mesma situação e eu levei o título. Neste ano, foi a vez dele. Nem sempre a gente ganha, mas vou usar isso para melhorar e voltar ainda mais forte", completa Roberval.

Na Super, Rizzo também foi campeão com requintes de emoção. Sem ter vencido uma prova, ele contou com um dos maiores azares da história da Truck: seu principal rival, Felipe Tozzo, que chegou líder, teve quebras nos três dias e zerou no domingo, não conseguindo segurar o choro de tristeza.

Com Tozzo fora, Rizzo precisou mudar o foco para Evandro Camargo. Correndo por fora, Camargo precisava vencer as duas

provas e torcer pelo deslize dos rivais - e foi o que fez, mesmo tendo perdido algumas marchas. Mas, na prova final, Rizzo chegou em segundo, embutido na traseira de Camargo, e pôde comemorar sem medo de ser feliz.

"Que temporada incrível, de muito aprendizado, e de muita constância - a marca que me fez ser campeão. Agora tenho um grande desafio, que é brigar de igual para igual com meus companheiros na Pro, já que o campeão da Super ganha o 'acesso' para a classe principal', destacou Rizzo, que deu ao Rio de Janeiro seu primeiro título na categoria.

Entre as montadoras, Volkswagen e Mercedes-Benz chegaram na finalíssima empatados, com a Volks coroando a festa de Giaffone e Rizzo com o título de campeã entre as marcas. Agora, a Copa Truck tira um intervalo de pouco mais de três meses até o início da próxima temporada, que tem início préconfirmado para o dia 17 de março, em Campo Grande (MS).

Enzo Gianfratti fatura pódio no encerramento da temporada da AMG Cup Brasil

Um dos novos talentos do esporte a motor brasileiro, Enzo Gianfratti encerrou nesse domingo (10) a temporada 2023 da AMG Cup Brasil com um pódio. Correndo com a Mercedes CLA 45 AMG número 19, o piloto completou a última corrida do campeonato, disputada no Autódromo de Interlagos, em São Paulo (SP), com a quinta colocação.

O piloto escalou o pelotão rapidamente nas voltas iniciais

da prova, e brigava por posições mais acima do grid quando se envolveu em um incidente em que teve um dano no carro. Ainda assim, Gianfratti conseguiu manter um ritmo capaz de garantir a quinta colocação, fechando o pódio da segunda corrida do dia da categoria dos Mercedes.

"A corrida de hoje foi boa. Consegui escalar o pelotão muito rapidamente. Tive um incidente e acertaram uma das minhas rodas durante a prova. No final, o quinto lugar foi o melhor resultado que eu poderia ter nesta corrida", disse Enzo Gianfratti, que tem os patrocínios de Shield Oil, AutoShine, G

Racing e HiTech Automotive.

O piloto destacou que a temporada foi difícil, mesmo com pódios e uma vitória ao lado do parceiro, Fernando Jr. Agora, Gianfratti foca esforços para a disputa da etapa final da Copa Shell HB20, que será disputada no próximo fi-

nal de semana, também no autódromo localizado na capital paulista, e mira conquistar pódios.

"Foi uma temporada difícil, mas de aprendizado. Evoluí muito ao longo do ano. Tive minhas conquistas também com o Fernando Jr, meu parceiro, que conquistou uma vitória. Então, foi um ano muito bom. E vou de cabeça erguida para a etapa de Interlagos da Copa Shell HB20. Mesmo não tendo chances de título, quero

encerrar o campeonato com chave de ouro, buscando pódios e, quem sabe, uma vitória", completa Gianfratti

pleta Gianfratti.

Na Copa Shell HB20, os treinos serão abertos na sexta-feira, com o sábado contando com a classificação e a primeira corrida do final de semana, às 15h05. A temporada será encerrada no domingo, às 8h25. O canal da categoria no YouTube mostra as provas ao vivo.

Em SP, ocupação sobe 1,1% e desemprego cai no 3° trimestre

Dados da Fundação Seade mostram que o total de ocupados no mercado de trabalho em todo o estado de São Paulo chegou a 24,2 milhões, aumentando 1,1% entre o segundo e o terceiro trimestre de 2023. A ocupação cresceu nos serviços (272 mil), no comércio (62 mil) e na construção (8 mil), caiu na agricultura (-8 mil) e na indústria (-63 mil) e permaneceu estável nos serviços domésticos. As 268 mil novas ocupações resultaram do acréscimo de 100 mil empregos com carteira assinada e 168 mil vagas informais.

"Nosso governo tem diálogo aberto e franco com todos os que se dispõem a empreender em São Paulo, movimentando a nossa economia sempre para a frente. Desenvolvimento que gera mais emprego, oportunidades e que garante dignidade aos paulistas. Estamos sempre prontos para facilitar a vida dos empreendedores que acreditam no nosso povo e no nosso estado", afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

Entre o segundo e o terceiro trimestre de 2023, a taxa de desocupação diminuiu de 7,8% para 7,1% e a taxa composta de subutilização da força de trabalho passou de 14,8% para 13,8%. Entre julho e setembro, 1,9 milhão de pessoas estavam desocupadas.

O rendimento efetivo médio dos ocupados chegou a R\$ 3.568, subindo 1,3% em relação ao segundo trimestre deste ano e 4,1% na comparação com o período entre julho e setembro de 2022.

Grande SP

Na capital e municípios da Grande São Paulo, a força de trabalho foi estimada em 12,6 milhões de pessoas, com acréscimo de 0,8% entre o segundo e o terceiro trimestre. Na comparação com os meses de julho, agosto e setembro de 2022, houve aumento de 0,7% –acréscimo de 92 mil pessoas.

O contingente de ocupados na região metropolitana da capital soma 11,6 milhões de pessoas, subindo 2,1% em relação ao trimestre anterior. Houve ampliação nos serviços (315 mil) e, em menor medida, nos serviços domésticos (4 mil) e redução no comércio (-49 mil), indústria (-11 mil), construção (-10 mil) e agricultura (-6 mil). O aumento do número de ocupados está ligado ao acréscimo de 146 mil empregos formais e 90 mil informais.

No terceiro trimestre, a Grande São Paulo tinha 1 milhão de desocupados, com retração de 135 mil pessoas em relação aos três meses anteriores. Entre os dois trimestres, a taxa de desocupação passou de 9,4% para 8,3%, e a taxa composta de subutilização da força de trabalho caiu de 16,1% para 14,8%.

O rendimento efetivo médio dos ocupados foi a R\$ 4.263 e praticamente não variou (-0,2%) em relação ao segundo trimestre de 2023, mas subiu 7,9% na comparação com o intervalo entre julho e setembro do ano passado.

Interior e litoral

Nos municípios paulistas do interior e litoral, a força de trabalho foi estimada em 13,4 milhões de pessoas entre julho e setembro, permanecendo estável em relação ao trimestre anterior. Na comparação ao mesmo período de 2022, houve queda de 1,2%, o equivalente a 159 mil pessoas.

O contingente de ocupados fora da Grande São Paulo chegou a 12,6 milhões, permanecendo em relativa estabilidade (0,3%) em relação aos meses de abril, maio e junho. Houve aumento no comércio (111 mil) e na construção (18 mil), com redução na indústria (-52 mil), serviços (-42 mil) e, em menor proporção, nos serviços domésticos (-3 mil) e na agricultura (-1 mil). As 32 mil novas ocupações resultaram do acréscimo de 77 mil ocupados sem carteira assinada e da redução de 45 mil vagas formais.

O número de desocupados no interior e litoral chegou a 816 mil pessoas, diminuindo 4,1% em relação ao segundo trimestre deste ano. A taxa de desocupação caiu de 6,3% para 6,1%, e a taxa composta de subutilização da

força de trabalho passou de 13,7% para 13,0% entre os dois últimos trimestres.

O rendimento efetivo médio dos ocupados foi de R\$ 2.933, um aumento de 2,9% entre o segundo e o terceiro trimestre de 2023, com leve decréscimo de 0,7% na comparação do período entre julho e setembro do ano passado.

Capital

A força de trabalho na cidade de São Paulo foi estimada em 7,2 milhões de pessoas, ficando relativamente estável (-0,2%) entre o segundo e o terceiro trimestre deste ano. Na comparação com o terceiro trimestre de 2022, houve aumento de 1%, o equivalente a 68 mil pessoas.

O contingente de ocupados na capital foi estimado em 6,6 milhões, subindo 1,5% em relação ao trimestre anterior. Houve aumento em serviços (169 mil), indústria (52 mil) e serviços domésticos (15 mil), além de redução no comércio (-103 mil), construção (-24 mil) e na agricultura (-7 mil). As 100 mil novas ocupações paulistanas vêm do aumento de 94 mil ocupados de forma informal e outros 6 mil trabalhadores em vagas com registro.

A estimativa do número de

desocupados na cidade de São Paulo foi de 545 mil pessoas entre julho e setembro, com queda em relação aos três meses anteriores. A taxa de desocupação teve retração de 9,1% para 7,6%, e a taxa composta de subutilização da força de trabalho passou de 15,2% para 14,8% entre os dois últimos trimestres.

O rendimento efetivo médio dos ocupados na capital foi de R\$ 4.966, aumentando 0,7% em relação ao segundo trimestre e 7,5% em relação ao período entre julho e setembro de 2022.

Sobre o estudo

O Seade Trabalho analisa a evolução do mercado de trabalho em regiões e municípios do estado de São Paulo. A cada mês, a movimentação dos empregos formais é atualizada por meio de dados das empresas constantes no Novo Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Trimestralmente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), produzida pelo IBGE a partir de informações domiciliares, permite estimar a desocupação, a subutilização da força de trabalho, os rendimentos e outras formas de ocupação da população paulista.

CESAR NETO www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

O TCM e o vereador-presidente Milton Leite (União) seguem pressionando o prefeito Ricardo Nunes (MDB) por ajustes na desestatização da Sabesp, aplicando bem a lei aprovada na ALESP

PREFEITURA (São Paulo)

Ricardo Nunes (MDB), em campanha pela reeleição à prefeitura 2024, segue apostando nos testes pela 'tarifa zero' nos ônibus, pra rolar - se for o caso - em 2024, ano da disputa da reeleição

ASSSEMBLEIA (São Paulo)

Maior e mais importante parlamento estadual do Brasil - e regional do mundo, a Assembleia Legislativa do Estado, segue gerando grandes histórias políticas, desde o dia 25 janeiro 1968

GOVERNO (São Paulo)

Diferentemente do governador Tarcísio Freitas (Republicanos) manteve as posturas na posse do Javier Milei como presidente da Argentina. O ex-presidente Bolsonaro, como sempre se

. CONGRESSO (Brasil)

Deputada federal Tabata (PSB), candidata (2024) a prefeita de São Paulo, pelo PSB - agora do ex-governador e vice-presidente Alckmin (ex-PSDB). O deputado federal Ricardo Sales ironizar

. PRESIDÊNCIA (Brasil)

Ministro (Defesa) Múcio afirmou que não permitirá o uso do território brasileiro pra Venezuela invadir a Guiana. Milei tomou posse da presidência da Argentina, com o Bolsonaro à tiracolo

. PARTIDOS (Brasil)

O Verde e o Rede da Marina, deputada federal (SP) e ministra (3ª vez no Ambiente do Lula - PT) terão que esperar a Cop 30 (Belém - Pará) 'decretará' o fim dos usos dos combustíveis fósseis e sujos

JUSTIÇAS (Brasil)

Amanhã - 13 dezembro 1968 - data do AI5 do governo militar - a Comissão de Constituição e Justiça do Sendo sabatinará Flávio Dino ao Supremo. E o Alexandre de Moraes comemora seus 55 anos

ANO 31

O jornalista Cesar Neto é editor da coluna de política - **cesarneto.com** - desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), por se tornar referência das liberdades Concedidas por DEUS

cesar@cesarneto.com

Jornal ODIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3° andar

CEP: 01332-030 **Fone: 3258-1822** Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável Maria Augusta V. Ferreira Mtb. 19.548 Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br Site: www.jornalodiasp.com.br

Estado tem mais de 15 mil vagas de emprego abertas

O Estado de São Paulo tem atualmente 15.736 vagas disponíveis pelos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs), da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.

São 5.307 postos na capital paulista e na Grande São Paulo. Já no interior, há 9.150 oportunidades disponíveis, e no litoral, 1.279.

Além da região metropolita-

na de SP, destacam-se as regiões administrativas de Campinas, com 4.077 vagas; e a de Sorocaba, com 1.558.

Em seguida vêm as regiões do Vale do Paraíba, com 855 postos disponíveis; pela de Araçatuba, com 537; e Botucatu, com 426 oportunidades abertas.

Ao todo, são mais de 500 profissões com vagas disponíveis. As ocupações com o maior número de postos abertos são as de Auxiliar de Logística, Alimentador de Linha de Produção, Atendente de Lanchonete, Operador de Telemarketing Receptivo e Atendente de Lojas e Mercados.

Os números das oportunidades disponíveis são atualizados diariamente pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico.

Além das vagas, os PATs também oferecem atendimento e serviços gratuitos para trabalhadores, como a habilitação ao Seguro-Desemprego e a emissão da Carteira de Trabalho.

Para mais informações, você pode acessar o Portal do Governo de São Paulo, procurar o Posto de Atendimento ao Trabalhador mais próximo de você ou a prefeitura do seu município.

SP supera R\$ 865 milhões em liberação de crédito e tem melhor resultado no pós-pandemia

A Desenvolve SP, agência de fomento vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do Governo de São Paulo, registrou de janeiro a novembro de 2023 o melhor resultado de liberação de crédito em todo estado no período pós-pandemia.

Foram desembolsados nestes 11 meses mais de R\$ 865,3 milhões a agentes públicos e micro, pequenos e médios empreendedores, montante 34,7% maior que os R\$ 642,2 milhões do ano passado e 29,2% superior aos R\$ 669,5 milhões de 2021.

Destes R\$ 865,3 milhões, R\$ 435,4 milhões (50,3%) foram para empresas privadas. Os outros 49,7% (R\$ 429,9 milhões) restan-

tes equivalem a liberações de crédito para prefeituras paulistas investirem em mobilidade urbana, inovação, infraestrutura etc.

O desembolso para gestores públicos teve alta expressiva entre janeiro e novembro: 1.333% na comparação com igual período de 2021 (R\$30 milhões) e 319% tendo os mesmos 11 meses do ano passado como parâmetro, quando houve a liberação de R\$102,6 milhões.

A Desenvolve SP atendeu, no período, 1.908 empresas e realizou 303 operações em 76 municípios, com recursos liberados de 26 linhas de crédito, divididas em agro, inovação, sustentabilidade, maquinário e equipamentos, capital de giro e as linhas Desenvolve Mulher e Desenvolve Mu

A Desenvolve SP, agência tes equivalem a liberações de créliber Sustentável, lançadas em gundo o diretor de Negó comento vinculada à Secre- dito para prefeituras paulistas março de 2023. Desenvolve SP, Gustav

De janeiro a novembro, a agência ainda disponibilizou mais de R\$ 2,6 milhões das linhas de crédito exclusivas para as mulheres administradoras de empresas. Além disso, foram liberados R\$ 350 milhões a gestores públicos, micro e pequenos empresários das seis cidades que ficaram em situação de calamidade por causa das fortes chuvas no litoral paulista durante o Carnaval.

te o Carnaval.

No dia 20 de outubro, a Desenvolve SP atingiu outra marca significativa: R\$ 739,1 milhões em desembolsos em 2023, valor superior ao registrado em todo o ano de 2022 (R\$ 735,7 milhões).

uno de 2022 (R\$ 735,7 milhões). Os resultados traduzem, segundo o diretor de Negócios da Desenvolve SP, Gustavo Melo Santos, o empenho da agência de fomento em democratizar o crédito ao setor privado e financiar investimentos nos municípios paulistas, a fim de promover melhorias estruturais, sustentabilidade e geração de renda.

"Os números demonstram o compromisso da instituição com seu papel de fomentar a economia estadual, amparada no desenvolvimento sustentável. Também fortalece nosso trabalho de contribuir para a consolidação das políticas públicas no estado", afirma o diretor.

Desde 2009, a agência acumula desembolso de R\$ 7 bilhões, com mais de 18,8 mil operações

São Paulo realiza maior número de transplantes dos últimos seis anos

Durante o ano de 2023, de janeiro a novembro, a Central de Transplantes da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo registrou mais de 7,2 mil transplantes. O balanço anual mostra um aumento de 7% em relação aos transplantes feitos no mesmo período de 2022 e o maior número registrado nos últimos 6 anos. Os transplantes mais numerosos foram os de córnea e rim.

O número de recusas familiares à doação de órgãos caiu 6,5% comparado ao ano passado e o número de doadores foi o maior dos últimos três anos. Em 2023, o Governo de SP investiu em campanha de conscientização sobre a importância da doação de órgãos, impactando no aumento dos transplantes.

"Graças ao consentimento de várias famílias para a doação e ao empenho das equipes envolvidas nos processos de doação e transplantes, o Sistema Estadual de Transplantes de São Paulo no ano de 2023 conseguiu aumentar os números de doadores efetivos e consequentemente aumentou também o número de transplantes realizados no estado. Desta maneira, foi possível salvar muitas vidas e oferecer qualidade de vida a muitos pacientes que saíram da lista de espera," celebrou o coordenador da Central de Transplantes, Francisco de Assis Monteiro.

Apesar do aumento no número de transplantes em 2023, 21,8 mil pessoas ainda aguardam por um órgão em São Paulo. Hoje, a maior necessidade é pela doação de rins e córneas. Neste ano, em média, 37,6% das famílias consultadas negaram a doação, o que impede a realização do procedimento já que a doação de órgãos deve ser consentida e autorizada por familiares de

até 2º grau de parentesco. Até novembro, foram realizados em São Paulo 126 transplantes de coração, 601 de fí-

dos em Sao Paulo 126 transplantes de coração, 601 de fígado, 2,5 mil de rim e 4,8 de córnea, além de transplantes de pulmão e pâncreas. O maior crescimento foi entre os procedimentos hepáticos, que tiveram aumento de 19,9%, seguido pelo crescimento em transplantes cardíacos, que registraram alta de 17,8% em relação ao mesmo período de 2022.

Como funciona a doação

A Central de Transplantes segue normas estabelecidas por lei para identificar os possíveis receptores para cada órgão de um doador, ou seja, tipagem sanguínea, dados antropométricos entre doador e receptor, compatibilidade genética, além da priorização para pacientes em estado grave.

Quanto aos pacientes que precisam do transplante, cabe à equipe de transplante a sua inscrição junto ao Sistema Estadual de Transplantes de São Paulo, que é responsável por realizar a gestão de todo o processo de doação e transplante em conjunto com o Sistema Nacional de Transplantes.

Campanha do Governo de SP -#SouDoador

Lançada pelo Governo de SP em 27 de setembro, com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância de se tornar um doador de órgãos e estimular conversas familiares sobre o tema, a campanha #SouDoador já alcançou quase 800 mil pessoas nas redes sociais. O movimento teve início durante o Setembro Verde, mês dedicado à conscientização sobre o tema.

Lembre sempre de lavar as mãos

Alta temporada do turismo deve movimentar R\$ 155 bi no Brasil

O setor do turismo deve faturar na alta temporada - entre novembro deste ano e fevereiro de 2024 - R\$ 155,87 bilhões, segundo revela pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A entidade diz que esse valor representa aumento real de 5,6%, em relação ao mesmo período da última temporada, sendo a maior movimentação financeira do setor desde o início do levantamento, em 2012.

O turismo foi um dos setores mais impactados pela crise sanitária de 2020 – covid-19. Após um encolhimento de 36,7% naquele ano, o setor vem avançando gradativamente: 22,2% em 2021 e 39,9% no ano passado. No acumulado de 2023 até setembro, o faturamento real do setor avançou 7,9%, segundo o Índice de Atividades Turísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para o presidente da CNC, José Roberto Tadros, contribuem para essa recuperação o aumento real de salários, a redução dos juros ao consumidor e a estabilização dos preços. "O otimismo que os números da pesquisa apresentam indica não apenas uma recuperação econômica do turismo, mas também a confiança renovada dos consumidores, impulsionando o mercado de viagens e contribuindo para a geração de empregos em diversas áreas relacionadas ao setor", afirmou, em nota, Tadros.

Segundo ele, os indicativos positivos para a alta temporada sinalizam a capacidade de inovação e adaptação do setor do turismo, "que está se fortalecendo e se preparando para um período de crescimento consistente".

O número de passageiros transportados por aviões, um indicador chave da atividade turística, continua em expansão. No terceiro trimestre de 2023, a quantidade de passageiros em voos nacionais atingiu 24,25 milhões, igual ao volume registrado no mesmo período de 2019.

Já nos voos internacionais, o número ainda está 8,3% abaixo em igual período. Durante a alta temporada 2023/2024, os gastos turísticos se concentrarão principalmente em bares e restaurantes (R\$ 68 bilhões) e transporte rodoviário (R\$ 24,34 bilhões).

Após a eliminação de 469,8 mil postos formais nos sete primeiros meses de 2020 por conta da pandemia de covid-19, o mercado de trabalho no turismo começou uma recuperação gradual. Desde então, foram criadas 612 mil novas vagas. Agora, para esta alta temporada, a CNC estima a criação de 85.795 postos, o maior volume desde 2014.

"Os números refletem o crescimento sólido que o setor vem experimentando. A expectativa de aumento real demonstra a resiliência do turismo diante dos desafios enfrentados nos últimos anos", afirmou o economista da CNC, responsável pela pesquisa, Fabio Bentes.

O segmento de alimentação deve liderar as contratações, com mais de 45 mil postos gerados, seguido pelo de transportes em geral, com aproximadamente 20 mil, e hospedagem, com nove mil vagas. O salário médio de admissão deverá ser de R\$ 1.930, uma alta real de 1,8% em relação a igual período do ano anterior. (Agen-

por dia útil em agosto Em agosto deste ano, soal e a construção de um lega-

Brasil criou 16 novas empresas

367.339 novos registros de CNPJs foram abertos no Brasil, uma média de 16 empreendimentos por dia útil, segundo o Indicador de Nascimento de Empresas da Serasa Experian. O número representa uma alta de 0,4% em comparação ao mesmo período de 2022. Na análise por regiões, Sul, Sudeste e Centro-Oeste tiveram aumento em relação ao ano anterior.

Na avaliação por setores, a categoria serviços foi a escolha predominante para iniciar um novo empreendimento, superando os segmentos de comércio e indústria. "Na conjuntura atual, marcada pela diminuição do índice de desemprego, observamos o surgimento de empresas impulsionado pela inclinação empreendedora do que pela urgência. Uma parcela significativa dos cidadãos brasileiros nutre o desejo de empreender, buscando não apenas flexibilidade e independência, mas também realização pes-

do", analisou, em nota, o economista da Serasa Experian Luiz

Em relação à natureza jurídica, os microempreendedores individuais (MEIs) representaram a maior parcela de empresas criadas (271.531). Em seguida, estavam as sociedades limitadas (76.942) e empresa individual (10.196). No mês de agosto, São Pau-

lo se destacou entre as unidades federativas, com a criação de 110.212 novos CNPJs, liderando a lista. Em seguida vieram Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná.

Para o levantamento do Nascimento de Empresas, foi considerada a quantidade mensal de novas empresas registradas nas juntas comerciais de todas as unidades federativas do Brasil, bem como a apuração mensal dos CNPJs consultados pela primeira vez à base de dados da Serasa Experian. (Agencia Brasil)

Mercado eleva para 2,92% projeção de expansão da economia em 2023

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira este ano subiu, passando de 2,84% para 2,92%. A estimativa está no boletim Focus da segunda-feira (11), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), em Brasília, com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB - a soma dos bens e serviços produzidos no país) - é de crescimento de 1,51%. Para 2025 e 2026, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 2% para os dois anos.

Superando as projeções, no terceiro trimestre do ano a economia brasileira cresceu 0,1%, na comparação com o segundo trimestre de 2023, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano, a alta acumulada foi de 3,2%

Com o resultado, o PIB está novamente no maior patamar da série histórica, ficando 7,2% acima do nível pré-pandemia, registrado nos três últimos meses de 2019.

Nesta edição do Focus, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a inflação oficial do país – para 2023 foi re-

duzida de 4,54% para 4,51%. Para 2024, a estimativa de inflação ficou em 3,93%. Para 2025 e 2026, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2023 está acima do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3,25% para 2023, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior 4,75%.

Segundo o BC, no último Relatório de Inflação, a chance de o índice oficial superar o teto da meta em 2023 é 67%. A projeção do mercado para a inflação de 2024 também está acima do centro da meta prevista, fixada em 3%, mas ainda se situa dentro do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em outubro, o aumento de precos das passagens aéreas pressionou o resultado da inflação. O IPCA ficou em 0,24%, segundo o IBGE. O percentual foi abaixo da taxa de setembro, que teve alta de 0,26%.

A inflação acumulada este ano atingiu 3,75%. Nos últimos 12 meses, o índice está em 4,82%.

Taxa de juros

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros - a Selic - definida em 12,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Após sucessivas quedas no fim do primeiro semestre, a inflação voltou a subir na segunda metade do ano, mas essa alta era esperada por economistas.

O comportamento dos preços já fez o BC cortar os juros pela terceira vez no semestre. O clico de cortes deve ser mantido na reunião dessa semana do Copom, que ocorre nesta terça (12) e quarta-feira (13). A expectativa do mercado é de um corte de 0,5 ponto percentual, para que a Selic encerre 2023 em 11,75% ao ano.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, energia e combustíveis. Por um ano, de agosto do ano passado a agosto deste ano, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano por sete vezes seguidas.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

Analistas

Para o fim de 2024, a estimativa dos analistas é de que a taxa básica caia para 9,25% ao ano. Para o fim de 2025 e de 2026, a previsão é de Selic em 8,5% ao ano, para os dois anos.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

Por fim, a previsão do mercado financeiro para a cotação do dólar está em R\$ 4,95 para o fim deste ano. Para o fim de 2024, a previsão é de que a moeda americana fique em R\$ 5. (Agencia Brasil)

Noruega anuncia mais R\$ 245 mi para o Fundo Amazônia

A Noruega anunciou na segunda-feira (11) um aporte de US\$ 50 milhões para o Fundo Amazônia. O valor equivale a aproximadamente R\$ 245 milhões. A informação sobre a doação foi feita durante um painel para comemorar os 15 anos do fundo, na Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP28) em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.

Com o novo aporte, a Noruega - primeiro país a colaborar com o Fundo Amazônia - se consolida também como o maior doador. Desde 2008, foram mais de R\$ 3 bilhões.

"Este anúncio renova os compromissos da Noruega e é demonstração da confiança de que, com o governo Lula, retomamos o enfrentamento ao desmatamento, depois de quatro anos em que o Fundo Amazônia ficou paralisado", comentou a diretora socioambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Tereza Campello.

Ainda durante a COP28, o Reino Unido anunciou um aporte suplementar de cerca de R\$ 215 milhões, de um total de R\$ 500 milhões.

O Fundo Amazônia é a maior iniciativa do mundo para redução de emissão de gases do efeito estufa provenientes de desmatamento e degradação florestal.

O fundo é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) do Brasil, gerido pelo BNDES e apoia projetos de monitoramento e combate ao desmatamento, além de promoção do desenvolvimento sustentável na região amazônica.

O Brasil é o quinto maior emissor de gases de efeito estufa do mundo. Metade dessas emissões é provocada por desmatamentos e queimadas.

O anúncio desta segunda-feira foi feito pelo ministro do Clima e Meio Ambiente norueguês, Andreas Bjelland Erikssen. Participaram da cerimônia a ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva, e o superintendente de Meio Ambiente do BNDES, Nabil Kadri.

O ano de 2023 marca a retomada do Fundo Amazônia, depois de quatro anos sem aportes e aprovação de projetos de conservação. O Decreto n.º 11.368, de 1º de janeiro, determinou a recomposição do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa).

Em 2019, durante o governo Jair Bolsonaro (2019-2022), o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, extinguiu comitês responsáveis pela gestão dos recursos do Fundo Amazônia, inviabilizando o financiamento de projetos e a continuidade das doações. A existência desses comitês é uma condição contratual dos doadores.

Ao longo de 2023, também anunciaram doações a União Europeia - aproximadamente R\$ 110 milhões - e a Dinamarca, com R\$ 105 milhões. A Alemanha colaborou com R\$ 110 milhões, a Suíça com R\$ 30 milhões, e os Estados Unidos enviaram R\$ 15 milhões, de uma doação total anunciada de R\$ 2,5 bilhões. Além desses países, a Petrobras é colaboradora do fundo.

A COP-28 foi cenário da maior chamada pública já realizada pelo Fundo Amazônia, o Restaura Amazônia. O programa destina R\$ 450 milhões a projetos de restauração ecológica de grandes áreas desmatadas ou degradadas em três macrorregiões: Acre, Amazonas e Rondônia; Mato Grosso e Tocantins; e Pará e Maranhão.

Além do Restaura Amazônia, foram aprovados e contratados este ano outros quatro novos projetos para monitoramento da floresta e ações produtivas sustentáveis em territórios do Maranhão, Acre e Amazonas.

Desde sua criação, em 2008, o Fundo Amazônia apoiou 106 projetos, em um investimento total de R\$ 1,8 bilhão, de acordo com o BNDES. As ações apoiadas beneficiaram aproximadamente 241 mil pessoas com atividades produtivas sustentáveis, além de 101 terras indígenas na Amazônia e 196 unidades de conservação.

Considerados os recursos já ingressados, o Fundo Amazônia possui cerca de R\$ 4 bilhões disponíveis para apoio a novos projetos de desenvolvimento sus-

Informações sobre os projetos apoiados, doações e auditorias estão disponíveis no site. (Agencia Brasil)

Crimes de natureza sexual crescem em SP

Os crimes de natureza sexual cresceram de forma uniforme em todo o estado de São Paulo, de acordo com a recém-lançada edição do Índice de Exposição aos Crimes Violentos (IECV), produzida pelo Instituto Sou da Paz. Segundo o índice, o estupro, por exemplo, que em 2021 tinha a média um ÎECV de 14,70 subiu para 16 em 2022

Todos os subíndices que compõem o resultado do IECV apresentaram piora, refletindo para que o resultado geral do índice seja negativo. Os crimes de homicídio e latrocínios, contabilizados pelo IECV Vida, foi de 3,82, em 2021, para 4,33, em 2022. No mesmo período, o IECV Patrimônio, que avalia os roubos, passou de 5,42 para 5,76.

O IECV, que foi lançado pela primeira vez em 2018, e é calculado a partir da média ponderada de três subíndices: crimes letais (homicídio e latrocínio), crimes contra a dignidade sexual (estu-

pro) e crimes contra o patrimônio (roubo - outros, roubo de veículo e roubo de carga). São analisados, segundo esses critérios, todos os municípios do estado com ao menos 50 mil habitantes.

Segundo os dados, enquanto a média das cidades analisadas no IECV de 2021 foi de 7,57 para todos os municípios paulistas com mais de 50 mil habitantes, em 2022 o índice cresceu para 8,61. Quando analisadas apenas as 10 cidades com os piores índices, como Peruíbe, Caraguatatuba, Mongaguá e Cruzeiro, no topo do ranking a média vai para 14,2, em 2021, e 15,4, em 2022. Em 2021, as cidades mais bem ranqueadas, Pirassununga, Santa Bárbara d'Oeste e Capivari, tinham taxa de 1,37, 2,62 e 2,84. Em 2022, Capivari, Pirassununga e Nova Odessa estiveram entre os três melhores indicadores, com taxas de 1,71, 2,26 e 2,95.

No caso do IECV Litoral, o

ruíbe, Mongaguá, Caraguatatuba e Itanhaém estiveram entre os 10 piores IECV Litoral e IECV Geral. Já em 2022, Ubatuba, Itanhaém e Bertioga se juntam a estas cidades nas duas listas. Os municípios do litoral paulista Guarujá, São Vicente, Cubatão e Santos, melhoraram suas posições.

"O ano de 2022 teve uma piora significativa que a gente entende que, em alguma medida, ainda pode ser por ecos da pandemia que afetaram alguns indicadores criminais em 2021. Mas os municípios em geral sofreram uma piora, sobretudo nos crimes de estupro, que foi de longe a piora mais acentuada nos principais municípios e no estado como um todo, mas principalmente no litoral paulista", disse o pesquisador do Instituto Sou da Paz, Rafael Rocha

Segundo ele, é importante ressaltar que esses não são municípios que se tornaram mais vi-

quentemente entre os piores desde que essa análise começou a ser produzido, em 2015, tornando-se questões quase que endêmicas desses lugares.

Para Rocha, a primeira atitude a ser tomada com base nesses resultados, principalmente de estupro, é um esforço das secretarias municipais de Segurança Pública, dos gestores municipais, dos prefeitos, das câmaras de vereadores, é se apropriar dessa discussão, já que a segurança pública não é só uma questão do Estado.

"É claro que o Estado é a esfera principal, mas ele (Estado) não é o único responsável. As polícias também são os atores majoritariamente engajados nesse debate, mas não são os únicos. E preciso que a Secretaria de Saúde, de Educação estejam inseridas, principalmente no caso dos estupros, porque sabemos que 77% têm como vítimas vulneráveis, crianças e adolescentes até 14 anos', res-

Sisu passará a ter apenas uma edição a partir de 2024

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) passará a ter apenas uma edição por ano a partir de 2024. O programa seleciona estudantes para vagas em universidades públicas de todo o país com base na nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). De acordo com o Ministério da Educação (MEC), ainda nesta semana, será publicado o edital do Sisu do próximo ano, que deverá tra-

zer mais detalhes sobre a mudança. Criado em 2009 e implementado em 2010, o Sisu é realizado

tradicionalmente duas vezes por ano, selecionando estudantes para vagas no ensino superior tanto no primeiro quanto no segundo semestre de cada ano. A partir do ano que vem, no entanto, deverá ser feito apenas um processo seletivo por ano.

O Sisu é um sistema que reúne em uma mesma plataforma as vagas ofertadas por instituições públicas de ensino superior, sejam elas federais, estaduais ou municipais. Para participar, os estudantes devem ter feito a última edição do Enem e não podem ter tirado zero na prova de redação.

Na hora da inscrição, os candidatos podem escolher até duas opções curso nas quais desejam concorrer a vagas. Uma vez por dia, durante o período de inscrição, é divulgada a nota de corte de cada curso, baseada nas notas dos candidatos inscritos até aquele momento. Os candidatos podem mudar de opção de curso até no último dia de inscrição.

A edição do início do ano é que conta com a maior participação de instituições e também a que tem a maior oferta de vagas. Na primeira edição de 2023, foram ofertadas 226.399 vagas de 6.402 cursos de graduação em 128 instituições federais, estaduais ou municipais de ensino, sendo 63 universidades federais. Já a segunda edição de 2023 disponibilizou 51.277 vagas em 1.666 cursos de graduação, de 65 instituições de educação superior. (Agencia Brasil)

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

3.769.451/0001-08 - NIRE FATO RELEVANTE

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Geriva-tiba, 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.769.451/0001-08, ("<u>Se</u>-<u>curitizadora</u>" ou "<u>Virgo"</u>), na qualidade de credora das Notas Comerciais (conforme abaixo definida), e Emissora do: Certificados de Recebíveis Imobiliários da 110º Emissão ("<u>Termo de Securitização</u>" e "<u>Emissão CRI 110</u>"), lastreado: no Termo de Emissão da 1º (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Colocação Privada, da Conexamerica Brasil Ltda. (" <u>Notas Comerciais</u>"), emitida em 25 de julho de 2023, pela **CONEXAMERICA BRASIL** LTDA, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.064 conjunto 14, Bela Vista, CEP 01.310-928, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.684.427/0001-05 ("<u>Conexamerica</u>" ou "<u>Devedora</u>"), vem, por meio deste, informar a configuração do Evento de Inadimplemento, pela Devedora, nos ter da cláusula 6.2 das Notas Comerciais, em razão do decurso dos prazos estabelecidos nas cláusulas 2.12.1 e 2.12.2 de Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Superfície em Garantia e Outras Avenças ("<u>Contrato de Alienação</u> <u>Fiduciária de Direitos de Superfície</u>"), sem o cumprimento da obrigação de registro do Contrato de Alienação Fidu-ciária de Direitos de Superfície no Cartório de Registro de Imóveis competente, conforme estipulado na cláusula 2.12 do Contrato de Alienação Fiduciária de Direitos de Superfície. A Emissora informa que tomará todas as providênci abíveis e previstas nos Documentos da Operação, inclusive a convocação de Assembleia Especial dos Titulare dos CRI, a fim de deliberarem sobre a declaração, ou não, do Vencimento Antecipado Não Automático das Nota: omerciais, e/ou outras providências relacionadas, à luz do disposto na cláusula 6.5 das Notas Comerciais. Per emos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. São Paulo, 08 de dezembro de 2023 VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Daniel Monteiro Coelho de Magalhães - Diretor de Relações com Investidore

Um em cada quatro jovens relata ter sofrido violência no Brasil

Os brasileiros de 15 a 29 anos estão mais sujeitos à violência física, psicológica e sexual. Mais de um quarto dos jovens (27%) afirmou ter sido vítima algum tipo de agressão no intervalo de 12 meses que antecederam a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS/ IBGE) de 2019.

Naquele ano, a taxa de violência para essa faixa etária (307,52 casos/100 mil pessoas) foi 2,07 vezes maior quando comparada à da população adulta. No caso de adolescentes entre 15 e 19 anos, o dado é mais grave: 397 casos para cada 100 mil habitantes.

"Em todas as regiões do Brasil, a faixa etária dos jovens-adolescentes (15 aos 19 anos) forma o principal grupo de vítima de violência", descreve o relatório Panorama da Situação de Saúde dos Jovens Brasileiros de 2016 a 2022: Intersecções entre Juventude, Saúde e Trabalho, divulgado na segunda-feira (11) pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Além dos dados da PNS, o dossiê compila informações da

Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua (Pnad/IBGE) e traz resultados inéditos a partir de bases de dados do Sistema Único de Saúde (SUS). À época das pesquisas, a população de 15 a 29 anos correspondia a 49 milhões de pessoas (23% dos brasileiros).

O estudo foi feito por duas áreas da Fiocruz – a Coordenação de Cooperação Social da Presidência e o Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registros em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Além das situações de violência, o panorama trata de condições de trabalho; impactos na saúde mental e mortalidade.

De acordo com o diagnóstico, a possibilidade de um homem jovem morrer é quatro vezes maior do que uma mulher - taxas de mortalidade de 80,3% e 19,7%, respectivamente. Entre os homens jovens, a proporção de pretos e pardos que morrem precocemente (68%) é mais do que o dobro dos brancos (29%).

"Dentre as principais causas de óbitos destacam-se fortemente as causas externas, relacionadas a violências e acidentes de trânsito. É na juventude que se encontram as mais altas taxas de mortalidade por causas externas."

O dossiê da Fiocruz aponta que 70,1% dos jovens entre 18 e 24 anos são mão de obra ocupada ou buscando emprego. As condições de trabalho, no entanto, são mais voláteis do que nos estratos mais velhos: estão mais expostos à informalidade e à rotatividade, têm jornadas mais extensas, mas com salários menores, e contam com menos proteção social.

'O trabalho faz parte da vida da juventude do Brasil. Eles trabalham muito, mas em condições

piores", resume a socióloga Helena Abramo, responsável pelo panorama. A pesquisadora assinala que, além da intensa atividade, há "sobreposição de trabalho e estudo" – metade dos que estudam também trabalha. No caso das mulheres, essas são ainda mais impactadas em razão do histórico acúmulo das tarefas domésticas e cuidados com a família, iniciado ainda na juventude.

A carga de trabalho tem impacto na saúde de ambos os sexos. "Quase metade (46,6%) dos jovens ocupados com mais de 18 anos estiveram expostos, ao menos uma vez nos últimos 12 meses que antecederam a pesquisa, a algum fator que poderia afetar sua saúde no trabalho. Essa estatística equivale a mais de um

quarto (28%) de todos os jovens brasileiros", alerta o dossiê.

Os "jovens do sexo masculino apresentam as maiores taxas e o maior volume de internações". Mais de 54% dos jovens internados foram do sexo masculino, aponta o documento, sublinhando que "transtornos mentais foram a primeira causa de internação entre homens jovens". Esquizofrenia, psicose, uso de múltiplas drogas e outras substâncias psicoativas e uso de álcool estão entre as principais causas.

O Panorama da Situação de Saúde dos Jovens Brasileiros ainda contabiliza que, entre 2016 e 2022, foram noticados 1.045.790 acidentes de trabalho em todo o país. Quase um terço dos episódios envolveu jovens de 15 a 29 anos, 345.441 dos acidentados.

Os jovens entre 20 e 29 anos foram os que apresentaram maior vulnerabilidade a acidentes de trabalho. Oito de cada dez acidentados (78%) são homens. "As ocupações mais relacionadas aos acidentes estão na indústria, nos serviços e no comércio", descreve o documento.

De acordo com a Fiocruz, os dados compilados no panorama servirão como subsídios para formulação de políticas de saúde voltadas para a juventude. Para Helena Abramo, a sistematização das ações pode ajudar a preencher uma lacuna na atuação do Estado. "Temos um certo acúmulo de informações sobre a adolescência, e um número razoável de ações em cursos para outros segmentos". (Agencia Brasil)

Ministro do Trabalho cobra empresas para melhorarem média salarial

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, defendeu na segundafeira (11) que as empresas se esforcem para oferecer salários maiores aos trabalhadores. Segundo Marinho, apesar do número de pessoas desempregadas estar caindo, a maior parte está sendo ocupada com remunerações de R\$ 1,5 mil a R\$ 1,7 mil. "Nós precisamos refletir muito sobre a precariedade do mercado de trabalho", enfatizou ao participar do lançamento do Pacto Nacional pela Inclusão Produtiva das Juventudes.

O ministro pediu às empresas que tentem adequar os salários oferecidos aos patamares de lucro obtidos. "A gente também deixa uma reflexão para as empresalários, se está adequada ao seu nível de lucratividade, se estão compatíveis os ganhos com pagar um salário melhor", disse.

O pacto é uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O documento traz uma série de compromissos para os governos nas três esferas, as empresas, os sindicatos e o terceiro setor atuarem em conjunto pela inclusão produtiva da juventude.

O Unicef destaca que o Brasil vive um momento de redução do percentual de jovens na população. Segundo a entidade, durante duas décadas o país teve mais de 50 milhões de jovens entre 15 e 29 anos de idade. Porém, em 2022, a população com mais de 30 anos já superou a dessa faixa etária.

Dados do MTE mostram que apenas 14% dos jovens desempenham atividades técnicas qualificadas, a maior parte ocupa funções como operador de telemarketing, vendedor e motorista de aplicativo. Trabalham na informalidade, 51% das mulheres e 56% dos jovens negros.

O presidente do Conselho Nacional da Juventude, Marcos Barão, alertou para a necessidade de haver atenção para esses dados e tomar medidas concretas para mudar a situação. "É um futuro muito indesejável, eu garanto isso. É um futuro em que o Brasil envelhece antes de prosperar. E o resultado é pobreza, é violência, é aprofundamento das igualdades, inclusive todas as empresas aqui presentes vão perder. Todo mundo perde", ressaltou.

A inclusão dos jovens passa, de acordo Barão, por temas muito além da simples capacitação profissional. "Todo mundo falou um pouco aqui sobre isso, quem ouviu atentamente, ouviu falar sobre trabalho digno, sobre educação, sobre cidadania, ouviu falar sobre saúde mental, sobre território, ouviu falar sobre temas diferentes. Por essência, por conceito, a exclusão é um desafio complexo, demanda pactuação, demanda soluções sistêmi-

CNJ promove semana de negociação de dívidas tributárias em todo o país de desconto no valor de juros,

Começou na segunda-feira (11) em todo o país a 1ª Semana Nacional de Regularização Tributária, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que conta com a adesão de 33 entes federativos, entre estados e municípios, além da União.

Ao aderir à semana, os órgãos responsáveis pela cobrança de impostos se comprometeram a dar condições vantajosas para que o contribuinte em atraso regularize sua situação.

No caso da União, por exemplo, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) divulgou as condições de negociação por meio de edital lançado no mês passado. São elegíveis à adesão dívidas tributárias de até R\$ 50 milhões.

As condições de descontos e parcelamentos variam. No caso dos inscritos na dívida ativa da União, por exemplo, é possível regularizar a situação com o pagamento de 6% de entrada e até 114 prestações mensais, podendo haver até 100%

multas e encargos legais.

No caso das dívidas federais, a adesão às condições especiais pode ser feita no portal Regularize, da PGFN, desde as 8h da segunda-feira (3).

Dados de 2023 do relatório Justiça em Números, mostram que as execuções fiscais - dívidas tributárias reconhecidas e em fase de cobrança - são 34% de todos os casos pendentes na Justiça, ou 27,3 milhões de processos.

Além da União, outros grande litigantes tributários aderiram à semana de negociação, entre eles a cidade de São Paulo, que sozinha figura como parte em 836.279 processos de execução fiscal. Participa também Salvador, com estoque de 359.155 processos de cobrança de impostos.

Para negociações com os fiscos locais, o contribuinte deve buscar o Tribunal de Justiça de seu estado, onde os mutirões estarão sendo realizados. (Agencia Brasil)

Novo aparelho permite ao Museu Nacional análise detalhada de amostras

operando um microtomógrafo, neiro (UFRJ). Unidos, por uma empresa alemã e considerado um dos mais avançados equipamentos científicos do mundo. O aparelho tem capacidade para operar simultaneamente como um tomógrafo e um microscópio 3D de raio X. O aparelho foi adquirido pela instituição, que é administrada pela Uni-

O Museu Nacional já está versidade Federal do Rio de Ja- acervo que a gente tenha. Sejam que ele seja destruído, você ain-

sil, o coordenador do Comitê Gestor dos Laboratórios do Museu Nacional, professor Cristiano Moreira, revelou que o microtomógrafo tem sido norma nos grandes museus do mundo. "Com a microtomografia, a gente consegue criar imagens tridimensionais de qualquer objeto, qualquer

172 veículos

imagens internas ou externas. da tem a informação tridimensiofabricado na Califórnia, Estados Em entrevista à Agência Bra- Isso é algo fantástico porque tem nal dele". É possível também criinúmeros usos".

> O mais óbvio deles é permitir ter reconstrução tridimensional de um acervo, explicou. "Quando a gente tem alguma coisa que foi tomografada, por exemplo, você mantém as informações, pelo menos morfológicas, de grande parte desse exemplar. Mesmo

ar modelos de peças de acervo e recriar modelos tridimensionais, tanto no âmbito virtual como físico, por meio de impressões 3D.

O novo equipamento pesa 3 toneladas e atenderá a todas as áreas do Museu Nacional, visando à manutenção e à preservação do acervo. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 0005665-82.2023.8.26.0004 Classe: Assunto: Incidente de EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 0005665-82.2023.8.26.0004 Classe: Assunto: Incidente de Desconsideração de Personalidade Juridica - Duplicata Requerente: Ottima Alimentos Básicos Ltda. Requerido: Mateus Laureano da Silva EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0005665-82.2023.8.26.0004 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, de Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Genin Fiore Basso, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MATEUS LAUREANO DA SILVA, que lhe foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Juridica por parte de Ottima Alimentos Básicos Ltda., objetivando a inclusão no pólo passivo da ação, como devedores solidários, os sócios da empresa executada, visando ver satisfeito o seu crédito. Encontrando-se os reius em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta, bem como para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 días conforme os termos do artigo 135 do CPC, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de novembro de 2023. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0040122-46.2023.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 35º Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniel D Emidio Martins, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Paulo Eduardo Buzzetto CPF 256.781.008-07 e Isabel Cristina Felipe CPF 101.429.368-55, que Luiz Lins de Vasconcelos Neto requereu o cumprimento de sentença, para receber a quantia de R\$ 445.094,54 (julho/2023). Estando os executados em lugar ignorado, o cumprimento de sentença, para leceber a quanta de na 4-430-4,04 (julino/2025). Estanto de executados en integra giriorado; expede-se edital, para que em 15 días, a fluir do prazo supra, paguem o débilo, atualizado e acresción das importâncias de direitlo e demais cominações legais, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10%, sobre o valor total da divida (art. 523, § 1º do CPC), iniciando-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente impugnação (art. 525 do CPC). S Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 1001028-61,2020,8,26,0106 O(A) MM, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara, do Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 1001028-61.2020.8.26.0106 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1º Vara, do Fror de Caleiras, Estado de São Paulo, Dría). Gabriela de Oliveira Thomaze, na forma da Lei, etc. Faz saber a Izadiel Marques Barbosa, que Josiete Marques Barbosa, move ação de Procedimento Comum, objetivando a procedência da devida ação para o reconhecimento da UNIÃO ESTÁVEL de seus pais, Adão Fernando Rosa e Silvia Maria Barbosa, no período de 1968 a 2015. Encontrando-se o rêu em lugar ignorado, foi determinada a sua Citação, por Edital, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 20 dias, que fluirá após o decurso do prazo supra, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que lhe será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de Caieiras, aos 20 de setembro de 2023.



Edital de Citação. Prazo 20 dias. Proc. 1013027-16.2022.8.26.0114. O Dr. Carlos Eduardo Mendes. Juiz de Direito n° 397.714.468-51, portador do RG n° 46906353 - SP) que Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A he ajuízou uma ação de **Busca e Apreensão** relativo ao * veículo marca FIAT , modelo TORO VOLCANO 2.0 16V ano fab./ mod. 2019 / 2019, combustível DIESEL , cor PRATA , chassi 98822617CLKC79966 , placa BVL5G01 , RENAVAM 001201930003 *. E estando o réu, em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que en 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, requerer a purgação da mora depositando, sob pena de consolidar-se priedade e a posse plena do bem no patrimônio do autor (art. 3º, §1º do decreto lei 911/69, alterado pela le 10.931/04), podendo, ainda, no prazo de 15 dias, após os 20 dias supra, contestarem o feito, sob pena de onfissão e revelia. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado rador especial. Será o edital afixado e publicado nos termos da lei. Campinas, 11/12/2023.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 4001975-26.2013.8.26.0004 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2º Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Seung Chul Kim, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a PATRICIA ANTUNES DE OLIVEIRA, Brasileira, RG 27030316, CPF 183.405.148-73, que, por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Condominio Edificio Sessenta e Seis. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R\$10.314,07. devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda de fica de

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 0043660-69.2022.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 33ª Vara Civel, do Foro Central Civel, Estado de São Paulo, Dr(a). Douglas lecco Ravacci, na forma da Lei, etc. Faz saber a Aubrew Carl Brown, CPF. 816.723.688-72. que lhe foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de Vitor de Almeida Raposo, requerendo a desconsideração da personalidade jurídica do reisunanuaue juridica por parte de Vitor de Almeida Raposo, requerendo a desconsideração da personalidade jurídica do requerido, integrando-o ao polo passivo e respondendo com seus patrimônios. Encontrando o réu em lugar incerto e não abidio, foi deferida a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após prazo supra, manifeste e apresente provas cabíveis, nos termos do art. 135, do CPC. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 28 de novembro de 2023.

Jornal **ODIA** Edital de citação – Prazo de 20 dias. Processo nº 1048090-16 2023 8 26 0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 06º Vara da Familia e Sucessões do Foro Regional II º Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Juliana Morais Bicudo, na forma da Lei, etc. Faz saber a Eventuais Sucessores, reus incertos e não sabidos, bem como seus conjugues se tiver e terceiros interessados, que Catia Ferreira de Souza Vital, move ação de Procedimento Camum, objetivando o reconhecimento da União Estavel entre a autora e o réu Silvio Meirinho de Oliveira (falecido em 06/02/2023) do periodo de 01/07/2013 até 06/02/2023. Encontrando-se os supracitados em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, por porta de 15 de 150 d para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade

Edital de citação - Prazo de 30 dias. Processo nº 0014737-05.2022.8.26.0562 Ao Dr. Fabio Francisco Taborda, MM. Juiz de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro de Santos -Santos/SP. Faz saber a Rrodrigo Marques dos Santos, brasileiro, empresário, inscrito no CPF:282.301.848-44, com domicílio na Alameda Ministro Rocha Azevedo, 38, apt. 1005, Cerqueira empresario, inscrito no CPF:282.301.348-44, com domicilio na Alameda Ministro Rocina Azevedo, 38, apt. 1009, Cerqueira Cesar, São Paulo/SP, CEF. 01410-000, que lhe foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica por parte de Joseph Robert Terrell Alves da Silva, requerendo inclusão do sócio no polo passivo da execução. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, presumi-se-ão aceitos, pela parte ré, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora. Em caso de revella, será nomeado curador especial, nos termos do art. 257, IV, do Código de Processo Civil. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 22 de novembro de 2023.

Lucas Eduardo Dalcanale

VEÍCULOS EM FIM DE VIDA ÚTIL

ONLINE *LEILÃO dia 12/12/2023* **TERÇA-FEIRA**

Leilão 14h30

41 3134-3450 LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 - Borda do Campo - São José dos Pinhais - PR

COLISÃO: 2 CIVIC: 2019 2020 2003 CLASSIC 2013 2014 CLIO 2015 2016 9 COROLLA: 2012 2015 2016 2014 2015 2018 2019 2014 2015 2012 2013 1883 CORSA: 1998-1999-1995-1996-1995 CRETA-2017 CRUZE-2012 3 CR-V: 2009-2010-2011-2011 DELIVERY 2014-2015 2 ECOSPORT 2004 2017 ELANTRA 2012 2013 ELITE 2019 2 ESCORT: 1992 1999 2000 ETIOS 2012 2013 F-250 2004 F-350 1999 FIELDER 2007 2008 3 FIESTA: 1994 2014 2017 ELANTRA 2012 2013 ELTIE 2019 2 ESCORT: 1992 1999 2000 ETIOS 2012 2013 F-230 2004 F-330 1999 FIELDER 2007 2008 FIESTA: 1996 2013 2014 2014 2017 2018 2017 2008 FILLENCE 2014 4 FOCUS: 2011 2015 2018 2019 2015 2 FOX: 2011 2016 2017 FUSION 2013 15 GOL: 2008 2009 2012 2013 1996 2019 2020 2010 2011 1994 2004 1993 1996 2011 2012 1996 2018 2012 2013 2006 2004 2005 2 GRAND SIENA: 2013 2014 2019 7 HB20: 2014 2015 2014 2019 2020 2016 2017 2019 2015 2014 HILUX CD 2011 2012 130 2010 2011 2 JETTA: 2011 2012 2015 3 KA: 2016 2017 1997 1998 2019 2020 KADETT 1993 KICKS 2018 2019 KWID 2020 2021 2 MASTER: 2017 2018 2002 2003 MERIVA 2012 2 MOBI: 2018 2019 2016 2017 4 MONTANA: 2017 2018 2018 2019 2014 2015 2013 2 NINJA 300; 2014 2015 2014 2 NINJA 400; 2020 2019 2020 12 ONIX: 2019 2019 2019 2020 2019 2020 2018 2019 2015 2015 2016 2017 2019 2013 2019 2020 2019 2020 7 PALIO: 2016 2002 2003 2009 2010 1996 2008 2011 2011 2012 PARATI 2008 2009 3 POLO: 2010 2011 2017 2018 2009 2010 3 PRISMA: 2019 2007 2013 3 PUNTO: 2012 2013 2012 2013 2013 QUANTUM 1986 3 RANGER. 2011 2015 2016 2011 2012 REBOQUE 2017 RENEGADE 2017 2018 2 S10: 2009 2010 2012 2013 SANDERO 2011 2012 SANTA FE 2010 2011 SANTANA 2001 2 SAVEIRO: 2019 2020 2012 2013 SENTRA 2019 4 SIENA: 2008 2015 2002 2003 2009 2010 3 SONIC SEDAN: 2014 2012 2013 2014 SPACEFOX 2012 6 STRADA: 2014 2015 2009 2010 2012 2013 2011 2012 2015 2016 2018 ROUBO/FURTO: BONGO 2011 C4 PALLAS 2009 2010 EN125 2008 2009 VELOSTER 2012 2013

w dos Chassis: 2R008002 Recortado 33061741 Normal 3R020155 Recortado 4B507881 Normal 4P015756 Normal 4T067949 Normal 58602307 Norma 5B179733 Normal 5B245072 Avariado 6G155541 Normal 6T149855 Normal 70038402 Recortado 70074613 Recortado 7B033605 Normal 7T122120 Normal 77214426 Normal 82057093 Normal 85253233 Normal 88228671 Normal 8B030302 Recortado 8G005926 Normal 8Z203870 Normal 90027606 Recortado 94261779 Normal 95011078 Normal 9B152727 Normal 9M050181 Normal 9T214253 Normal 9Z108512 Normal A5535239 Normal A6346722 Recortado A7677443 Normal A8023711 Normal AB184230 Avariado AC116237 Recortado AG505575 Recortado AG548708 Normal AJ514449 Normal AM001987 Recortado AP091791 Normal AT086905 Normal B5734672 Normal BB225814 Normal BB505918 Normal BC226133 Normal BG031212 Normal BH260478 Normal BJ532340 Normal BP075176 Normal BTY53180 Normal c0234614 Normal C2202464 Normal CB211702 Normal CB314284 Normal CB326820 Normal CG232946 Normal CJ295556 Normal CT119327 Normal D0445511 Normal D2597284 Normal D4111684 Normal D4754573 Normal D7610178 Normal D8815494 Normal DB277707 Normal DB544364 Normal DG222010 Normal DG231478 Recortado DP002687 Normal DP012720 Normal DR121362 Normal E2208676 Normal E5935486 Normal E8880184 Normal EA530928 Normal EB233187 Normal ECD86755 Normal EG542486 Normal EJ208196 Normal EJ215228 Normal EJ500281 Normal EJ735074 Normal EK417298 Normal EL196526 Normal EP006958 Avariado EP024307 Normal EP184242 vormal ER512981 Normal ET256172 Normal ez105432 Normal F0215133 Recortado F2085327 Recortado F8121347 Normal FJ258975 Normal FJ539183 Normal FM000147 Normal FP029382 Recortado FP088341 Normal FP136832 Normal FP355325 Normal FP537202 Normal FP547116 Recortado FZ21407 Vormal FZ224862 Normal GB030356 Normal GB514108 Normal GG012409 Normal GG164041 Avariado GP008456 Normal GP526567 Normal GT032430 Normal H0329640 Normal H8420984 Normal HB195588 Normal HC418827 Normal hg123093 Recortado HJA00113 Recortado HP664092 Normal J4A78689 Normal J9086715 Normal JB000914 Normal JB034812 Normal JB199699 Normal JJ710951 Recortado JP863878 Normal JP891050 Normal JT074829 Recortado IZ116060 Normal JZ255520 Normal K0842153 Normal K5106099 Normal KA046038 Normal KB619635 Normal KE175828 Normal KG195688 Norma KJ054624 Normal KJ929236 Normal KP526791 Normal KYJ16851 Normal L4061426 Normal L8388267 Normal L8429591 Normal L8774655 Norma B178035 Normal LG126631 Normal LJ240764 Normal LR105612 Normal LT519429 Normal LY391862 Normal M4013164 Normal MB090180 Norma MC114591 Normal MK200149 Normal MT033453 Recortado N8942634 Normal nb102587 Recortado NB519876 Normal NFS00343 Normal NG158016 Normal NJ025531 Recortado NKL44590 Recortado NYW91950 Recortado P2161157 Normal PJ330241 Normal pp005672 Recortado PYB21547 Norma PYZ93851 Recortado RB056416 Recortado SB760166 Recortado TP059816 Recortado VB614490 Recortado XT026816 Recortado

CONDICÕES: OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA. DEBITOS DE IPVA. MULTAS DE TRÂNSITO QU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECALAN ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRIVEL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DESTRIBUIDO NO LEILÃO. MIGUEL DONHA JR – LEIOEIR OFICIAL – JUCEPAR 14/256L. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. RUA ESTRADA DA ROSEIRA, 6725 - BORDA DO CAMPO CEP: 83075-010 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PR (41) 3134-3450

(CATALOGO, LOCAL DEVISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE)

não controladores patrimônio líquido

Total do

Balanço

5.2

2 301 203 419 0

162.022 124.8

11 573 260 2 225 2

961.177

2022 41.693 41.015

678

7 33.718.521 7.725.140

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidad

53 389.436

- - 18.891.056 33.760.214 7.763.652 54.823.778 8.420.5

33.718.521 7.725.140 38.384.673

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Caixa e equivalentes de caixa

Pagamentos antecipados a fornecedores

Contas a receber

Outros ativos

Imohilizado

Total do ativo

Partes relacionadas Depósito garantia

Investimentos em controladas

Jornal O DIA SP

				- 1	Demonstr	ações Fii
s p	atrimoniais					
_			Control		Consol	
21	!	Nota	2022	2021	2022	2021
04	Passivo circulante		217	149	4.116.322	958.481
79	Fornecedores	9	-	-	1.735.310	532.347
55	Arrendamento	-	-	-	221.001	
15	Obrigações trabalhistas	11	-	-	986.692	
-	Obrigações tributárias	12	217	149	538.722	102.359
	Contas a pagar por aquis	ição				
-	de controlada	10	-	-	622.262	
55	Outras contas a pagar				12.335	108.842
74	Passivo não circulante				4.680.525	1.972.462
68	Provisão para					
00	contingências	13	-	-	2.073.022	1.447.973
-	Arrendamento	-	-	-	391.354	
70	Partes relacionadas	5			1.060.638	396.189
36	Contas a pagar por aquis	ição				
78	de controlada	10	-	-	1.145.428	
	Outras contas a pagar	-	-	-	10.083	128.300
ıs	Patrimônio líquido	14	33.759.997	7.763.503	46.026.931	5.489.635
	Capital social	-	51.100.000	10.050.000	51.100.000	10.050.000
ia).	Reserva de capital	-	(4.965.573)	-	(4.965.573)	-
onj.	Prejuízos acumulados	-	(12.374.430)	(2.286.497)	(12.374.430)	(2.286.497)
que	Paricipação de acionistas	3				
Dr.	não controladores				12.266.934	(2.273.868)
ens	Total do passivo					
dor.	e patrimônio líquido		33.760.214	7.763.652	54.823.778	8.420.578
"Dr.	Explicação Deduções Pa	arcol	21/12/2022			
25.	Valor Reaiustado Parce					726.758
a 0	(-) Total Deduções	id JI	114/4044			(52.394)
ka ma						(32.334)

Valor Demanda Trabalhista (Parcela Proprietários RB)

) Pagamento uso de Imagem (PICRIGHTS) +) Compensação tributária exercício de 2021 - Apuração dez/21

(4.350)

28.669 (**592.787**)

01/01/2022

7.082.672

Contrato de Mútuo - Clínica Sena

Valor prêmio recebido Compra Alphaville

Total

) Valor de Multa CRMV

Efeito caixa: jan/22

em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Treecorp Saúde Animal Participações S.A. (Companl localizada na cidade de São Paulo - SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2055, C 102, sala G, Jardim Europa, é uma sociedade anônima constituída em 19/11/2019 102, saia d, jadini Lupa, e tinia sociedada anomina di miniciou efetivamente suas atividades no exercicio corrente com a aquisici
pa priori di Patinhas Holding S.A. A Companhia tem como atividade fim, a administração de l
próprios e a participação em outras sociedades, como acionista, sócio e/ou control
Dr. Patinhas Holding S.A. ("Dr. Patinhas"): A Dr. Patinhas Holding S.A. Patinhas"), localizada na cidade de São Paulo - SP, na Avenida Gustavo Adolfo na sala 05, 6 uma sociedade anônima constituída em 15/11/2019, que desempenha o papel de holding do Grupo WeVets. A Dr. Patinhas no exercício findo em 31/12/2022, tem como atividade principal a participação em outras sociedades relacionadas ao ecossistema de saúde animal, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (holding) A partir de 2019, a Dr. Patinhas realizou seus primeiros movimentos orgânicos e inorgânicos na jornada de criação de valor de longo prazo para os stakeholders do grupo WeVets com a aquisição de participação do capital social das empresas abaixo, que (-) Valor Pago em 31/12/2022 passaram a ser controladas pela Dr. Patinhas e incluídas em suas demonstrações valor Total a ser Pago 15/02/2023 81.577 contábeis: Alcateia Participações Veterinárias S.A. ("Alcateia"): A Alcateia Apresentamos, a seguir, a apuração do valor de goodwill, que corresponde à diference de la controlada de la control passarian à sel columbidates para in Talamas e maiora contrableis. Alcateia Participações Veterinárias S.A. ("Alcateia"): A Alcateia Apresentamos, a seguir, a apuração do valor de goodwill, que corresponde à diferença Participações Veterinárias S.A. ("Alcateia"), localizada na cidade de São Paulo - SP, na Avenida Gustavo Adolfo nº 25, sala 01, é uma sociedade anônima constituída em avalores patrimoniais inicialmente apurados em 01/01/2022: 15/11/2019, diretamente controlada pela Dr. Patinhas, é a entidade do Grupo WeVets

Data da obtenção do controle

Data da obtenção do controle que concentra as participações societárias das unidades hospitalares (operacionais) do grupo. Hospital Veterinário Sena S.A., ("Sena Madureira"): A entidade Hospital Veterinário Sena S.A., atual denominação da Smartlab Centro Diagnóstico Veterinário Sena S.A., atual denominação da Smartlab Centro Diagnóstico Veterinário Sena S.A., atual denominação da Smartlab Centro Diagnóstico Veterinário Sena Valud de São Paulo - SP, na Rua Sena Madureira, nº 898, Vila Clementino, é a entidade controlada diretamente pela Dr. Patinhas. Fundado em 1969, o Hospital Veterinário Sena Madureira é uma das referiacias em medicina veterinária no godivill no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço o godivill no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço o godivill no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço o godivill no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço o godivill no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço o godivill no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço o godivill no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço o godivill no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço o godivill no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço o godivill no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço o godivill no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço o godivillo no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço o godivillo no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço o godivillo no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço o godivillo no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço o godivillo no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço o godivillo no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço o godivillo no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço o godivillo no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço o godivillo no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço o godivillo no go que concentra as participações societárias das unidades hospitalares (operacionais) do Hospital Veterinário Sena Madureira é uma das referências em medicina veterinária na o godovilli no montante de R\$ 1.287.850 foi registrado no balanço patrimonial, cidade de São Paulo. Com investimentos em infraestrutura e excelência operacional, o na rubrica "Intangível" nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. Sena Madureira, assim como nos melhores hospitais humanos, possui um amplo rol de A avaliação do valor justo foi realizada por empresa especializada, contratada pela mais de 30 especialidades - incluindo cardiologia, cirurgia, demandologia, ortopedia, odontologia, oftalmologia, oncologia entre outros - para oferecer o melhor tratamento em odontologia, offalmologia, oncologia entre outros - para oferecer o melhor tratamento em medicina veterinária para os pets e tutores da região de São Paulo. **Hospital Veterinário** consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis Braz Leme Ltda. ("Braz Leme"): A entidade Hospital Veterinário Braz Leme Ltda., localizada na cidade de São Paulo - SP na Avenida Braz Leme nº 368. Bairro Santana é individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. 2.3. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas uma sociedade limitada constituída em 06/09/2021. O Hospital Braz Leme concentra as com infraestrutura de ponta, corpo clínico altamente qualificado e capacitado para oferecer tratamentos em mais de 30 especialidades para pets de todos os portes. A sua constituição no segundo semestre de 2021, e início das operações em 2022. **Netvet** exercícios apresentados nessas demonstrações contâbeis. a) **Instrumentos Tecnologia para Veterinários Ltda.** ("Netvet") A entidade Netvet Tecnologia para fainaceiros. i) **Ativos financeiros não derivativos**: A Companhia reconhece os Veterinários Ltda., localizada na cidade de Florianópolis - SC, na Rua Bocaliuva nº 2125, emprestimos, recebiveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. 2º andar, Centro, é uma sociedade limitada constituída em 25/04/2018. A entidade atua nomercado de sistemas de gestão de negócios e sistemas ERP voltado para o setor de comercialização produtos e serviços PET, veterinários audifonomos, petshops, clínicas e Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. omercado de sistemas de gestão de negócios e sistemas ERP voltado para o setor de comercialização produtos e serviços PET, veterinários autónomos, petshops, clínicas e hospitais veterinários, detentora de direitos autónoras e conyright do código relacionados ao software VETGO. **Assistência Médica Veterinária Ltda.** (**'Rebougas**'): A entidade patrimonial, somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores hospitais veterinários, detentora de direitos autorias e cupyrigin un congre partinimaria, somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores a sostivare VETGO. Assistência Médica Veterinária Ltda. ("Rebouças"): A entidade Assistência Médica Veterinária Ltda. (localizada na cidade de São Paulo - SP, na Avenida Rebouças nº 1615, Cerqueira Cesar, é uma sociedade limitada constituída em 20/12/1978. O Hospital Veterinário Rebouças é uma instituição de excelência em cesultado: Um ativo financeiror é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso mentrados p medicina veterinária, fundada em 1978 é reconhecida como uma das principais referências da cidade de São Paulo. Com investimentos continuos em infraestrutura e operações, o hospital é reconhecido como um dos mais antigos e renomados de São paulo, sendo uma opção confiável para investidores e auditores. O hospital conta com decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de um corpo clínico altamente qualificado e capacitado em mais de 30 especialidades, riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da proporcionando tratamentos de qualidade para pets de todos os portes. Essa expertise em diversas áreas é um diferencial que o torna uma referência para tutores que buscam o melhor atendimento para seus animais. Além disso, o Hospatia Veterinário Rebusca en registrados pelo valor justo, por qual per pera pela excelência operacional, com uma gestão eficiente que busca sempre oferecer o melhor para seus pacientes e clientes. Hospital Veterinário Café S.A. ("Jabaquara"):

mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangem aplicações financeiras.

A entidade Hospital Veterinário Café S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São
Paulo - SP, na Avenida Café nº 466, Bairro Vila Guarani, é uma sociedade anônima
investimentos temporários de curto prazo, com até 180 dias da data da aplicação ou constituída em 15/07/2022. O Hospital Jabaquara concentra as atividades do segundo considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa projeto greenfield do Grupo WeVets: um hospital com infraestrutura de ponta, corpo clínico altamente qualificado e capacitado para oferecer tratamentos em mais de 30 registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auteridos se despecialidades para pets de todos os portes. Com investimentos confitinos em registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auteridos até as datas em das balaciones, que não exercidos dos rendimentos auteridos se de sa datas em das balacios, que não exercidos dos rendimentos auteridos em das valores de mercado ou de realização, iii) Passivos infraestrutura e operações, o Hospital Jabaquara é uma opção confiável para tutores que buscam o melhor atendimento para seus animais. Seu corpo clínico altamente passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (inclinido passivos designados pelo valor justo registrados no passivos financeiros (inclinido passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se toma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece capacitado é composto por profissionais de diversas especialidades, oferecendo tratamentos de qualidade em áreas como cardiología, dermatología, oncolegía e ortopedia, entre outras. Hospital Veterinário Moreira de Barros Ltda. ("Santana"): A entidade Hospital Veterinário Moreira de Barros Ltda., localizada na cidade de São um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou Paulo - SP, na Rua Conselheiro Moreira de Barros nº 1201, Santana, é uma sociedade expiradas. Os passivos financeiros são compensados e o valor fliquido é apresentado no limitada constituída em 23/06/2022. O Hospital Veterinário Santana é uma instituição de referência na área de medicina veterinária, reconhecido pelo mercado pela sua valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o imitada constituída em 23/06/2022. O Hospital Veterinário Santana é uma instituição balanço pal de referência na área de medicina veterinária, reconhecido pelo mercado pela sua valores e a excelência em atendimento e infraestrutura de ponta, conta com um corpo clínico passivo sin altamente qualificado, formado por profissionais de diversas especialidades, que se mantêm atualizados com as mais modernas técnicas e equipamentos para garantir o melhor tratamento para os animais. Entre as especialidades oferecidas, destacam-se a cardiologia, dermatologia, oftalmologia e cirurgia. **Vetdiag Lab Ltda. ("Laboratório** WeVets"): A entidade Vetdiag Lab Ltda., localizada na cidade de São Paulo - SP, na Rua Cardeal Arcoverde nº 1609, sala 03, Pinheiros, é uma sociedade limitada constituída em 02/09/2022. O Laboratório Veterinário da WeVets é uma nova empreitada grupo que tem por objetivo se tornar uma referência no mercado de análises laboratoriais veterinárias. A operação de diagnósticos tem como meta oferecer um servico de excelência, com precisão e agilidade, para seus clientes, que incluem veterinários parceiros e também tutores. A empresa se compromete a seguir rigorosos padrões de qualidade, desde a coleta das amostras até a entrega dos resultados, garantindo a satisfação e confiança de seus clientes. 2. Base de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: 2.1. Base de preparação e aprovação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de promunciamentos Contábeis aplicável a pequenas e médias empresas (CPC PME) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o contabes advicates an orasin requirer to so de certas estimavas contabes criticas e exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa n 2.3. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referente 2.3. As Delinoistrações contadeis individuais e consolidadas de Companina Terrenties ao exercício findo em 31/12/2022 foram aprovadas pelo corpo diretivo, administradores e investidores em 31/05/2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.1.1. Bases de consolidação: As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas (direta ou indiretamente), encerradas na mesma data-base, sendo consistentes com as práticas contábeis descritas nos tópicos da Nota Explicativa nº 2.3. As controladas praticas contables descritats his ciplicas da rivial Equinatura II - 2.5. As controllados foram consolidadas integralmente incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de:

(a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; (b) saldos de contas correntes e

consolidadas; (c) receitas e despesas, be aplicável, decorrentes de negócios entre as e	m como lucros não r	ealizados, quando
contábeis consolidadas incluem as opera		
controladas, cuja participação percentual na		
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	Tipo de controle Pa	
Dr. Patinhas Holding S.A.	Controlada direta	50%
Alcateia Participações Veterinárias S.A.	Controlada indireta	100%
Netvet Tecnologia para Veterinários Ltda.	Controlada indireta	100%
Hospital Veterinário Sena S.A.	Controlada indireta	100%
Hospital Veterinário Braz Leme Ltda.	Controlada indireta	100%
Hospital Veterinário do Café S.A.	Controlada indireta	100%
Assistência Médico Veterinária Ltda.	Controlada indireta	100%
Hospital Moreira de Barros Ltda.	Controlada indireta	100%
Hospital Veterinário Braz Leme Ltda.	Controlada indireta	100%
2.1.2. Combinação de negócios: Os valor	es dos investimentos o	considerados para

outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas

combinações de negócio, registradas foram as seguintes: a) Dr. Patinhas Holding S.A adquirido em 30/06/2021: Em 09/06/2021 a Companhia celebrou o acordo de investimento por meio do qual adquiriu 50% de participação societária da Dr. Patinhas Holding S.A. O controle efetivo da adquirida foi considerado como sendo em 30/06/2021, data em que efetivamente a administração passou a ser realizada pela Companhia. Na cláusula 2.2.2 do "Acordo de investimentos e Outras Avenças" firmado entre as partes envolvidas nesta, menciona que o valor do investimento inicial para aquisição de 50% das ações ordinárias é de até R\$ 31.000.000 (trinta e um milhões de reais) que serão pagos da seguinte forma: i) O valor do acordo de investimento inicial a vista R\$~10.000.010,00 deve ser transferido até 26/07/2021; e ii) O valor complementar de R\$~20.999.990,00 deve ser transferido em até 25 dias após o recebimento da notificação de chamada de capital, que correu em janeiro de 2022; Apresentamos, a seguir, a apuração do valor de goodwill, que corresponde à diferença entre o preço de compra pela aquisição de controle da Sociedade adquirida em relação aos valores

Data da obtenção do controle	30/06/2021
Percentual adquirido	50%
Contraprestação transferida a valor presente	31.000.000,00
Valor patrimonial antes da integralização	(386.770)
Valor patrimonial após da integralização	30.613.230
Participação ajustada no patrimônio após a integralização (50%)	15.306.615
Marca Aquisição Coligadas	1.980.500
Ágio (goodwill)	13.712.885
O goodwill no montante de R\$ 13.712.885 foi registrado no balanço	o patrimonial, n

patrimoniais inicialmente apurados em 01/01/2022

(=) Valor Aquisição Hospital Rebouças (i)

(-) Valor pago pela Aquisição do Rebouças até 31/12/2022 (i) (5.460.659)

rubrica "Intangível" nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia como o valor de marcas, sendo apresentado somada a investimentos no balanço individual. A avaliação do valor justo foi realizada por empresa especializada, contratada pela administração para este fim e o laudo registrado. b) Assistência Médica Veteriaária Ltda. ("Rebouças") adquirido em 10/01/2022: Em 10/01/2022 a Companhia celebrou o contrato de compra e venda por meio do qual adquiriu 100% de participação societária da empresa Assistência Médica Veterinária Ltda. (Rebouças). O controle efetivo da adquirida foi considerado como sendo em 01/01/2022. Na cláusula 3.1 do "Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças" firmado entre as partes envolvidas nesta, menciona que o preço de compra total é de até R\$ 7.082.672 (sete milhões, oitenta e dois mil, setecentos e setenta e dois reais) que serão pagos conforme as seguintes condições: iii) Preco à vista R\$ 400.000.00; iv) Preco diferido de R\$ 4.467.872,35 a ser pago em 04/02/2022, atualizado da assinatura até a data do pagamento pelo IPCA acrescido de 3% ao ano; e v) Parcelas anuais no montante total de R\$ 2.214.800,00, atualizado da assinatura até a data do pagamento pelo IPCA acrescido de 3% ao ano; As parcelas terão os seguintes vencimentos

				, ,					
(+) Valor re	eajuste p	oarcelas a p	oagar IPC	4 +3% (ii)		198.071	-	 CS - calculada à alíquota de 9% sobre 	
(-) Valor De	duções e	explicitas er	m contrat	o (iii)		(52.394)	-	fluxos de caixa: As demonstrações dos flu	xos de caixa foram p
Valor Saldo	a Paga	r Rebouça	S		1	1.767.690	-	indireto e estão sendo apresentadas de a	cordo com o Pronun
	Venci-		Aj. IPCA	Valor	(-) Dedu-	Valor	Valor a	PME Seção 7.	
	mento	Original	+ 3%	ajustado	ções	pago	pagar	3. Caixa e equivalentes de caixa:	Controladora
Pag. 1: Já	12/01							•	2022 2021
realizado	/2022	400.000	-	400.000	-	(400.000)	-	Caixa disponível em lojas e conta corrente	295 246
Pag. 2: Já	03/02							Aplicações financeiras	40.720 38.213 1
realizado	/2022	4.467.872	-	4.467.872	-	(4.467.872)	-	Total	41.015 38.459 1
Pag. 3: Já	30/12							As aplicações financeiras de curto prazo em	CDB/FIC indexadas
realizado	/2022	667.100	59.658	726.758	(52.394)	(592.787)	81.577	liquidez e prontamente conversíveis em um	montante conhecido
Pag. 4:	30/12							insignificante risco de mudança de valor, e	são aplicados em at
A vencer	/2023	496.300	44.385	540.685	-	-	540.685	4. Contas a receber:	
Pag. 5:	30/12								
A vencer	/2024	368.800	32.982	401.782	-	-	401.782	Duplicatas a Receber - Clientes Finpet (Ope	radora de Cartão)
Pag. 6:	30/12							Duplicatas a Receber - H4P (Plano de Saúd	e)
A vencer	/2025	260.000	23.252	283.252	-	-	283.252	Duplicatas a Receber - Clientes Pessoa Físi	ca
Pag. 7:	30/12							Total	
A vencer	/2026	244.700	21.884	266.584	-	-	266.584	Aging do contas a receber:	
Pag. 8:	30/12								
A vencer	/2027	177.900	15.910	193.810			193.810	A vencer	
Total		7.082.672	198.071	7.280.743	(52.394)	(5.460.659)	1.767.690	Vencidos de 1 a 30 dias	

31/12/2022 31/12/2021

a	valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o
0	passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não
е	derivativos: empréstimos, dividendos a pagar e outros passivos. b) Contas a receber
0	de clientes: As contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonia
a	pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos e deduzidas da provisão
0	para perdas esperadas. Os saldos das contas a receber referem-se substancialmente
a	aos valores pagos por clientes por meio de cartões de crédito e débito. Tais recebíveis
n	são registrados inicialmente pelo valor nominal da transação que corresponde ao valor
n	de venda dos serviços veterinários prestados e subsequentemente mensurados ac
n. N	custo amortizado. A Perda Esperada com Créditos (PEC) é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de
n	acordo com as condições originais das contas a receber. c) Imobilizado: Os itens do
a	imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da
a	depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os
е	gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido
s	pela Administração, excluindo custos de financiamentos. A Companhia inclui no valor
S	contábil de um item do imobilizado o custo de renovações somente quando for prováve
е	que este custo proporcionará futuros benefícios econômicos. Todos os outros reparos e
S	manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.
е	A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus
е	custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue
е	 Instalações - 25 anos; Aparelhos medicina e cirurgia - 10 anos; Instrumentos de
S	medicina veterinária e cirurgia - 10 anos; • Móveis, máquinas e utensílios - 10 anos
0	Veículos - 05 anos; • Utensílios diversos - 10 anos; • Computadores e periféricos
e	- 05 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são
e 0	revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é
<u>0</u>	imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior
s	que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são
S	determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são
é	reconhecidos em "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado
е	d) Intangível: Todos os ativos intangíveis são considerados como tendo uma vida úti
a	definida. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças
S	e relações contratuais durante a vida útil estimada, como segue: • Licenças de
S	software - 05 anos. Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados
S	somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos
S	ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. e) Investimentos: Os investimentos da Companhia em
e	suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial
e e	conforme CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Seção 9, para
S	fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. Com base no método
0	da equivalência patrimonial, os investimentos na controlada são contabilizados no
S	balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a
S	aquisição da participação societária na controlada. A participação societária na
	controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como
	equivalência patrimonial, representando o lucro líquido ou prejuízo atribuível aos
	acionistas da controladora. As demonstrações contábeis da controlada são elaboradas
	no mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados
	ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia
	determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o
	investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data
	de fechamento das demonstrações contábeis, se há evidência objetiva de que o
	investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for
	a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a
a	diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o
	montante na demonstração do resultado. Agio ("Goodwill"): O valor do ágio
e	("Goodwill") é decorrente de operação de aquisição de novos negócios e será alvo em período não superior a 13 meses de laudo de avaliação do preço de compra, conforme
	CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Seção 19, e estará sujeito
a	anualmente ao teste de recuperabilidade (impairment) e a amortização não superior a
S	10 anos. f) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Os demais
6	ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo valor líquido de realização.
0	g) Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas
a	pelo valor de compra e, subsequentemente, não sendo calculado nenhuma taxa efetiva
e	de custos por serem condições de pagamento de curto prazo. h) Provisões: As provisões
a a	são reconhecidas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (b) é provável que uma saída de
e	recursos seja necessária para liquidar uma obrigação ou risco com média ou alta
s	probabilidade de materialização; e (c) o valor possa ser estimado com segurança
	As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários
	para liquidar a obrigação ou risco com média ou alta probabilidade de materialização
	com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado
	para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação
	i) Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação
	recebida ou a receber pela prestação de serviços veterinários e comercialização de
	produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida
	de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que
a	benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia; e (iii) critérios específicos
n	tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. j) Receitas
0	financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos
a	investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e
a	variações no valor justo de ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado
a	A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos
е	 k) Despesas financeiras: As despesas financeiras abrangem despesas com juros
١.	sobre financiamentos, líquidas do desconto a valor presente das provisões (se houver)
a	variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do
o é	resultado e perdas por redução ao valor recuperável reconhecida nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas
е	comerciais. Os custos de financiamentos que não são diretamente atribuíveis à
0	aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no
a	
е	resultado por meio do método de juros efetivos. I) IR e CS: O IR e a CS das operações
A	resultado por meio do método de juros efetivos. 1) IR e CS: O IR e a CS das operações são apurados através do regime de "lucro presumido", exceto pela NetVet que está
	são apurados através do regime de "lucro presumido", exceto pela NetVet que está enquadrada no regime de "lucro real". Lucro real : A alíquota de IRPJ é de 15%
	são apurados através do regime de "lucro presumido", exceto pela NetVet que esté enquadrada no regime de "lucro real". Lucro rea l: A alíquota de IRPJ é de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável, enquanto a CSLL é de 9% sobre
	são apurados através do regime de "lucro presumido", exceto pela NetVet que está enquadrada no regime de "lucro real". Lucro rea l: A aliquota de IRPJ é de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável, enquanto a CSLL é de 9% sobre o lucro tributável conforme legislação tributária vigente. Lucro presumido: Com base
	são apurados através do regime de "lucro presumido", exceto pela NetVet que está enquadrada no regime de "lucro real". Lucro rea l: A aliquota de IRPJ é de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável, enquanto a CSLL é de 9% sobre o lucro tributável conforme legislação tributária vigente. Lucro presumido : Com base no regime de "lucro presumido", o lucro tributável corresponde a 32% do faturamento.
	são apurados através do regime de "lucro presumido", exceto pela NetVet que esté enquadrada no regime de "lucro real". Lucro real : A alfiquota de IRPJ é de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável, enquanto a CSLL é de 9% sobre o lucro tributável conforme legislação tributária vigente. Lucro presumido : Com base no regime de "lucro presumido", o lucro tributável corresponde a 32% do faturamento bruto das operações, acrescidos de outras receitas operacionais. • IR - calculado à
	são apurados através do regime de "lucro presumido", exceto pela NetVet que está enquadrada no regime de "lucro real". Lucro rea l: A aliquota de IRPJ é de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável, enquanto a CSLL é de 9% sobre o lucro tributável conforme legislação tributária vigente. Lucro presumido : Com base no regime de "lucro presumido", o lucro tributável corresponde a 32% do faturamento.
	são apurados através do regime de "lucro presumido", exceto pela NelVet que esté enquadrada no regime de "lucro real". Lucro real : A alíquota de IRPJ é de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável, enquanto a CSLL é de 9% sobre o lucro tributável conforme legislação tributária vigente. Lucro presumido : Com base no regime de "lucro presumido", o lucro tributável corresponde a 32% do faturament bruto das operações, acrescidos de outras receitas operacionais. • IR - calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10%
	são apurados através do regime de "lucro presumido", exceto pela NetVet que está enquadrada no regime de "lucro real". Lucro real: A alíquota de IRPJ é de 15% acresciád ao adicional de 10% sobre o lucro tributável, enquanto a CSLL é de 9% sobre o lucro tributável conforme legislação tributária vigente. Lucro presumido: Com base no regime de "lucro presumido", o lucro tributável corresponde a 32% do faturamento bruto das operações, acrescidos de outras receitas operacionais. • IR - calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% • CS - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. m) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC
	são apurados através do regime de "lucro presumido", exceto pela NeViet que esté enquadrada no regime de "lucro real". Lucro real : A alíquota de IRPJ é de 15% sobre o lucro tributável, enquanto a CSLL é de 9% sobre o lucro tributável corresponde a 32% do faturamento a comparado e de la comparado e la co
	são apurados através do regime de "lucro presumido", exceto pela NetVet que esté enquadrada no regime de "lucro real". Lucro real: A alíquota de IRPJ é de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável, enquanto a CSLL é de 9% sobre o lucro tributável conforme legislação tributávia vigente. Lucro presumido: Com base no regime de "lucro presumido", o lucro tributável corresponde a 32% do faturament bruto das operações, acrescidos de outras receitas operacionais. • IR - calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% • CS - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. m) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC PME Seção 7. 3. Caixa e equivalentes de caixa: Controladora Consolidado
	são apurados através do regime de "lucro presumido", exceto pela NetVet que esté enquadrada no regime de "lucro real". Lucro real: A alíquota de IRPJ é de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável, enquanto a CSLL é de 9% sobre o lucro tributável conforme legislação tributávia vigente. Lucro presumido: Com base no regime de "lucro presumido", o lucro tributável corresponde a 32% do faturament bruto das operações, acrescidos de outras receitas operacionais. • IR - calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% • CS - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. m) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC PME Seção 7. 3. Caixa e equivalentes de caixa: Controladora Consolidado
	são apurados através do regime de "lucro presumido", exceto pela NetVet que esté enquadrada no regime de "lucro real". Lucro real : A alíquota de IRPJ é de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável, enquanto a CSLL é de 9% sobre o lucro tributável conforme legislação tributávia vigente. Lucro presumido : Com base no regime de "lucro presumido", o lucro tributável corresponde a 32% do faturamento bruto das operações, acrescidos de outras receitas operacionais. • IR - calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% • CS - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. m) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC PME Seção 7. 3. Caixa e equivalentes de caixa: Controladora Consolidado 2022 2021 Caixa disponível em loias e conta corrente. 275 286 2016 205 206 207 2011 207 207 2011
	são apurados através do regime de "lucro presumido", exceto pela NetVet que este enquadrada no regime de "lucro real". Lucro real: A alíquota de IRPJ é de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável, enquanto a CSLL é de 9% sobre o lucro tributável conforme legislação tributávia vigente. Lucro presumido: Com base no regime de "lucro presumido", o lucro tributável corresponde a 32% do faturamento bruto das operações, acrescidos de outras receitas operacionais. • IR - calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% • CS - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. m) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo métode indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC PME Seção 7. 3. Caixa e equivalentes de caixa: Controladora Consolidado Consolidado Consolidado 2022 2021 Caixa disponível em lojas e conta corrente Aplicações financeiras 40.720 38.213 10629.883 2.122.760
	são apurados através do regime de "lucro presumido", exceto pela NetVet que está enquadrada no regime de "lucro real". Lucro eal: A alíquota de IRPJ é de 15% acresciád ao adicional de 10% sobre o lucro tributável, enquanto a CSLL é de 9% sobre o lucro tributável corresponde a 32% do faturamento bruto das operações, acrescióds de outras receitas operacionais. • IR - calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável corresponde a 32% do faturamento bruto das operações, acrescióds de outras receitas operacionais. • IR - calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% • CS - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, m) Demonstrações dos fituxos de caixa: As demonstrações dos fituxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Cortábil CPC PME Seção 7. 3. Caixa e equivalentes de caixa: Controladora Veria de 10% • COS - Consolidador Veria de 10% • COS -
	são apurados através do regime de "lucro presumido", exceto pela NetVet que este enquadrada no regime de "lucro real". Lucro real: A alíquota de IRPJ é de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável, enquanto a CSLL é de 9% sobre o lucro tributável conforme legislação tributávia vigente. Lucro presumido: Com base no regime de "lucro presumido", o lucro tributável corresponde a 32% do faturamento bruto das operações, acrescidos de outras receitas operacionais. • IR - calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% • CS - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. m) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo métode indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC PME Seção 7. 3. Caixa e equivalentes de caixa: Controladora Consolidado Consolidado Consolidado 2022 2021 Caixa disponível em lojas e conta corrente Aplicações financeiras 40.720 38.213 10629.883 2.122.760

lez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um nificante risco de mudança de valor, e são aplicados em ativos de baixo risco.

Consolidado

2.301.203 419.055 Consolidado 2022 2021 2.191.459 419.055

41.254

		_	_				11.11
rp Saúd	e /	4nim	al Pa	artici	paçõ	es S.A. ——	
ncoirae nara os		NPJ nº 34.920			o 2021 (E	m milhares de reais)	
		strações			C 2021 (L	.iii iiiiiiares de reais,	De
			ladora	Consol	idado		
	Nota	2022	2021	2022	2021		
Receita líquida						Saldos em 31/12/2020 (não auditad	do)
de vendas	15	-	-		3.275.185	Aumento de capital	
Custos operacionais	16.a	-	-	(13.033.558)		Prejuízo do exercício	
Lucro bruto		-	-	569.614	219.747	Saldos em 31/12/2021	
Despesas gerais e administrativas	1 <i>C</i> h	(2.010.629)	(10.200)	(10 000 710)	(2.246.612)	Aumento de capital	
Outras receitas (despes		(2.010.029)	(10.590)	(16.603.718)	(3.340.013)	Agio em transação de capital Prejuízo do exercício	
operacionais líquidas		_	(10)	(624 417)	(1.445.384)	Saldos em 31/12/2022	
Resultado de equivalêno		_	(10)	(024.411)	(1.440.004)	3aid03 Ciii 31/12/2022	
patrimonial	7	(8 079 100)	(2.274.870)			Fluxos de caixa das	Cantualadana
Prejuízo antes do resu		(0.070.200)	(2.27 1.07 0)			atividades operacionais	Controladora 2022
financeiro		(10.089.729)	(2.285.270)	(16.658.521)	(4.572.250)		87.933) (2.28
Resultado financeiro						Ajustes para a conciliação do prejuíz	
(líquido)	17	2.932		1.376.578	99.806	do exercício às disponibilidades	.0
Prejuízo antes dos imp			(2.286.497)	(15.281.943)	(4.472.444)	(+) Depreciação	
IR e CS - correntes	18			(729.646)			961.958
Prejuízo do exercício		(10.087.933)	(2.286.497)	(16.011.589)	(4.560.365)		079.100 2.2
Participação dos acionis	stas				(0.000.103)	(+) Provisão para contingências	-
controladores		-	-	(10.087.933)	(2.286.497)	Variações nos ativos e passivos opera	acionais
Participação dos acionis	stas			/F 000 0F0\	(0.070.000)	Contas e títulos a receber	-
não controladores		(0,20)	(0,22)	(5.923.656)	(2.2/3.868)	Impostos a recuperar	(625)
Resultado por ação Demonst	racõ			ahrangon	toc	Deposito garantia	-
Demonst	ıaço	Control		Consol		Fornecedores	-
		2022	2021	2022	2021	Obrigações trabalhistas Obrigações tributárias	68
Prejuízo do exercício				(16.011.589)	(4.560.365)	Outras contas a pagar	00
Total do resultado						Caixa consumido nas	
abrangente do exerc	ício	(10.087.933)	(2.286.497)	(16.011.589)	(4.560.365)		47.432) (1
						Fluxos de caixa das atividades de inv	
Vencidos de 31 a 60 dia				26.9			
Vencidos de 61 a 90 dia				37.4	184 -	9. Fornecedores:	
Vencidos de 91 a 120 di							
Vencidos a mais de 120	dias				28 410.055	Fornecedores de serviços	
Total	ndon	oom orádito	a. An antida		203 419.055	Insumos hospitais e materiais admini	
PEC - Perdas esper							PJ
contraprestação pelos s cartões de crédito, débi							
de compensação igual o						Fornecedores de imobilizado Total	
majoritariamente junto						10. Contas a pagar por aquisição d	a controlada.
tal, a Administração jul						10. Golitas a pagai poi aquisição u	c controlaua.
com créditos em 31/12/			sana a cons	iituigao uo poii	aas vspoiauas	(=) Valor Aquisição Hospital Rebouça	as (i)
5. Partes relacionadas		J LULI.		Cons	solidado	(-) Valor pago pela Aquisição do Rebo	
Ativos				202		(+) Valor reajuste parcelas a pagar II	
Hospital Pompéia (i)				1.227.14		(-) Valor Deduções explicitas em cont	
Hospital Mundo Animal	(i)			1.853.90		Valor Saldo a Pagar Rebouças	
Hospital Águia (i)	.,				9 2.090.939	Circulante	
Renato Miracca (ii)				396.38		Não Circulante	
Pontual Software e Cons	sultoria	em TI Ltda. (0	GuruVet)	607.52	6 -	(i) Refere-se à aquisição do Hospita	
Contrato de Mútuo - Sai	ntana (CNPJ Desativa	ado) (iii)	175.66	4 -	referente à compra do hospital até a d	lata de 31/12/2

Total 1.060.638 (i) Contrato de Mútuo entre Alcateia e os Hospitais Pompeia, Mundo Animal, Águia durante o ano de 2022. Vale ressaltar que a Alcateia possui contratos de opção de pagamento, efetuar melhorias operacionais, reformas e outros custos pré-operacionais uemortarques contacters inturvousis e consolidadas y controllada de jurios reininteraturios no montante de 1% ao mês, cujo vencimento no quinto aniversário de cada desembolso com vencimento em 10/10/2026, sendo que há carência de incidência de juros, amortização e correções monetárias até 31/12/2021; (iii) Divida relacionada a receitas e despesas operacionais de CNPJs provenientes de fusões e aquisições que já foram desativados após o processo de integração e constituição dos novos CNPJs. É importante ressaltar que essa dívida está em conformidade com os acordos firmados durante as transações de M&A e está sendo gerenciada de acordo com as políticas contábeis da empresa; e (iv) Mútuo passivo celebrado com os ex-sócios do Hospital Sena Madureira, no qual os mesmos investiram recursos para cobrir custos de folha, melhorias operacionais e reforma da unidade. A taxa de juros remuneratórios é de 50% PIC-A ao ano e o prazo para realização é superior a doze meses, com carência de juros, amortização e correções monetárias até 31/12/2021. Remuneração da Administração: A Companhia e suas controladas remuneraram a administração no exercício findo em 31/12/2022 em R\$ 1.607.759,00 (R\$916.436 em 2021). 6. Imobilizado: Composição Depre-

Depre- Custo de

ciação

é dada como segue

Consolidado	<u>ciação %</u>	_a	quisição	<u>a</u>	<u>cumulada</u>	2022	2021
Instalações	4%		70.384		(38.791)	31.593	34.306
Aparelhos e máquinas							
dos hospitais	10%	2	.260.939		(123.277)	2.137.662	117.759
Instrumentos							
dos hospitais	10%		65.333		(3.148)	62.185	
Equipamentos eletrônicos							
administrativos	10%		767.402		(123.880)	643.522	
Móveis, máquinas	100/	1	005 500		(100.051)	000 510	451.10
e utensílios	10% 10%	1	.085.563		(163.051)		
Utensílios diversos	4%	_	75.643 575.185.		(4.601) (50.867)		
Benfeitorias em prédios Construções	4/6	D	.5/5.160		(30.00/)	0.324.310	
em andamento	N/A		484.001			484.001	925.656
Adiantamento a forneced			404.001		-	404.001	323.030
de imobilizado	N/A		696.425		_	696.425	696.425
Total		12	.080.875		(507 615)	11.573.260	
Movimentação:		==			obilizado 2		2.220.21
mormontagao.				••••	ODIIIZUUO I	Depre-	
Consolidado	202	21	Adicõ	es	Transfer	ciação	2022
Instalações	34.30		35.9			(38.673)	31.593
Aparelhos e máquinas						(==:=,=,	
dos hospitais	117.75	59	2.140.2	81	-	(120.378)	2.137.662
Instrumentos dos hospi	tais	-	65.3	33	-	(3.148)	62.185
Equipamentos eletrônic	OS						
administrativos		-	767.4	02	-	(123.880)	643.522
Móveis, máquinas							
e utensílios	451.12	24	630.7			(159.356)	922.512
Utensílios diversos		-	75.6			(4.601)	71.042
Benfeitorias em prédios		-	6.133.5	30	441.655	(50.867)	6.524.318
Construções em							
andamento (i)	925.6	06		-	(441.655)	-	484.001
Adiantamento a fornece							000 401
de imobilizado	696.42		0.040.0	-		(500,000)	696.425
Total	2.225.2	/ U	9.848.8	93		(500.903) lizado 2021	11.5/3.260
Consolidado			2020	_		nzauo zozi Depreciação	2021
Instalações		_		-	34,424	(118)	
Aparelhos e Máquinas o	lne Hnenitais				120.658	(2.899)	
Móveis, Máquinas e Ute		,			454.819	(3.695)	
Construções em Andam					925.656	(0.000)	925.656
Adiantamento a Fornece					320.000		320.000
de Imobilizado	,40,00		_		696.425	_	696.425
Total				2	.231.982	(6.712)	2.225.270
(i) Conforme as demons	tracões cont	áb	eis refere			cio de 2022.	observa-se
reclassificação contábil							
Terceiros" no valor tota							
hospitais. No entanto, de							
ao final do exercício, há							
valor de R\$ 484.001. Es							
Terceiros" no exercício d							
7. Investimentos:						Contro	ladora

Dr. Patinhas Holding S.A Movimentação 2021 <u>e ajustes</u> <u>de capital</u> monial <u>de capital</u> 2022 Dr. Patinhas Holding S.A. (i) 13.031.745 194.000 20.000.022 (8.079.100) (4.965.573) 20.181.094 5.952

Goodwill sobre aq	uisição									
Dr. Patinhas	13.712.885	(2.0	156.933)		-		-		11.655.9	352
(-) Capital a integ	ralizar									
na Dr. Patinhas	(20.999.990)		-	20.999	.990		-			-
Total	7.725.140	(1.9	61.958)	41.000	.012	(8.079.1	00)	(4.965.573)	33.718.5	21
			Aquisi	ção de	Aun	iento de	Equ	ivalência		_
	2	020	investir	nentos	ca	pital (*)	pa	<u>atrimonial</u>	20	121
Dr. Patinhas Holdi	ing S.A. (i)	-		-	15.	306.615	(2	2.274.870)	13.031.7	45
Marcas alocadas	Dr. Patinhas	-		-	1.	980.500		-	1.980.5	00
Goodwill sobre aq	uisição									
Dr. Patinhas	-	-		-	13.	712.885		-	13.712.8	85
(-) Capital a integ	ralizar									
na Dr. Patinhas		-		-	(20.9	999.990)		-	(20.999.99	90)
Total		-		-	10.	000.010	(2	274.870)	7.725.1	40
(i) A Companhi	a adquiriu c	ontr	ole da C	r. Patin	has	Holding	S.A.	e suas co	ntroladas	em
junho de 2021,	na qual o l	oala	nço con	solidad	lo ve	m sendo	ap	resentado	desde en	ıtão.
8. Intangível: (intangív	eis e da	a mo	vimenta	ção	dos saldos	desse gi	rupo
estão apresenta	ados a seguii	r:								

			Consolidado		
			Amorti-	Saldo	Saldo
	Vida	_	zação	líquido	líquido
	Útil	Custo	<u>acumulada</u>	2022	2021
oodwill Aquisição Coligadas (i)	10 anos	1.497.458	(139.014)	1.358.444	209.607
oodwill Aquisição					
Dr. Patinhas (iv)	10 anos	13.712.885	(2.056.933)	11.655.952	-
larca Aquisição Coligadas (ii)	22 anos	3.228.483	(134.520)	3.093.963	-
larca Aquisição					
Dr. Patinhas (iv)	30 anos	1.980.500	(99.025)	1.881.475	-
larca	05 anos	138.789	(16.418)	122.371	-
ireitos de Uso -					
Arrendamento Santana (iii)	06 anos	552.500	(110.502)	441.998	-
istemas (ERPs)	05 anos	381.769	(44.916)	336.853	37.429
otal		21.492.384	(2.601.328)	18.891.056	247.036
i) Ágio Aquisição dos CNPJs: i	NetVet-	R\$ 209 607			

2022: K\$ 1.287.850; (II) Apropriação da Marca reterente a Aquisição do Rebouças em 2022 no valor de R\$ 3.228.483; (iii) Apropriação Arrendamento Fundo de Comércio do Hospital Santana em 2022 no valor de R\$ 552.500. (iv) Valor de goodwill e marcas apurados na aquisição do IP. Patinhas conforme nota explicativa 2.2.1. Em 10/06/2022 a Investida Dr. Patinhas celebrou o contrato de arrendamento do fundo de comércio onde a "Santana Animal Pet Shop Ltda," arrenda para a investida indireta "Hospital Veterinário Moreira de Barros Ltda." (Hospital Santana) o estabelecimento comercial e o fundo de comércio de sua propriedade, que opera sob a denominação social de "Hospital Veterinário Santana" na Rua Conselheiro Moreira de Barros nº 1.201, Santana, Cidade de São Paulo/SP a locação inclui, dentre todos os aviamentos, ativos e contrato: necessários para operação do Hospital entre outros. O Hospital Veterinário Moreira di

Barros Ltda. pagará o valor global de R\$ 552.500,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil e quinhentos reais) atualizados anualmente pelo IPCA ou IGPM.										
Movimentação consolidado:	Intangível 2022									
Consolidado	2021	Adições	Amortização	2022						
Goodwill Aquisição Coligadas	209.607	1.287.851	(139.014)	1.358.444						
Goodwill Aquisição Dr. Patinhas	-	13.712.885	(2.056.933)	11.655.952						
Marca Aquisição Coligadas	-	3.228.483	(134.520)	3.093.963						
Marca Aquisição Dr. Patinhas	-	1.980.500	(99.025)	1.881.475						
Marca	-	138.789	(16.418)	122.371						
Direitos de Uso -										
Arrendamento Santana	-	552.500	(110.502)	441.998						
Sistemas (ERPs)	37.429	343.725	(44.301)	336.853						
Total	247.036	21.244.733	(2.600.713)	18.891.056						
		Intan	gível 2021							
Consolidado	2020	Adições	Depreciação	2021						
Goodwill Aquisição Coligadas	-	209.607	-	209.607						
Sistemas (ERPs)		38.044	(615)	37.429						
Total	-	247.651	(615)	247.036						

			Capital	Reserva	Reserva	Prejuízos	
		Nota	social	de capital	legal	acumulados	1
Saldos em 31/12/2020 (não a	uditado)		200				
Aumento de capital		14.b	10.049.800	-	-	-	10.049
Prejuízo do exercício		-				(2.286.497)	(2.286.4
Saldos em 31/12/2021			10.050.000			(2.286.497)	7.763
Aumento de capital		14.b	41.050.000	-	-	-	41.050
Ágio em transação de capital		-	-	(4.965.573)	-	-	(4.965.
Prejuízo do exercício		-				(10.087.933)	(10.087.
Saldos em 31/12/2022			51.100.000	(4.965.573)		(12.374.430)	33.759
			Demons	strações	dos flu	ixos de ca	ixa
Fluxos de caixa das	Control	adora	Conso	lidado	Invest	imentos em con	troladas
atividades operacionais	2022	2021	2022			s com partes re	lacionadas
Prejuízo do exercício	(10.087.933)	(2.286.497)	(16.011.589)	(4.560.365)	Aquisi	ções de empres	as a pagar
Ajustes para a conciliação do						ções de ativos ii	mobilizado:
do exercício às disponibilida	des				Intang	ível	
(+) Depreciação	-	-	500.903			consumido na:	
(+) Amortização	1.961.958	-	2.600.713	615		dades de inves	
(+) Equivalência patrimonial	8.079.100	2.274.870	-	-		de caixa das a	atividades
(+) Provisão para contingências		-	625.049	1.447.973		nto de capital	
Variações nos ativos e passivo	s operacionais					zação de dívida	
Contas e títulos a receber	-	-	(1.882.148)			tuições financei	ras
Impostos a recuperar	(625)	(53)	(384.221)			amento	
Deposito garantia	-	-	-	(124.800)		gerado nas ati	vidades
Fornecedores	-	-	288.676			nanciamento	
Obrigações trabalhistas	-	-	664.743			nto de caixa	
Obrigações tributárias	68	149	436.363			uivalentes de d	caixa
Outras contas a pagar			(489.009)	108.842		cio do exercício	
Caixa consumido nas						do exercício	
atividades operacionais	(47.432)		(13.650.520)	(2.695.709)		nto de caixa	
Fluxos de caixa das atividades	de investiment	to			e eq	uivalentes de d	caixa
9. Fornecedores:			Con	solidado	Rebou	ças no monta	nte total o
J. I OTHECGUOIGS:				2021		ado pelo lucro	
Fornecedores de serviços				530 532,347	lucro	presumido apu	rado na b
Insumos hospitais e materiais	administrativos		479.5			o do IR e CS.	
Serviços veterinários e colabor			144.7			ivel. acrescido	
Benefícios para colaboradores			292.0			ada à alíquota	
Fornecedores de imobilizado			518.3		vaivui	uuu a aiiyuUld	uu J/0.
Total				532.347			
10 Contac a nagar nor aquic	icão do contro	lada.		solidado			

-) Valor pago pela Aquisição do Rebouças (i)	(5.460.659)	-	i
+) Valor reajuste parcelas a pagar IPCA +3% (ii)	198.072	-	
-) Valor Deduções explicitas em contrato (iii)	(52.394)		ı
/alor Saldo a Pagar Rebouças	1.767.690		ı
Circulante	622.262		Į
Vão Circulante	1.145.428		Į
 Refere-se à aquisição do Hospital Rebouças pela Alcateia.) desembols	de caixa	(
eferente à compra do hospital até a data de 31/12/2022 foi de R	\$ 5.460.659,	enquanto	(
montante negociado foi de R\$ 7.082.672; (ii) Parcelas a pagar	reajustadas	com uma	(
axa de IPCA (5,77%) + 3%. A taxa de reajuste final utilizada	foi de 8,94%	(taxa de	(
uros acumulada). As parcelas a serem pagas que sofreram reaju	stes estão de	scritas na	(
abela descrita Nota Explicativa nº 2.1.2 Combinação de ne	gócios; e (i	ii) Foram	(
ealizadas deduções referentes a passivos que se concretizaram	durante o an	o de 2022	(
que, conforme descrito em contrato, deveriam ser abatidos	s da parcela	a pagar,	1
conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1.2. Combinação de n	egócios.		6
11. Obrigações trabalhistas:	Consoli	lado	,
-	2022	2021	
Salários e ordenados a pagar	258.658	70.346	,
NSS e FGTS a recolher	258.733	76.952	:
Outras provisões trabalhistas	460.474	66.402	
Jutroe onearane	8 827	1 223	- (

7.758.335 3.161.668

432.136 396.189 129.100 -

			2022	2021		
alários e ordenados a pagar			258.658	70.346		
NSS e FGTS a recolher			258.733	76.952		
utras provisões trabalhistas			460.474	66.402		
utros encargos			8.827	1.233		
otal			986.692	214.933		
2. Obrigações tributárias:	Controladora		ntroladora Consolid		dado	
	2022	2021	2022	2021		
mpostos municipais a pagar			47.057	10.008		
SS a Recolher (Municipal)			39.499	10.008		
SS Retido a Recolher (Municipal)	-	-	7.558	-		
mpostos federais a pagar	25	4	392.734	60.067		
IS a Recolher (Federal)	-	-	29.502	-		
OFINS a Recolher (Federal)	-	-	120.658	19.433		
SLL a Recolher (Federal)	25	4	131.318	16.385		
RPJ a Recolher (Federal)	-	-	111.256	24.249		
mpostos retidos federais a pagar	192	145	97.607	24.270		
RF a Recolher	-	-	45.749	14.828		
RRF a Recolher (Federal)	47	36	50.138	9.333		
NSS Retido a Recolher (Federal)	-	-	1.575	-		
etenção de PIS/COFINS/CSLL	145	109	145	109		
utros Tributos		-	1.324	8.014		
otal Obrigações tributárias	217	149	538.722	102.359		
3. Provisão para contingências: A Compani	nia e suas	controla	das no cur	so de suas		
tividades, está sujeita aos processos judiciais.	A Admini	stração a	valia a exp	ectativa do		
esfecho dos processos em andamento e	determina	a a nece	essidade o	u não de		
onstituição de provisão para demandas judici	ais. A exp	osição er	n 31/12/20	122 e 2021		

Provisão para contingências (Passivo LP)	2.073.022 1.447.973
Total	2.073.022 1.447.973
(i) Considerando o regime de contratação de determin	ados colaboradores em nível
corporativo, de forma prudencial a Companhia constituiu	passivos contingentes contra
eventuais riscos trabalhistas que possam se materia	lizar. Para determinação dos
valores, a Companhia avaliou custos e encargos tra	abalhistas que poderiam ser
questionados. Adicional ao exposto acima, a companhia	não possui outros processos
com expectativa de perda possível ou provável. 14. Pa	trimônio líquido: a) Capital
social: Em 31/12/2022, o capital social subscrito e inte	
(R\$10.050.000 em 2021) representado por 51.100.000	(10.050.000 em 2021) ações
ordinárias nominativas e sem valor nominal. b) Aumento	
os acionistas da Companhia deliberaram pelo aumento do	capital social no montante de
R\$10.049.800 (dez milhões e dez reais), através da emis	ssão da mesma quantidade de
ações subscritas pelo acionista Treecorp Fundo de Inves	timentos em Participações III.
Em 21/01/2022, os acionistas da Companhia delibera	ram pelo aumento do capital
social no montante de R\$21.050.000 (vinte e um milhões	e cinquenta reais), através da
emissão de 21.050.000 ações ordinárias, nominativas e	sem valor nominal, subscritas
pelo acionista Treecorp Fundo de Investimentos em Part	
Animal Fundo de Investimento em Participações	
Em 17/05/2022, os acionistas da Companhia delibera	ram pelo aumento do capital
social no montante de R\$20.000.000 (vinte milhões de	
20.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem va	lor nominal, subscritas pelo
acionista Treecorp Saúde Animal Fundo de Investir	nento em Participações em
Empresas Emergentes. c) Reserva de Capital: Em 2022	
participação da investida Dr. Patinhas pagando ágio p	por estas ações, o montante
superior à variação na participação pelo Patrimônio	
transação de capital, uma vez que já possuía o control	e da investida por maioria de

articipação, conforme abaixo apurado:				
	<u>Patrimônio</u>	Participação	Investimento	
olor do PL antes do aumento	21.282.332	50,00%	10.641.166	
ımento de capital	20.000.022	12,20%		
alor do PL após o aumento	41.282.354	62,20%	25.675.615	
ariação no investimento			15.034.449	
alor Pago	20.000.022			
ımento na participação	15.034.449			
ansação de capital	4.965.573			
Reserva legal: Constituída ao final do	exercício (à	razão de 5%	do lucro líquido	
iforida) antos do aualaura autra dos	tinacão na	forma proviets	na lorielacão	

societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital. Nos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, face a inexistência de lucros, não houve constituição, e) Dividendos: O estatuto social da Companhia nacios, nao nouve constituição. **e) orividados:** o estatuto social da companina determina que o lucro líquido apurado no exercício será alocado da seguinte forma:

(i) 5% para reserva legal, até que esta atinja o montante igual a 20% do capital social da Sociedade. A constituição da reserva legal deverá ser dispensada em qualquer exercício em que o montante da reserva, quando adicionado às demais reservas de naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos naquela data pagamento de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas; (iii) 100% do saldo remanescente será destinado para a constituição de uma Reserva de Investimento, que terá por finalidade: (a) assegurar recursos para investimentos da Companhia em ativos não circulante (Capex); (b) financiar a expansão das atividades da Companhia e suas controladas, inclusive por meio de investimento em marketing, pesquisa e controladas, incusive por meio de investiniento en maneting, pesquisa de desenvolvimento e aquisição de participação em outras sociedades (sempre respeitados os fóruns e quóruns deliberativos previstos no estatuto social da Companhia); (c) reforcar o capital de giro da Companhia e/ou de suas controladas, e (d) futuras distribuições como dividendos, na forma da lei, do estatuto social da Companhia. O saldo total da Reserva de Investimento da Companhia não poderá ultrapassar o capital social da Companhia. Nos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021, não houve remuneração ou distribuição de valores sob a forma de dividendos.

Consolidado

15. Receita líquida de vendas:

eceita bruta de serviços prestados	15.124.701	3.469.977		
	15.009.097	3.469.977		
eceita bruta - Serviço de Assinatura e Licença de Software	115.604	-		
) Impostos indiretos ((1.245.476)	(194.064)		
) Cancelamento de Serviços Prestados	(2.787)	-		
) Taxas de Cartões de Crédito	(273.266)			
ital da receita operacional líquida	13.603.172	3.275.165		
6. Custo das vendas e despesas gerais e administrativas:		· 		
Custo dos serviços prestados:	Consolidado			
	2022 2021			
ustos variáveis (5.	.576.480)	(1.760.719)		
onorários médicos (veterinários PJ) (2	.834.293)	(487.237)		
ateriais e Medicamentos (2	.742.187)	(1.273.482)		
		(1.291.374)		
olha time operacional dos hospitais (3)	.501.192)	(557.096)		
usto gerais dos hospitais				
(aluguel, energia elétrica e água) (2.	.727.389)	(618.161)		
erviços de terceiros dos Hospitais e outros	(940.752)	(116.117)		
epreciação e amortização (287.745)	(3.325)		
otal custo dos serviços prestados (13.	.033.558)	(3.055.418)		
Despesas gerais e administrativas:				
Controladora	Consolidado			
2022 2021	2022	2021		
		(2.849.025)		
usto gerais administrativos	(541.921)	(191.686)		
erviços de terceiros				
administrativos (*) (42.326) - (8.	.065.543)	-		
ateriais administrativos	(446.673)	(130.794)		
espesas com marketing	(457.409)	(73.822)		
epreciação e amortização (**) (1.961.958) - (2.	.813.871)	(4.002)		
espesas com viagens e outras (6.345) (10.390)	(199.299)	(97.284)		
otal despesas gerais				
e administrativas (2.010.629) (10.390) (16.				
r) Variação nas despesas deve-se ao início das operações	em várias	localidades e		
incipalmente contratação de novos colaborares em regin				

e administrativas	(2.010.629)	(10.390)	(16.603	.718)	(3.346.613)
(*) Variação nas despesas dev	e-se ao início	das opera	ções em	várias	localidades e
principalmente contratação de	novos colabor	ares em	regime C	LT e o	colaboradores
prestadores de serviço além de	contratações p	ontuais. (**) Em	2022 c	onforme nota
explicativa 7 e 8 passamos a ter	r a amortização	do goodw	ill e da m	arca di	a Dr. Patinhas
seguindo vida útil estimada da n	narca e CPC PN	IE para o g	goodwill.		
c) Outras receitas (despesas)	operacionais I	íquidas:		Conso	olidado
-	-	-		2022	2021

seguindo vida útil estimada da marca e CPC PME para o goodwill. c) Outras receitas (despesas) operacionais líquidas: Consolidado					
		_	2022	2021	
Constituição de provisões para contingência	S	(6	25.049) (1	.445.973)	
Outras receitas operacionais líquidas	632 1.599				
Total		(6	24.417) (1	.445.384)	
17. Resultado financeiro (líquido):	Contro	oladora ==	Consolidado		
-	2022	2021	2022	2021	
Rendimentos s/ aplicação financeira	7.022	522	1.742.500	118.533	
Descontos financeiros obtidos					
com fornecedores	-	-	9.292	-	
Juros e multas recebidas (clientes)	-	-	10	-	
Total receitas financeiras	7.022	522	1.751.802	118.533	
Tarifas bancárias	(3.660)	(1.545)	(72.269)	(10.003)	
IOF	(430)	(201)	(27.877)	-	
Multas mora	-	-	(16.087)	(6.324)	
Juros de mora	-	(3)	(2.227)	-	
Descontos financeiros concedidos (clientes)	-	-	(44)	185	
PIS e COFINS s/ rendimento de aplicação	-	-	(23)	-	
Despesas com impostos e variação cambial	-	-	-	(2.585)	
Outras despesas financeiras	-	-	(145.946)	-	
Despesas financeiras					
com partes relacionadas (i)			(110.751)		

Resultado financeiro (líquido)

10.049.8	300		-	10.049.800	
- (2.286.497) (2.286.49	97)	(2.273	.868)	(4.560.365)	
- (2.286.497) 7.763.5	i03	(2.273	.868)	5.489.635	
- 41.050.0	000			41.050.000	
- (4.965.5)	73)	20.464	1.458	15.498.885	
- (10.087.933) (10.087.93	33)	(5.923	.656) (16.011.589)	
- (12.374.430) 33.759.9		12.266		46.026.931	
dos fluxos de caixa					
	(41 000 012)	(10.000.010)			
Mútuos com partes relacionadas	(41.000.012)	(10.000.010)	(2.022.210)	(2.637.179)	
Aquisições de empresas a pagar	-	-	1.767.690	(2.037.173)	
	-	-		(0.001.000)	
Aquisições de ativos imobilizados	-	-		(2.231.982)	
Intangível			(5.551.348)	(247.651)	
Caixa consumido nas	(44 000 040)	(40.000.040)	(47 504 700)	(F 440 040)	
		(10.000.010)	(17.564.769)	(5.116.812)	
Fluxos de caixa das atividades o					
Aumento de capital	41.050.000	10.049.800	41.050.000	10.049.800	
Amortização de dívidas com					
instituições financeiras	-	-	8.283	-	
Arrendamento			565.465		
Caixa gerado nas atividades					
de financiamento	41.050.000	10.049.800	41.623.748	10.049.800	
Aumento de caixa					
e equivalentes de caixa	2.556	38.259	10.408.459		
No início do exercício	38.459	200	2.237.479	200	
No fim do exercício	41.015	38.459	12.645.938	2.237.479	
Aumento de caixa					
e equivalentes de caixa	2.556	38.259	10.408.459	2.237.279	
Rebouças no montante total de (R\$ 110.751). 18. IR e CS: 0 IR na controladora é calculado pelo lucro presumido trimestral, já na controlada é calculado com base no					

Participação de acionista:

base de 32% de receita bruta mais outras receitas para ta utilizada para o cálculo do IR é de 15% sobre o lucro ional de 10%, consoante legislação específica, e a CS fo

calculada à alíquota de 9%.				
	Control	adora	Conso	lidado
	2022	2021	2022	2021
Receita tributável (Lucro presumido)	-	-	9.734.876	3.469.976
Lucro tributável do período (Lucro Real)	-	-	42.683	-
Adição (Exclusão) lucro real / Presumido	14.791	-	181.799	(29.879)
Base de cálculo	14.791	-	9.959.358	3.440.097
Lucro presumido - IRPJ	4.733	-	8.922.953	275.208
Lucro presumido - CSLL	4.733	-	8.922.953	412.812
Lucro real - IRPJ	-	-	160.552	-
Lucro real - CSLL	-	-	160.552	-
Outras receitas	-	-		
(=) Base de cálculo - IRPJ	4.733	-	2.326.556	275.208
(=) Base de cálculo - CSLL	4.733	-	2.657.980	412.812
(x) Aplicação de alíquota do IRPJ - 15%	(710)	-	(348.983)	(41.281)
(+) Adicional - 10% (IRPJ)	-	-	(141.444)	(9.486)
(x) Aplicação de alíquotas do CSLL - 9%	(426)	-	(239.219)	(37.154)
(=) IR e CS total	(1.136)		(729.646)	(87.921)
19. Instrumentos financeiros: A Companhia	e sua cont	rolada	participam (de operações
envolvendo instrumentos financeiros com o	obietivo de	e finan	ciar suas a	itividades ou

aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecim sistemas de controles. A Companhia e sua controlada operam com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. **Valorização dos instrumentos** financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia e sua controlada em 31/12/2022, e 31/12/2021 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação: a) Caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes, fornecedores e empréstimos o financiamentos: Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização ou liquidação, estando, quando aplicável, destacados na correspondente nota explicativa os rendimentos ou encargos financeiros auferidos ou incidentes, os quais refletem as condições usuais de mercado. b) Considerações sobre riscos: Risco de crédito: É avaliado como baixo em face da carteira de clientes. As demonstrações contábeis quando aplicável, contemplam provisão para fazer face a eventuais perdas na recuperação de recebíveis. **20. Cobertura de seguros:** Os bens, interesses e responsabilidades estão segurados por valores julgados como suficientes pela Administração da Companhia para cobertura de eventuais riscos (não sendo escopo de nosso auditor independente a emissão de opinião sobre suas suficiências). As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Administração considera que existe um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte e operações da Companhia 21. Eventos subsequentes: Aquisição da entidade HVet Hospital Veterinário Ltda ("Hospital Alphaville") pela controlada direta Alcateia Participações S.A. Em 08/12/2022 a Alcateia, subsidiária integral da Companhia, celebrou contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças ("QPA") para aquisição de 100% do capital social do Hospital Alphaville. O início da administração pela Alcateia e a satisfação das condições precedentes previstas no QPA e consequentemente, a transação foi efetivada em 2023, sendo o último ato societário registrado no dia 09/03/2023 Como consequência dos itens citados, a administração utilizará como data de aquisição do controle janeiro de 2023, data em que a companhia calculará e contabilizará a combinação de negócio e as opções de ações da Dr. Patinhas concedidas aos antigos acionistas da Hvet Hospital Veterinário Ltda., dadas como forma de pagamento a aquisição do negócio.

Diretoria Bruno Levi D'Ancona - Diretor Contador

Nilton Pires Nunes - CRC 1SP 221950/0-2 Relatório do auditor independente sobre as

monstrações contábeis individuais e consolidad Aos Administradores da Treecorp Saúde Animal Participações S.A. São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Treecorp Saúde Animal Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Treecorp Saúde Animal Participações S.A., em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) (R1). Base para opinião: Nossa auditoria fo conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações" Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião **Ênfase:** Chamamos a atenção ao mencionado na Nota Explicativa nº 21.a, de que a Companhia através de sua investida indireta, Alcateia Participações Veterinárias S.A. durante o período de mensuração dos ativos líquidos da Hvet Hospital Veterinário Ltda deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida capital previstas no parágrafo primeiro do artigo 182 da Lei 6.404/76, exceda 30% do capital social; (ii) 0.01% do lucro líquido auferido no exercício, depois de edeuzidos os buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele montantes destinados à constituição de reserva legal, deverá ser alocado para o concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data da aquisição. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) (R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas , a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; . Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; . Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à apacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe ncerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as spectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou ncluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a ão mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas nclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas epresentam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o ojetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e ficiente referente às demonstrações contábeis da controlada para expressar uma pinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela ireção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente ela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a speito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria lanejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências ignificativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas urante nossos trabalhos.

São Paulo, 05/06/2023 Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. CRC SP-034.766/0-0 Contador CRC 1SP-237.439/0-9

COOPERATIVA PAULISTA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE DANÇA EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ESPECIAL

Edicleia Plácido Soares no uso de suas atribuições conforme o artigo 40 do Estatuto Social da Cooperativa Paulista de Trabalhos dos Profissionais de Dança - CPD, convoca os 186 (cento e oitenta e seis) cooperados ativos da supracitada cooperativa, para comparecem à ASSEMBLEIA GERAL ESPECIAL, que será realizadan on odia 22 de dezembro de 2023, de forma online via Zoom (https://uso2web.zoom.usi/1889250538337pwd=VJxyYjdiVUxMb2dGZEttZS9iayB20T09) em 1ª convocação às 19h30 com 2/3 (dois terços) dos seus cooperados ativos; em 2º onvocação às 19h45 com metade mais um dos seus cooperados, ou em 3ª convocação às 20h com o míni de 38 (trinta e oito) cooperados que corresponde a 20% de total de sócios. Serão deliberados os assuntos da Assembleia Geral Especial, na seguinte ordem do dia: 1. sobre gestão da cooperativa; II. disciplina, direitos e deveres dos sócios; III. planejamento e resultado econômico dos projetos; IV. contratos firmos; V. orginziação do trabalho; VI. assuntos gerais. São Paulo/SP, 11 de dezembro de 2023. Edicleia Plácido Soares - Presidenta.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(nova denominação da Isec Securitizadora S.A) CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949 EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 212ª E 222ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebiveis do Imobiliários das 212º e 222º Séries, da 4º Emissão de VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, companhia securitizadora, com sede na Cidade de São Paulo, Estado d São Paulo, na Rua Gerivatiba, nº 207. 16º andar, coniunto 162. Butantã, CEP 05.501-900 ("CRI", "Titulares dos CRI e "Emissora" respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIO** LTDA., instituição financeira, com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4 andar, Pinheiros CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("<u>Agente Fiduciário</u>"), e os rej sentantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral dos Itulares dos CRI ("As <u>sembleia</u>"), a ser realizada em 28 de dezembro de 2023 às 11h00, de forma exclusivamente remota d eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro d 2021 ("<u>Resolução CVM 60</u>"), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos Imobiliá rios da Emissão ("<u>Termo de Securitização</u>"), para deliberar sobre: **a)** As medidas a serem tomadas em razão da oco ência dos seguintes eventos de vencimento antecipado da CCB e, consequentemente, dos CRI: (i) não paga terida dos seguimes eventos e ventinento ha mecapado de Ceo e, consequenteniem dos Cin. (y) não pagamento total, pela Devedora, das parcelas de Pagamento Compulsório dos CRI Seniores e dos CRI Subordinados, previstas, originalmente, para as Datas de Pagamento de 28/07/2023, 30/08/2023 e 28/09/2023, 30/10/2023 e 29/11/2023, nos termos da cláusula 9.1, item "(i)" da CCB; e (ii) insuficiência de recursos do Fundo de Reserva, sem a recomposição do eferido fundo no Montante Mínimo do Fundo de Reserva, nos termos e prazos de cura estabelecidos nas cláusula 8.12.3 e 8.12.4 da CCB, conforme previsto na cláusula 9.1, item "(xiv)" da CCB, uma vez que os recursos depositado no Fundo de Reserva foram utilizados para o pagamento das parcelas de Pagamento Compulsório, nas Datas de Paga mento acima mencionadas, conforme disposto na cláusula 8.12 da CCB; **b)** As medidas a serem tomadas em razão d ocorrência dos seguintes eventos de vencimento antecipado da CCB e, consequentemente, dos CRI, em decorrênci dos descumprimentos, pela Devedora e/ou pelos Avalistas, das seguintes obrigações não pecuniárias: (1) envio das cópias das demonstrações financeiras auditadas, vencida em 31/03/2023, nos termos da cláusula 4.1, item "(xii)" do Contrato de Cessão: (ii) envio da declaração anual atestando a não ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimer o Antecipado, vencida em 31/03/2022 e 31/03/2023, nos termos da cláusula 9.8 da CCR: (iii) envio da comprovaçã da Destinação de Recursos, vencida em 30/09/2021, 30/03/2022, 30/09/2022, 30/03/2023 e 30/03/2023 e 30/09/2023, nos termos d cláusula 2.4, alínea "b)" da CCB; **(iv)** envio de relatório, indicando a situação de aprovação dos projetos dos Empreer dimentos Alvo, bem como as medidas adotadas para a obtenção de tais aprovações e as etapas remanescentes até a conclusão do processo de aprovação, vencida em todos os trimestres entre 31/12/2021 e 30/09/2023, nos termos da cláusula 2.4, alínea "c)" da CCB; (v) apresentação da cópia do Instrumento de Alteração Contratual da EN Empreen dimentos evidenciando que as quotas emitidas pela EN Empreendimentos estão alienadas fiduciariamente nos termo da Alienação Fiduciária de Quotas EN com a consequente transferência da titularidade fiduciária das quotas do capita social da EN Empreendimentos em favor da Emissora, devidamente registrado perante a Junta Comercial do Estado d Goiás ("JUCEG"), vencida em 01/04/2021, nos termos da cláusula 1.3 e da cláusula 3.2, alínea "(d.1)", do Contrato d Alienação Fiduciária de Quotas EM, respectivamente, e **(vii)** a não realização da Substituição de Garantias, com a consequentes formalizações do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas LH, bem como do Contrato de Cessão F duciária de Direitos Creditórios, conforme cláusulas 8.3 e 8.3.1 da CCR: c) Caso não seja declarado o vei ecipado da CCB, e, consequentemente, dos CRI, conceder, à Devedora e aos Avalistas, prazo adicional de 60 (sessent dias, para cumprimento das obrigações supramencionadas; d) Não declarar o vencimento antecipado da CCB e, con nente, dos CRI, desde que sejam observados, cumulativamente; (d.i) a constituição de um Fundo de Distrat r<u>Eundo de Distratos</u>"), o qual deverá ser utilizado para o pagamento de eventuais encargos oriundos das rescisõe dos contratos de venda e compra das unidades do Empreendimento Florida ("<u>Unidades Florida</u>"), feitas entre a SPE Li e os terceiros adquirentes ("<u>Distratos</u>"); de modo que: (**d.i.i**) durante os 3 (três) primeiros meses após a sua constitução, ou seja, nas datas de pagamento previstas para os dias 28/12/2023, 30/01/2024 e 28/02/2024, todos os valore riundos dos créditos da CCB disponibilizados na Conta Vinculada Devedora serão direcionados ao Fundo de Distrato após o pagamento de todas as despesas do Patrimônio Separado incorridas e não pagas, conforme previsto no iter ri(a)", da Cáusula 8.13 do Termo de Securitização; (**d.i.ii**) após a Data de Pagamento prevista para o dia 28/02/2024 será estabelecido o montante mínimo a ser mantido no Fundo de Distratos ("<u>Montante Mínimo do Fundo de Distra</u> <u>tos</u>"), no patamar de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a ser verificado mensalmente pela Emissora, em datas sem lhantes às Datas de Verificação do Fundo de Reserva ("<u>Data de Verificação do Fundo de Distratos</u>"); de tal modo qu caso, em qualquer Data de Verificação do Fundo de Distratos, os valores creditados na Conta do Patrimônio Separad sejam insuficientes para a satisfação integral dos encargos oriundos dos Distratos, a Emissora notificará a Devedora previamente, informando o montante a ser recomposto do Fundo de Distratos, e esta, por sua vez, deverá recompô-l no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da referida notificação, sob pena de (i) retenção dos receb veis decorrentes dos contratos de venda e compra das Unidades Florida na Conta Vinculada e/ou na Conta do Patrimô nio Separado para satisfação integral dos encargos oriundos dos Distratos; e/ou (ii) configuração de hipótese de ven-cimento antecipado da CCB, nos termos da cláusula 9.1, item "(i)" da CCB; por outro lado, caso em qualquer Data de Verificação do Fundo de Distratos os valores creditados na Conta do Patrimônio Separado ou na Conta Vinculada seia superiores ao montante necessário para satisfação integral dos encargos oriundos dos Distratos, a quantia que sobeja deverá ser utilizada para o pagamento dos itens dispostos na cláusula 8.13 do Termo de Securitização, observada ordem de prioridade prevista na referida clausula; e (**d.i.iii**) todos os pagamentos dos encargos oriundos dos Distrato serão realizados pela Emissora, por conta e ordem da Devedora e da SPE LH, através de notificação prévia, enviada pela Devedora e pela SPE LH à Emissora, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, acompanhadas do res oectivo instrumento de distrato dos contratos de venda e compra ("<u>Instrumento(s) de Distrato</u>"), contendo o valor ser liberado, a forma de pagamento e todos os dados bancários mínimos necessários do beneficiário indicado; send certo que, a não declaração de vencimento antecipado também estará condicionada a adoção das sequintes providêr cias: (1) formalização, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, contados da data da Assembleia, do Contrato de Cessã Fiduciária de Direitos Creditórios, a ser firmado pela SPE LH, na qualidade de fiduciante, e pela Emissora, na qualidad de fiduciária, com a interveniência da Devedora; (2) formalização, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, contados d data da Assembleia, do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas LH, a ser firmado pela EN Empreendimentos e pelc Avalista 1, na qualidade de titulares e fiduciantes, e a Emissora, na qualidade de fiduciária; e **(3)** constituição e inclu-são, como garantia da Emissão, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, contados da data da Assembleia, de alienação fiduciária das Unidades Florida, a ser outorgada pela SPE LH em favor da Emissora, nos termos *"Instrumento Particula de Alienação Fiduciária de Imóveis em Garantia e Outras Avenças"*, celebrado entre a SPE LH, na qualidade de proprie tária e fiduciante, e a Emissora, na qualidade de fiduciária, com a interveniência da Devedora ("<u>Contrato de Alienacã</u>o <u>Fiduciária de Imóveis</u>"); Caso não sejam cumpridas e/ou superada as condicionantes previstas neste item "d", nos prazos aqui previstos, para fins de não declaração de vencimento antecipado será convocada nova assembleia em até 10 (dez) dias a contar do descumprimento para deliberação acerca dos descumprimentos; **e)** Caso autorizada a con: tituição do Fundo de Distratos, nos termos do item "d" acima, autorizar o não pagamento da Remuneração e Amorti-zação dos CRI Seniores e dos CRI Subordinados, tampouco a recomposição do Fundo de Despesas e do Fundo de Re-serva nas datas de pagamento previstas para os dias 28/12/2023, 30/01/2024 e 28/02/2024, nos moldes dos item-"(b)", "(c)", "(d)", "(e)", "(f)", "(g)" e "(h)" da Cascata de Pagamento disposta na cláusula 8.13 do Termo de Securi-tização, sem que enseje descumprimento por parte da Devedora e/ou Avalistas; f) Caso autorizada a constituição do Fundo de Distratos, nos termos do item "d" acima, aprovar a contratação da **NEO Serviços Administrativos o Recuperação de Crédito Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.409.378/0001-46 ("<u>Servicer</u>"), nos termos da Proposta de Prestação de Serviços de Servicer ("<u>Proposta de Prestação de Serviços de Servicer</u>"), constante no Anex II do material de apoio disponibilizado pela Emissora em seu website,, para a realização dos serviços de análise jurídi a dos contratos de venda e compra das Unidades Florida, análise financeira e monitoramento da carteira de Direito reditórios, com a consequente formalização, no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data da Assembleia, do Contrato de Prestação de Serviços de Servicer, a ser celebrado entre o Servicer e a Emissora; **g)** Caso autorizada a constituição do Fundo de Distratos, nos termos do item "d" acima, aprovar a contratação do IBS **Advogados**, inscri to no CNPJ/MF sob o nº 29.333.942/0001-73 ("<u>Assessor Legal"</u>), nos termos da Proposta de Prestação de Serviço Advocatícios ("<u>Proposta de Prestação de Serviços Advocatícios</u>"), para **(i)** formalização dos competentes aditamento aos Documentos da Operação; (ii) confecção e formalização do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis; e (iii) onfecção dos modelos de instrumento de compra e venda das Unidades Florida, bem como dos Instrumentos d Distratos; **h)** Autorizar a celebração e formalização de todos os documentos que se façam necessários, incluindo, mas ão se limitando os aditamentos dos Documentos da Operação, conforme aplicáveis, a fim de refletir todas as delib rações aprovadas na Assembleia; i) Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos c atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos iter acima. Exceto se de outra forma agui disposto, os termos agui utilizados iniciados em maiúsculo e não definidos terão o significado a eles atribuídos no Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá di orma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio di link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereco eletrônico d missora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **fsp@vortx.com.b** agentefiduciario@vortx.com.br em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encam iado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de iden idade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assen bleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRI ("Titular de CRI" poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a cor espondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Ágente Fiduciário, em até 48 (quarenta e oito Joras antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envi anifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) possuir de-claração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias dos Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legidação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05; (ii) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitai tidos pela ICP-Brasil) ou não; (iii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iv) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social qu comprove os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a even-tuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assem-bleia será integralmente gravada. São Paulo, 07 de dezembro de 2023. VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

SANFARI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 00.985.733/0001-22 | NIRE 35.214.774.545 **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Convocamos os senhores Sócios para Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 21 d dezembro de 2023 em primeira convocação às 16h30 e em segunda convocação, às 17h, na Ar Plínio Brasil Milano, nº 1.000, 4º andar, Porto Alegre, RS, para deliberarem sobre a seguinte order do dia: a) Alteração da Cláusula 6ª e Consolidação do Contrato Social. b) Deliberar sobre a orientação do voto a ser proferido pelos representantes legais da Sociedade, na qualidade de sócia do CNP. do voir a ser printino pelos representantes regais da Sociedade, na qualitada de socia do C 89.863.989/0001-70 e acionista do CNPJ 93.015.006/0001-13, para as deliberações e providên necessárias à cisão parcial, conforme disposto no artigo 136, IX da Lei 6.404/76. São Paulo, SP, 12 de dezembro de 2023. A administração

Galvani Participações e Investimentos S.A.

CNPJ nº 09.391.425/0001-43 - NIRE 35.300.353.340 - Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2023 Aos 25 de abril de 2023, às 10 h., na sede, com a totalidade. Mesa: Rodolfo Galvani Neto — Presidente; Roberto Galvani — Secretári Deliberações Unânimes: 1. A lavratura da ata que se refere à presente Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, no termos do art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. 5.2. A redução do capital social da Companhia por considerão excessivo, nos termos do art. 173 da Lei nº 6.404/76, no valor total de R\$ 73.748.267,74, passando o capital social da Companhia de R\$ 105.832.181.32 ara R\$ 32.083.913,58, sem o cancelamento de ações. 5.3. Após o decurso do prazo de 60 dias de oposição de credores previsto r izia n. 8, 2, 2, 2, 3, 2, 3, 3, 5, 3, em o canicientento de aques - 3, 3, Apos o decusio do prazo de ou dias de posição de cipital por a provada no item 2 acima será eficiada a compensação na proporção las participações dos Acionistas no capital da Companhia contra a conta ativa de "Débitos com Sócios, Administradores e Pessoa Ligadas". 4. Em razão das deliberações acima, o Artigo 5º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação "ARTIGO 5º - O capital social é de R\$ 32.083.913,58 (trinta e dois milhões, oitenta e três mil, novecentos e treze reais e cinquenta e vito centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 28.745.591 (vinte e oito milhões, setecentas e quarenta e cinco mil quinhentas e noventa e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal." 5. Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar toda e qualquer providência conveniente e necessária à execução das deliberações acima. Nada mais. São Paulo, 25 de abril de 2023. Íntegra da Ata encontra-se disponível no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

Galvani Participações e Investimentos S.A.

CNPJ nº 09.391.425/0001-43 - NIRE 35.300.353.340 - Atta da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de dezembro de 2023 Aos 06/12/2023, às 10 h., na sede, com a totalidade. Mesa: Rodolfo Galvani Neto — Presidente; Roberto Galvani — Secretário. Deliberaçõe: Unânimes: 1. A lavratura da ata que se refere à presente Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, nos termos do art 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **2.** A redução do capital social da Companhia por considerá-lo excessivo, nos termos do art. 173 da Lei n 6.404/76, no valor total de R\$ 12.083.913,58, passando o capital social da Companhia de R\$ 32.083.913,58 para R\$ 20.000.000,00, sem o cancelamento de ações, mediante a restituição de recursos aos acionistas da Companhia, na proporção de suas participações no capital social, na presente data, comprometendo-se os acionistas, caso haja oposição de credores dentro do prazo de 60 dias contados da publicação da presente ata, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 174 da Lei 6.404/76, a votar para que a Companhia ratifique a presente redução e fazer com que os administradores da Companhia tomem todas as medidas necessárias para pagamento dos edores que eventualmente se opuserem à redução. 3. Em razão das deliberações acima, o Artigo 5º do estatuto social da Companhi assa a vigorar com a seguinte nova redação: "ARTIGO 5° - O capital social 6 de R\$ 20.000.000,00, totalmente subscrito e integralizado ividido em 28.745.591 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal." 4. Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar toda e qualque ovidência conveniente e necessária à execução das deliberações acima. Nada mais, São Paulo, 06/12/2023, Íntegra da Ata encontra-s ponível no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARESDOS DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍ VEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 48ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única, da 48ª Emissão da VIR-GO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na Rua Gerivatiba, 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEF 05501-900 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **OLIVEIRA T** BUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS. ("Agente Fiduciário"), e os representantes da f iente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRI** em-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 29 de dezemb** de 2023 às 14h00, de forma exclusivamente remota e detrônica através da plataforma Microsof Teams, conforme Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("<u>Resolução CVM 60</u>"), nos termos deste edital a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Termo de Securitizaç</u>ão"), para deliberar sobre: (i) Anuir previamente com a dispensa do cumprimento do Índice Financeiro disposto na cláusula 9.2, item "(xxxvi)", subitem "(a)" da Escritura de Emissão de Debêntures , qual seja a o resultado da "Razão entre EBITDA e Resultado Financeiro Líquido igual ou superior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos)" (<u>"Perdão Temporário</u>"), ex clusivamente em relação a verificação referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, sendo cer to que, caso seja concedido o Perdão Temporário e o Índice Financeiro não seja observado no período, não será confi jurado um Evento de Inadimplemento Não Automático; (ii) Caso não seja aprovada a matéria proposta no item (i) da ordem do dia, anuir previamente com a dispensa do envio da comunicação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, para realização do Resgate Antecipado Voluntário das Debêntures, no ermos da cláusula 8.3 da Escritura de Emissão de Debentures; (iii) Autorizar a Devedora, o Agente fiduciário e a Emis ora a praticarem todo e qualquer ato, celebrarem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessá ios para efetivação e implementação das matérias aprovadas acima, às exclusivas expensas da Devedora. A Emissor ieixa registrado, para fins de esclarecimento, que a Assembleia Geral de Titulares dos CRA instalar-se-á, em primeira onvocação, com a presença de Titulares dos CRA que representem, no mínimo, a maioria absoluta dos CRA em circu ação, e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 13.4 do Termo de Securitização. Já as de iberações serão tomadas, em relação ao item **(i)** da ordem do dia, pelos votos dos Titulares dos CRA que representem no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos CRA em circulação, em primeira ou segunda convocação, nos molde da cláusula 5.10.1 do Termo de Securitização. Já as deliberações concernentes ao item (ii) da ordem do dia, serão to madas, em primeira convocação, por titulares dos CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos CRA em Circulação; e, em segunda convocação, pela maioria simples dos Titulares dos CRA presentes na Assembleia A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteú do será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os T tulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para juridico@virgo.inc <u>sfassembleias@oliveiratrust.com.br</u> a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documer os de Representação (conforme abaixo definido) impreterivelmente em <u>até 2 (dois) dias antes da realização da Assem</u> <u>bleia</u>. Para os fins da Assembleia, considera-se "<u>Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: có-pia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; <u>caso representado por procurador,</u> também deverá sei enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificadc</u> digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acomp nhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/cor rato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação lega do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representant egal; <u>caso representado por procurador,</u> também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração cor ma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação n assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorga do a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou e igente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e de nanifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de inressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à dis ressar la videocumienta, envando a cinissoria e ad Algente riduciario a contespondente mainestação de voto a us ância, nos correios eletrônicos <u>juridico@virgo.inc</u> e <u>af.assembleias@oliveiratrust.com.br</u>, respectivamente, conform nodelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na nesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (https://virgo.inc) e no website da CVM. A ma ifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, cor prme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, se for o caso, bem como de declaração a respeit da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com as matérias das Ordens do Dia, demais pai tes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resc ução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo d roto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Instrução de Voto serão computados como presenç Dara fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, ob ervados os guóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de fo ma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plata forma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado dever ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o ignificado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Emissão).

11º Leilão de Arte & Antiquidades Osvaldo Aparecido Costi, Leiloeiro Oficial JUCESP 1323, comunica que será realizado o 11º Leilão de Arte & Antiguidades catálogo 39220 nos dias 09 e 12 dezembro. no site w w w . g m l e i l o e s . c o m . b r Informações (11) 94435-0642 ou diretoriagmleiloes@gmail.com

2ª Vara da Família e Sucessões - Foro Regional XI - Pinheiros/Sf Edital de Publicação de Sentença. Proc. nº 1007586-38.2023 8.26.0011. A Dra. Marina Degani Maluf, Juíza de Direito da 2 Vara da Família e Sucessões, Foro Regional XI-Pinheiros/SF PROCEDENTE a ação e DECRETO A CURATELA de Antonio Manoel da Silva, e nomeio como sua curador definitiva Neusa de Campos Silva, cônjuge do curatelado. Em obediência ao § 3º do art. 755, CPC, serve o dispositivo da presente sentença como edital, que será afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 27 de novembro de 2023.

ONLINE LEILÃO dia 12/12/2023

TERÇA-FEIRA

253 veículos VEÍCULOS EM FIM

Miguel Donha Jr.
Leiloeiro Oficial - Matricula: 14/2561 - Jucepar

COLISÃO - ROUBO/FURTO ENCHENTE E

Leilão 10h30

LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 - Borda do Campo - São José dos Pinhais - PR ELANTRA 2012 2013 ELITE 2019 2 ESCORT: 1992 1999 2000 ETIOS 2012 2013 F-250 2004 F-350 1999 FIELDER 2007 2008 3 FIESTA: 1996 2013 2014 2014 FIT: 2017 2008 FLUENCE 2014 4 FOCUS: 2011 2012 2015 2018 2019 2015 2 FOX: 2011 2016 2017 FUSION 2013 15 GOL: 2008 2009 2012 2013 1996 2015 2020 2010 2011 1994 2004 1993 1996 2011 2012 1996 2018 2012 2013 2006 2004 2005 2 GRAND SIENA: 2013 2014 2019 7 HB20: 2014 2015 2014 2015 2020 2016 2017 2019 2015 2014 HILUX CD 2011 2012 130 2010 2011 2 JETTA: 2011 2012 2015 3 KA: 2016 2017 1997 1998 2019 2020 KADETT 1993 KICKS 2018 2019 KWID 2020 2021 2 MASTER: 2017 2018 2002 2003 MERIVA 2012 2 MOBI: 2018 2019 2016 2017 4 MONTANA: 2017 2018 2018 2019 2014 2015 2013 2 NINJA 300: 2014 2015 2014 2 NINJA 400: 2020 2019 2020 12 ONIX: 2019 2019 2019 2020 2019 2020 2018 2019 2014 2015 2015 2016 2017 2019 2013 201

Nº dos Chassis: 1D047474 Normal 1L187064 Recortado 1p086499 Recortado 1R038839 Recortado 1W048272 Recortado 24344923 Recortado 2G167332 Recortado 3R100384 Normal 5C291833 Normal 5J382016 Recortado 64063773 Normal 64772231 Recortado 68761510 Recortado 6A105741 Normal 6B204022 Recortado 6T06353 Normal 74063632 Recortado 7B513817 Normal 7R183342 Recortado 7T073568 Recortado 7Z201706 Normal 87070229 Recortado 88255331 Normal 8C188320 Recortado 8G521340 Normal 8J138236 Normal 8J162630 Recortado 8R048386 Recortado 8R106610 Normal 8Z104045 Recortado 90012750 Normal 90044660 Normal 9A01432 Normal 9B060058 Normal 9B173567 Normal 9C143821 Normal 9Z102058 Normal A1522935 Normal A2119339 Normal A4139284 Normal AB123295 Normal AB670226 Normal ABB60465 Normal AC914562 Normal AG170216 Recortado AJ484960 Normal AM301304 Recortado AP032630 Normal AR134364 Norma AR155962 Normal AT066442 Normal B0059587 Normal B5332759 Normal BB008249 Normal BB224122 Normal BC180843 Avariado BC211482 Normal BJ68618 Normal BL358359 Normal BP007265 Recortado BR101653 Recortado BT070964 Recortado BZ206853 Recortado C7159474 Recortado C7467609 Normal C747399 Normal C8251651 Recortado CA648016 Normal CB338443 Normal CBL06623 Normal CC232009 Normal CG523104 Normal CJ116718 Normal CJ464245 Normal CJ899168 Normal CL955368 Normal CM039652 Normal CR251612 Normal D0393801 Normal D1557159 Normal D2006460 Normal D2018988 Normal D5846858 Normal D8370070 Normal D8420330 Normal D8801785 Recortado DB195632 Normal DG114949 Normal DJ067893 Normal DJ412943 Normal DJ513548 Normal DL203190 Normal DP001093 Normal DP083641 Normal DR001065 Normal DR333220 Normal E0023307 Normal E1306456 Normal E3144314 Normal E807487 Normal EB118821 Recortado EB534741 Recortado EG033005 Recortado EJ148934 Normal EL123448 Normal EL305647 Normal EM069082 Normal EM22296 Normal ER273363 Normal ET018163 Normal F0224702 Normal F2047006 Normal F4069925 Normal F5962377 Normal F5985385 Normal F8164823 Recortade FB779462 Normal FG101680 Normal FG211119 Normal FG299537 Normal FG476550 Normal FL151710 Normal FL436192 Normal FL521017 Normal FM066666 Normal FM078474 Normal FP498077 Remarcado FR506934 Normal FT008485 Recortado FT642115 Normal G0738420 Recortado G1331984 Normal GB12463 nal GJ100547 Recortado GM758618 Normal GR012564 Normal H0329626 Normal H4005778 Normal H5098896 Recortado HC416558 Normal HZ130541 Norma HZ219740 Normal J0355365 Normal J4A69811 Normal J8028402 Recortado J8163293 Normal JA059862 Normal JA201889 Normal JA291607 Normal JE16037 Normal JE854251 Normal JK159760 Normal JL212094 Normal JT557298 Recortado JY229474 Normal JY512160 Normal K8318331 Normal KA026793 Normal KB009900 Recortado KF666028 Normal KG116876 Normal KG375757 Normal KG386292 Normal KJ614993 Normal KKC64376 Normal KP229347 Normal KP993814 Vormal KR004710 Normal KR920019 Normal KT029953 Recortado KZM32248 Normal L8424757 Normal L8467065 Normal L8814044 Normal L9142884 Recortado LG155241 Normal LJ175707 Normal LJ234455 Recortado LR107244 Normal LR115811 Recortado LT101235 Recortado LU071245 Normal LU082476 Norm M0053826 Normal M3788421 Recortado MFS00111 Normal MG194481 Normal MJ347552 Normal MJ632370 Normal MK209687 Normal MK365448 Normal MK42402. Normal MP036647 Normal MYW02319 Recortado N0007717 Normal N1140964 Normal NG515842 Normal NG533472 Normal NJ972399 Normal NKE31795 Normal NKE46703 Normal NKL64105 Recortado NP254968 Normal NP353470 Normal NR199078 Normal NU181148 Normal NY785621 Normal NYM01119 Normal NYM07394 Recortado NYW68142 Recortado P0065636 Normal P0337792 Normal P9218375 Normal P9218667 Normal PB002754 Recortado PB535145 Norma PB538463 Normal PG178486 Normal PG532720 Normal PJ310132 Normal PJ352103 Normal PJ357011 Normal PK503044 Normal PM0A8886 Normal PP37094 Normal PP373364 Normal PP385525 Normal PP394322 Normal PP395698 Normal PP396006 Normal PT032554 Normal PT062331 Normal PT067450 Norma PU252851 Normal PU254120 Normal PU254741 Normal PY813499 Normal PY829180 Normal PY829455 Normal PY835701 Normal PY845904 Normal PY825253 Normal PYM13189 Normal PYM20174 Normal PYM20247 Normal PYM25400 Normal PYM25472 Normal PYM32285 Normal PYZ63129 Normal RB161093 Recortado SB500358 Recortado SC708026 Recortado VB586209 Recortado W0793872 Recortado

ONDIÇÕES: OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA. DEBITOS DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM IOBRE O BEM, FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE, CORRENDO TAMBÉM POR SUA CONTA EM RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRIVELAS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DESTRIBUIDO NOLEILÃO. MIGUEL DONHA JR. – LEIOEIRC OFICIAL – JUCEPAR 14/256L. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. RUA ESTRADA DA ROSEIRA, 6725 - BORDA DO CAMPO CEP: 83075-010 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PR (41) 3134-3450 (CATALOGO, LOCAL DE VISTAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E POTOSNOSITE) EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Senhor Douglas Duarte Arruda, PRESIDENTE da FEDERAÇÃO PAULISTA DE ESPORTES & FITNESS no uso de suas atribuições Estatutárias, CONVOCA todos os seus membros, a participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA, a realizarse no dia 17 de Dezembro de 2023, às 18:00 horas em primeira chamada, e às 18:30 horas e segunda chamada com qualquer número de associados em sua sede, na Av. Giovanni Gronchi, 6195 – Conj 310 – Vila Andrade – São Paulo – SP – CEP 05724-003, para deliberarem sobre processo eletivo: 1) Processo Eletivo com a finalidade de obtenção do artigo 18-A junto ao Ministério do Ésporte. **2)** Assuntos Gerais. São Paulo, 10 de dezembro de 2023. DOUGLAS DUARTE ARRUDA

ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO HOSPITAL SAMARITANO CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Edital de convocação - Ficam convocados os Associados Efetivos adimplentes da Associação Médica do Hospital Samaritano para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no Hospital Samaritano, sito à Rua Conselheiro Brotero 1486, auditório, no andar P2, nesta Capital e também virtualmente através de link nformado abaixo, no dia 21 de dezembro de 2023 às 18:00 horas em primeira chamada e 18:15 horas em segunda chamada, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do** Dia: 1) Atualização sobre o andamento do processo contra a operadora Amil Assistência Médica Internacional S/A; 2) Apresentação das situações sobre o encerramento do contrato com a operadora Sul América Seguradora de Saúde S/A; 3) Outros assuntos de interesse geral. São Paulo 11 de dezembro de 2023. Dr. Walmyr Ribeiro de Mello Presidente. https://teams.microsoft.com/l/meetup-join. 19%3ameeting_NzRIYWZkNjYtMTk4ZC00NDJhLThhZGQtNTZmOGFkODAzNjM1%40thread.v2/)?context=%7b%22Tid%22%3a%22e79034b6-c14f-4d3e-a08fd8d7d4643271%22%2c%22Oid%22%3a%22092a2d00-7dc1-4524-9b33c1e7a13ec1b0%22%7d

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que presente edital virem ou interessar possa que, ELIANA COSTA DOS SANTOS **BOCK**, RG nº 546514960-SSP/SP, CPF nº 959.894.125-68, e seu marido **EDSON ERNESTO BOCK**, RG nº 542297620-SSP/SP, CPF nº 016.151.519-31, brasileiros, casados no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei nº 6.515/77 representantes comerciais, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua Adriano Racine, nº 65, Bloco 01, apartamento nº 24, Jardim Celeste, ficam intimados a purgarem a mora referente a 07 (sete) prestações em atraso, vencidas de 25/03/2023 a 07/10/2023, no valor de R\$22.446,57 (vinte dois mil quatrocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$27.042,95 (vinte sete mil e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos), que atualizado até 09/12/2023, perfaz o valor de R\$30.533,22 (trinta mil quinhentos e trinta e três reais e vinte dois centavos), cuia planilha com os valores liários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Rua Adriano Racine, nº 65, apartamento nº 24, localizado no 2º andar do Prédio 01, Edifício Serra da Mantiqueira, integrante do Condomínio Reserva Atlântica, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 4 na matrícula nº 154.839. O pagamento naverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os fiduciantes desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos" a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 12 de dezembro de 2023. O Oficial.

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 523.508, em 27/09/2023, o Requerimento feito por ANETE RICCIARDI, brasileira, separada judicialmente, advogada, RG nº 2.403.196-3-SSP/SP CPF/ME nº 006.337.578-88, residente e domiciliada nesta Capital, na Estrada de Itapecerica da Serra, nº 6520, casa 122, bairro Parque Fernanda - CEP: 05858-903; e, RICARDO DE FARIAS POUSA, brasileiro, solteiro, maior, terapeuta, RG nº 27.258.386-8-SSP/SP, CPF/ME nº 310.509.938-70, residente e domiciliado em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerias, na Avenida Cristiano Machado, nº 2929, apto. 102, bairro Ipiranga - CEP: objetivando a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL 31160-413, EXTRAORDINÁRIA da UNIDADE AUTÔNOMA nº 151 do Edifício Barão de Piracicaba, situado na Rua Barão de Piracicaba, nº 878, no 11º Subdistrito Santa Cecília, objeto da transcrição número 45.403, neste Serviço Registral. Em observância à previsão legal contida no \$ 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/ 2017, e nos itens 416 e 425.1 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, Nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos 15 e 16, § 1º, "V", que diz:- "a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião"; e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz:- "os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias úteis após o decurso do prazo do edital publicado", ficam eles por este Edital INTIMADOS da existência do referido processo, franqueando-lhe a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral, de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, a qual poderá se manifestar em 15 (quinze) dias úteis contados da data da publicação deste Edital. E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados não venham de futuro alegar ignorância, expede-se o presente edita que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo. São Paulo, 05 de dezembro de 2023. O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva).

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DISTRITO DE JD. SÃO LUÍS

OFICIAL - DRª EVANICE CALLADO RODRIGUES DOS SANTOS

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

MARCOS LINO HERNÁNDEZ NICODEMOS, PERUANO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 24/04/1988, MECÂNICO, NATURAL DE LA CRUZ, DISTRITO DE PARDO MIGUEL, PROVÍNCIA DE RIOJA - PERU, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE CLIDER HERNÁNDEZ FLORES E DE FLOR NICODEMOS TERRONES; E **WARA LUZ VILLCA LARA**, BOLÍVIANA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 12/06/1987, MÉDICA, NATURAL DA BOLÍVIA, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE MARCELO VILLCA DELGADO E DE JUSTA LARA VENTURA.

SALVADOR DOS SANTOS TEIXEIRA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 10/10/1957, APOSENTADO, NATURAL DE CAETITÉ - BA, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE GERALDO JOSÉ TEIXEIRA E DE ALMERINDA DOS SANTOS TEIXEIRA; E NADIR ALVES DA SILVA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 25/05/1955, DO LAR, NATURAL DE ARACATU - BA, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE ANTONIO ALVES ISAFI BARROSA DOS SANTOS BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 05/02/1994, COZINHEIRO, NATURAL DE TREMEDAL-BA, RESIDENTE E

DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOÃO PEREIRA DOS SANTOS E DE MARIA BARBOSA DOS SANTOS; E **SILVANIA LÚCIO DOS SANT**OS, BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 09/04/1994, AUXILIAR DE LIMPEZA, NATURAL DE SOLÂNEA - PB, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO -SP, FILHA DE SEVERINO LÚCIO DOS SANTOS E DE MARINEZ PAULINO. UILAMES OLIVEIRA DA CRUZ, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 29/06/1995, AUXILIAR DE PRODUÇÃO, NATURAL DE SALVADOR - BA, RESIDENTE

E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE ATAIDE FERREIRA DA CRUZ E DE NORMA SANTOS DE OLÍVEIRA; E **JACQUELINE APARECIDA VERGINIO,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 12/04/1985, AUXILIAR DE PRODUÇÃO, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE ANTENOR VERGINIO E DE VALQUIRIA APARECIDA DOS SANTOS. MARCOS HENRIQUE CORREIA LIMA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 10/04/1991, VENDEDOR, NATURAL DE OSASCO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM OSASCO - SP, FILHO DE ABNER SILVEIRA LIMA E DE MARIA NOÉLIA CORREIA DOS SANTOS LIMA; E JÉSSICA ARAUJO DOS SANTOS,

BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 24/03/1993, ASSISTENTE SOCIAL, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO SP, FILHA DE BARTOLOMEU SOUZA DOS SANTOS E DE DILZA ARAUJO DOS SANTOS JONATHAN SERRA DE MEIRA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 21/10/1994, VENDEDOR, NATURAL DE DIADEMA - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP. FILHO DE SEBASTIÃO FELIX DE MEIRA E DE SUELIAPARECIDA SERRA; E **ANGELICA CÓRDOBA DE JESUS**, BRASILEIRA, DIVORCIADA, NASCIDA AOS 15/01/1987, DEPILADORA, NATURAL DE ARARAQUARA - SP. RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP. FILHA DE ALTAIR ANSELMO

DE JESUS E DE JUSSARA CÓRDOBA DE JESUS. VANDEILSON VIEIRA SENA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 09/08/1984, COZINHEIRO, NATURAL DE FRANCISCO BADARÓ - MG, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP. FILHO DE JOÃO VIEIRA DO PRADO E DE JULIA VIEIRA SENA: E **ANA CLAUDIA BATISTA DOS SANTOS.** BRASILEIRA SOLTEIRA, NASCIDAAOS 28/08/1988, DE SERVIÇOS DOMÉSTICOS, NATURAL DE IPIAÚ - BA, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE CLAUDIO BATISTA DOS SANTOS E DE IRAILDES ASMERA DOS SANTOS.

JOÃO ANTONIO NASCIMENTO DE JESUS, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 02/09/1976, TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO, NATURAL DE CONCEIÇÃO DO ALMEIDA - BA, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE DOMINGOS DE JESUS E DE MARIA CELIA NASCIMENTO DE JESUS: E MARCIA DA SILVA SANTOS GOMES, BRASILEIRA, DIVORCIADA, NASCIDA AOS 02/04/1976, PROMOTORA DE MERCHANDISING, NATURAL SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE MANOEL PEDRO JOSE DOS SANTOS E DE MARIA MARTA DA SILVA

LUCAS VINICIUS BARBOSA OLIVEIRA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 27/01/1999, AUXILIAR DE COMPRAS, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSE MARQUES DE OLIVEIRA E DE GERALDA APARECIDA BARBOSA OLIVEIRA; E **THAÍS** RAMOS DE SOUSA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 30/06/2000, PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE MICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE ELIO RAMOS DE SOUSA E DE VALDIONY PEREIRA SOUSA

FLAVIO BONDEZZAN, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 01/12/1978, GERENTE COMERCIAL, NATURAL DE SÃO PAULO - SP. RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE PEDRO BONDEZZAN FILHO E DE MARGARIDA CERQUEIRA BONDEZZAN; E **PAULA MIRANDA DE MORAIS**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 09/07/1982, TÉCNICA ELETRÔNICA, NATURAL DE SANTANA DO ITARARÉ - PR, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE LEANDRO GONÇALVES DE OLIVEIRA E DE ROSALINA DE MORAIS

ALAN SANTOS DE CAMPOS, BRASILEIRA, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 13/04/1995, ENGENHEIRO DE SOFTWARE, NATURAL DE, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE ANTÔNIO SINEZIO ARAUJO DE CAMPOS E DE SILVANEIDE SANTOS DE CAMPOS; E **JOSIANE OLIVEIRA DA SILVA**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 10/06/1998, ADVOGADA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE JOSE SEVERINO BARBOSA DA SILVA E DE JULIA OLIVEIRA DE JESUS.

JOSÉ GOZ DOS SANTOS, BRASILEIRA, DIVORCIADO, NASCIDO AOS 27/12/1975, PEDREIRO, NATURAL DE EUCLIDES DA CUNHA - BA, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSÉ MARTINS DOS SANTOS E DE MARIA GOZ DOS SANTOS; E **ADENILÇE PEREIRA ROCHA**, BRASILEIRA, VIÚVA, NASCIDA AOS 15/03/1967, PROFESSORA, NATURAL DE MACHACALIS - MG, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE MANOEL

ROBERTO SALES DA SILVA FILHO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 09/05/1988, PROFESSOR, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE ROBERTO SALES DA SILVA E DE NAZARET DE SOUZA FEITOSA; E **ROSELI GOMES DE ALMEIDA**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 01/01/1987, LIDER DE VENDAS, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE JOSÉ FERREIRA DE ALMEIDA E DE LIDIA RODRIGUES GOMES.

MARCOS VINÍCIUS DE OLIVEIRA, BRASILEIRA, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 11/07/1996, AUXILIAR DE PRODUÇÃO, NATURAL DE JANDIRA - SP. RESIDENTE E DOMICILIADO EM ITAPEVI - SP, FILHO DE MARIAAPARECIDA MOREIRA DE OLIVEIRA; E **AMANDA OLIVEIRA SILVA**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 10/06/2003, RECEPCIONISTA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE SILVIO LUIS DA SILVA E DE FABIANA DE OLIVEIRA

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.



REDUÇÃO DE CAPITAL

A VIKINOX CONEXÕES TUBOS E USINAGEM LTDA, inscrita sob o CNPJ 39.360.852/ 0001-25, em conformidade com a Cláusula 2ª de seu contrato social, vem a público informar a redução de seu capital social de R\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais) para R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais). Essa decisão fundamenta-se na adequação do capital ao objeto social da sociedade. Conforme estabelecido no § Único da Cláusula 2ª, o Capital Social será totalmente integralizado no valor de R\$ 153.000,00 (Cento e Cinquenta e Três Mil Reais) em moeda nacional corrente, no prazo de 24 meses a partir desta data. Destacamos que R\$ 47.000,00 (Quarenta e Sete Mil Reais) desse montante provêm da incorporação de um veículo marca FORD, modelo I/FORD RANGER XLS 10A, ano/modelo 2008/2009, placa EDV9E69, chassi 8AFCR10A19J200855, Renavam 00988733668, movimento que reforça a diversificação e fortalecimento do patrimônio da empresa

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLE AS ESPECIAL DE INVESTIDORES DA 283* SÉRIE DA 4* EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBIVESI MOBILIARIOS DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO. Nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2012 ("Resolução, CVM nº 60), foi camo situlares de certificados de recebives immobiliáros em circulação da 283* (ducentesima octogésima terceira) señe da 4* (quarta) emissão da Virgo Companhia de Securitização ("CMM nº 60), de 260; "Guite a describação de 263* (ducentesima octogésima terceira) señe da 4* (quarta) emissão da Virgo Companhia de Securitização ("Cebitado am 30 de julho de 2012, rietra es Timesora e a Oliveira Trust Distributora de Títudos e Valores Mobiliáros ("Cebitado am 30 de julho de 2012, rietra es Timesora e a Oliveira Trust Distributora de Títudos e Valores Mobiliáros S.A. ("Agente Educiário" e Tamno de Securitização", respectivamente), convocados para se reunifera em assembleia especial de investidores, a ser realizada exclasivamente de forma digital er remota, em primeira convocação, no día 26 de dezembro de 2013, as 15:00 mess, atraveta de platadorma da Microsofi 1 earns ("Assembleia"), para es aguitar Doriva de 2013, as 15:00 mess, atraveta de platadorma da Microsofi 1 earns ("Assembleia"), para es aguitar Doriva de 2013, as 15:00 mess, atraveta de platadorma da Microsofi 1 earns ("Assembleia"), para es aguitar Doriva de 2013, as 15:00 mess de para a 18 ruga da Assembleia nº 100 n°, e 9° andrares (Edificio City) Tover). Centro, CEP 2001 1-904, na cidade do Río de Janeiro, conforme atos societários devidamente registrados na Junta Comercial do Estado da Bahia; (ii) revisão da de finicia o de 10 de 10

≡ BIOMETANO VERDE PAULÍNIA S.A. ≡ CNPJ 50.365.355/0001-52 / NIRE 35.300.613.538

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO **REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2023**

. Data, Hora e Local: No dia 20 de outubro de 2023, às 9:00 horas, na sede da Biometano Verd

Paulinia S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Naçõe Jnidas, nº 12.901, 8º andar, Sala H, Torre Oeste, Centro Empresarial Nações Unidas, Brooklin Pau ista, CEP 04578-910 ("<u>Companhia</u>"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades d convocação, nos termos do artigo 22, parágrafo terceiro, do Estatuto Social da Companhia, tendo er rista a presença da totalidade dos conselheiros da Companhia. 3. Mesa: Os trabalhos foram presid dos pelo Sr. Nelson Roseira Gomes Neto, que convidou o Sr. Leonardo Roberto Pereira dos Sante para secretariá-los. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) os pedidos de renúncia apresentados pelo Diretores da Companhia; e (ii) a eleição dos novos membros da Diretoria da Companhia. **5. Deliber**e ç**ões:** Após exame e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os conselheiros presente eliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas: 5.1. Aceitar o pedidos de renúncia apresentados, nesta data, em conformidade com as cartas de renúncia con cantes no <u>Anexo I</u> à presente ata, pelos Srs.: (i) **Milton Pilão Junior**, brasileiro, casado, empresário ortador da cédula de identidade RG nº 15.620.718-7, inscrito no CPF/ME sob o nº 125.107.888-50 om endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida nas Naçõe Inidas nº 12 901 Centro Empresarial Nações Unidas 8º andar Torre Oeste Brooklin Paulist CEP 04578-910, ao cargo de Diretor Presidente da Companhia; (ii) Leonardo Roberto Pereira do iantos, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 27.877.739-9 SSF SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 218.498-438-80, com endereço comercial na Cidade de São Pau o, Estado de São Paulo, na Avenida nas Nações Unidas, nº 12.901, Centro Empresarial Naçõe Unidas, 8º andar, Torre Oeste, Brooklin Paulista, CEP 04578-910, ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia; e (iii) **Dalton Assumção Canelhas Filho**, brasileiro, casado, engenheiro, portadora da cédula de identidade RG nº 43.611.694-7-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 324.77.808, con ndereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida nas Nações Unida: º 12.901, Centro Empresarial Nações Unidas, 8º andar, Torre Oeste, Brooklin Paulista, CEP 04578 910, ao cargo de Diretor Operacional da Companhia. 5.2. Aprovar a eleição dos seguintes diretore em conformidade com o Acordo de Acionistas da Companhia celebrado, nesta data, entre Compa comercialização S.A. ("Compass") e Orizon Meio Ambiente S.A. ("Orizon" e "Acordo de Acionis espectivamente), para um mandato de 2 (dois) anos: (i) Sr. Lucas Wever, brasileiro, solleiro istrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n° 394924691 (SS/SP), inscrit no CPF/MF sob o n° 417.461.948-47, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado d São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 4º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP 04538-132 ara o cargo de Diretor Presidente da Companhia, na qualidade de diretor estatutário indicado pel acionista Compass nos termos do Acordo de Acionistas; (ii) Sr. **Diego William dos Santos**, bras eiro, casado, tesoureiro, portador da Cédula de Identidade RG n° 410262730 (SSP/SP), inscrit no CPF/MF sob o nº 229.866.648-22, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado d São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 4º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP 04538-132 ara o cargo de Diretor Financeiro da Companhia, na qualidade de diretor estatutário indicado pel acionista Compass nos termos do Acordo de Acionistas; e (iii) Sr. **Leonardo Roberto Pereira do: Santos**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.877.739-9 SSP SP, inscrito no CPF/MF sob o n° 218.498-438-80, com endereço comercial na Cidade de São Paulo Estado de São Paulo, na Avenida nas Nações Unidas, n° 12.901, Centro Empresarial Nações Unidas 3º andar, Torre Oeste, Brooklin Paulista, CEP 04578-910, para o cargo de <u>Diretor de Operações</u> da npanhia, na qualidade de diretor estatutário indicado pela acionista Orizon nos termos do Acord le Acionistas. Os Diretores ora eleitos tomam posse em seus respectivos cargos mediante assina ura dos respectivos termos de posse anexos à presente ata como <u>Anexo II,</u> lavrados no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia, o qual encontra-se arquivado na sede da Companhia, Os Diretores eleitos permanecer**ão** em seu cargo até que seus substitutos sejam eleitos, a não se que de outra forma seja decidido pelo Conselho de Administração da Companhia. Os Diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, para a investidura como membro da Diretoria da Companhia, não estando impedidos para o exercício de atividade empresarial, be omo declaram não terem sido condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou subor oncussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena crimi que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **6. Encerramento:** Nada mai navendo a ser tratado, o Presidente do Conselho de Administração declarou encerrada a reunião avrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Sã Paulo, 20 de outubro de 2023. Mesa: Nelson Roseira Gomes Neto - Presidente: Leonardo Robert Pereira dos Santos - Secretário. Membros do Conselho de Administração: Nelson Roseira G mes Neto; Demétrio Antonio de Toledo Magalhães Filho; José Carlos Broisler Oliver; Leonard Roberto Pereira dos Santos; Jorge Rogério Elias. JUCESP nº 423.700/23-6 em 06/11/2023 aria Cristina Frei - Secretária Gera

■ FOXX URE-BA AMBIENTAL S.A. ■ CNPJ/MF N°. 14.641.895/0001-58 / NIRE 35.300.522 57-5 **ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

REALIZADA EM 90 DE MAIO DE 2023

. <u>Data, Hora e Local</u>: Em 09 de maio de 2023, às 10 horas, na sede social da Foxx URE-BA Amiental S.A. ("<u>Companhia</u>"), situada na Avenida Pirarucu, n. 3891, conjunto 3.901, Nova Aldeinha Idéia, CEP 06440-185, na Cidade de Barueri e Estado de São Paulo. 2. <u>Presença e Convocação</u> spensada as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membr lo Conselho de Administração, conforme assinaturas apostas ao final desta ata, 4. Composição da <u>Mesa:</u> Para conduzir os trabalhos o Sr. Ismar Machado Assaly foi o Presidente da Mesa, que indicio o Sr. Milton Pilão Júnior, para secretariá-lo. **5. <u>Ordem do Dia</u>:** Deliberar sobre: (i) a destituição do Sr. Marcelo Batista Gomes do cargo de Diretor sem Designação Específica da Companhia; (ii) reelei-ção dos Srs. Leonardo Roberto Pereira dos Santos e Jorge Rogério Elias como Diretores da Compa-nhia; e (iii) a eleição do novo membro da Diretoria da Companhia. 6. <u>Deliberações</u>: Instalada a Asmbleia, após discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia, por unanimidade de otos e sem nenhuma objeção, deliberou-se por: (i<u>) Destituir</u> o Sr. **Marcelo Batista Gomes** do cargo de Diretor sem Designação Específica da Companhia. (ii<u>) Reeleição</u> dos demais membros da Dire oria da Companhia, que os mandatos vigorarão por 02 (dois) anos, portanto, até a primeira Reunião do Conselho de Administração da Companhia após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2024, endo permitida a reeleccão, a saber; a) **Leonardo Roberto Pereira Dos Santos**, brasileiro, casado economista, portador da cédula de identidade n.º 27.877.739-9 e inscrito no Cadastro de Pessoas Fí-sicas do Ministério da Economia ("<u>CPF/ME</u>") n.º 218.498.438-80, com endereço profissional situado na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.901, 8º andar, Torre Oeste, Centro Empresarial das Nações Inidas, bairro Brooklin Paulista, CEP 04578-910, no Município e Estado de São Paulo, para o cargo orlidas, ballito Brotolli Faulista, etc. 1970-1916, in Mallicipio e Estado de cao Fatalo, para o cargo, de Diretor Financeiro; e b) **Jorge Rogério Elias**, brasileiro, em união estável, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade n.º 3.307.989-SSP/SC e inscrito no CPF/ME n.º 887.822.129-53, com endereço profissional situado na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.901, 8º andar, Torre Oeste Centro Empresarial das Nações Unidas, bairro Brooklin Paulista, CEP 04578-910, no Município Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor sem Designação Específica. (iii) Em virtude da desti-uição do Sr. Marcelo Batista Gomes, <u>eleger</u> a Sra. **Beatriz Helena de Almeida e Silva Lorenzi**, bra-sileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade n.º 18605734-9-SSP/SP e inscrita no CPF/ME n.º 163.096.048-99, com endereço profissional situado na Rua Nicolau Gagliardi, nº 313, pairro Pinheiros, CEP 05429-010, no Município e Estado de São Paulo, para o cargo de <u>Diretora sem</u> <u>Designação Específica da Companhia</u> e que terá mandato unificado com os demais Diretores da Companhia e, portanto, vigorará até primeira Reunião do Conselho de Administração da Companhia após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as demonstrações financeiras refe-entes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2024. Os diretores reeleitos e a diretora eleita marão posse mediante assinatura, no prazo legal, dos competentes Termos de Posse a seren avrados no Livro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia, nos termos do artigo 149 da Le ° 6.404/1976, declarando, sob as penas da lei, nos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976 e demais legislações aplicáveis, que não estão impedidos de ocupar os cargos de administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, e prevaricação, peita ou suborno concussão, peculato, ou contra a economia popular contra na financeiro nacional, contra a concorrência, contra relações de consumo, fé pública ou ropriedade e tampouco existe motivo de impedimento decorrente de qualquer outra circunstânci egalmente prevista como impeditiva do exercício das atividades empresariais ou da administração a Companhia. Os Diretores são investidos em todos os poderes e atribuições estipulados pela lei /ou pelo Estatuto Social da Companhia. Não serão consideradas concorrentes empresas em que a anhia participe, direta ou indiretamente, nem suas afiliadas, coligadas, controladas e/ou contro onipalmia participe, direta de infortestamente, nem sas almateas, cengadas, como ladas etro control doras, enfim, empresas que pertençam ao mesmo grupo econômico da Companhia. Em razão de eliberação tomada acima, a Diretoria da Companhia fica composta pelos seguintes membros: (i) Di etor Financeiro: Leonardo Roberto Pereira dos Santos; e (ii) Diretores sem Designação Específic eror Financiario. Leorario d'oberto Periera dos Saninos, e (in) piretores sem Designação Especifica orge Rogério Elias e Beatriz Helena de Almeida e Silva Lorezi. **7. Arquivamento e Providências** Os conselheiros deliberaram pelo arquivamento desta Ata perante a Junta Comercial do Estado le São Paulo para os devidos fins legais, e autorizaram a adoção de todas as medidas que s ne sao Fatilo para os devidos inits legals, e atitufizaran a adoçad de todas as inedidas que se izerem necessárias para concretizar as deliberações ora formalizadas. **8. <u>Encerramento</u>:** Nada nais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para lavratura da presente ata sumária, que ida, conferida e achada conforme, foi submetida a todos os presentes para assinatura por mei digital, ficando desde já reconhecida a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia desta ata. **Mesa:** Ismar Machado Assaly - Presidente; Milton Pilão Júnior - Secretário. **Conselheiro**: da Administração: (i) Ismar Machado Assaly, (ii) Milton Pilão Júnior e (iii) Caio Garcia da Cunha. BIENTAL S.A., realizada em 09 de maio de 2023. <u>Mesa:</u> Ismar Machado Assaly - Presidente da Mesa; Milton Pilão Júnior - Secretário da Mesa. <u>Conselheiros da Administração</u>: Ismar Machado Assaly; Milton Pilão Júnior; Caio Garcia da Cunha. <u>Diretores Reeleitos e Eleito</u>: Leonardo Robert reira dos Santos; Jorge Rogério Elias; Beatriz Helena de Almeida e Silva Lorenzi. JUCESP n 0.511/23-7 em 29/06/2023 - Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

≡ BIOMETANO VERDE PAULÍNIA S.A. ≡

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2023

Após exame, discussão e votação das matérias constantes na ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quai estrições ou ressalvas, o quanto segue: (i) Aprovar a emissão de 2.772 (duas mil, setecentas e setenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valo ominal, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus, totalmente subscritas na presente data, com preço de emissão por ação de R\$ 36.075,036075, fixado conforme o inciso I, do §1º, do Artigo 170 da Lei das S.A., totalizando o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) destinado ao capital social da Companhia e R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) destinado à conta de reserva de capital da Companhia. ("Aporte de Capital"). O capital social da Companhia passará de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para R\$ 50.010.000,00 (cinquenta milhões de reais). lhões e dez mil reais). O pagamento do Aporte de Capital será realizado nos termos do boletim de subscrição, que, autenticado pela Mesa, passa a integrar a presente Ata como **Anexo I**. As acionistas da Companhia, neste ato, de maneira irretratável e irrevogável, consentem com a subscrição e integralização, data. Em decorrência da aprovação descrita acima, as acionistas aprovam a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 50.010.000,00 (cinquenta milhões e dez mil reais), totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, dividido em 12.772 (doze mil, setecentas e setenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal." (ii) Aprovar a criação do Conselho de Administração da Companhia, o qual será composto por 5 (cinco) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, cujas atribuições, competências e regras de funcionamento passarão a integrar o Estatuto Social consolidado constante do Anexo II; (iii) Eleger as seguintes pessoas para compor o Conselho de Administração da Companhia, para um mandato unificado de 2 (dois) anos: a. Sr. **Nelson Roseira Gomes Neto**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.333.809-9 (SSP/SP), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("<u>CPF/MF"</u>) sob o nº 601.947.909-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 4º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP 04538-132, ao cargo de <u>Presidente do Conselho de Administração</u> da ompanhia; b. Sr. Demétrio Antonio de Toledo Magalhães Filho, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.760.379-5 (DIC/RJ), inscrito no CPF/MF sob o n° 098.819.627-14, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 4º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP 04538-132, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; c. Sr. **José** de Administração da Companhia; e e. Sr. Dalton Assumção Canelhas Filho, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº AS 611.694-7-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 324.777.808-08, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida nas Nações Unidas, nº 12.901, Centro Empresarial Nações Unidas, 8º andar, Torre Oeste, Brooklin Paulista, CEP 04578- 910, ao cargo de membro do Conselho cionistas. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia eleitos nesta data não farão jus a qualquer compensação por parte da Companhia (conforme constante nos respectivos termos de posse); e (v) Aprovar a reformulação integral e a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações previstas nesta ata, bem como outras que aqui não foram detalhadas, e, ainda, renumerar as cláusulas do Estatuto Social, conforme aplicável em razão das referidas alterações. Dessa forma, o Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a redação constante do **Anexo** II da presente Ata. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Mesa declarou encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme artigo 130, §1º da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo, 20 de outubro de 2023. Mesa: Sérgio Silva - Presidente; Leonardo Roberto Pereira dos Santos - Secretário Acionistas: ORIZON MEIO AMBIENTE S.A. - Por: Milton Pilão Junior - Cargo: Diretor; Por: Dalton Assumção Canelhas Filho - Cargo: Diretor. COMPASS COMERCIALIZAÇÃO S.A. - Por: Sergio Silva Cargo: Diretor; Por: Catarina Salgado da Costa Amaral - Cargo: Diretora. Anexo I - <u>Boletim de Subscrição</u> - Boletim de subscrição de ações do capital social da **Biometano Verde Paulínia S.A.**, sociedade por ações, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 8º andar, Sala H, Torre Oeste, Centro Empresarial Nações Unidas, Brooklin Paulista, CEP 04578-910, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.613.538, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.365.355/0001-52 ("Companhia"), relacionado ao aumento do capital social la Companhia no valor total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), mediante a emissão de 2.772 (duas mil, setecentas e setenta e duas) ações or em valor nominal, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de outubro de 2023. Subscritor: COM-6º andar, sala 26, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.046.324/0001-99. Ações Subscritas: 2.772 (duas mil, sete e duas). Preço de subscrição: R\$ 36.075,036075 por ação, no valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) destinado ao capital social da Companhia e R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) destinado à conta de reserva de capital da Companhia. Condições de Pagamento: A subscritora subscreve e integraliza todas as ações emitidas na presente data, mediante a transferência de recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, à conta bancária de titularidade da Companhia. São Paulo, 20 de outubro de 2023. Mesa:

Sergio Silva - Presidente; Leonardo Roberto Pereira dos Santos - Secretário. <u>Subscritor</u>: COMPASS COMERCIALIZAÇÃO S.A. - Nome: Sergio Silva Cargo: Diretor. Nome: Catarina Salgado da Costa Amaral Cargo: Diretora. <u>Anexo II - Estatuto Social Reformado da Companhia</u>; <u>ESTATUTO SOCIAL DA BIOMETANO VERDE PAULÍNIA S.A.</u> CNPJ 50.365.355/0001-52/ NIRE 35300613538. CAPÍTULO I <u>DENOMINAÇÃO</u>, <u>SEDE</u>, <u>OBJETO E DURAÇÃO</u>: Artio 1º - BIOMETANO VERDE PAULÍNIA S.A. é uma sociedade por ações fechada regida pelo presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro e 1976, conforme alterada ("<u>Lei das S.A."</u>), e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis ("<u>Companhia</u>"). **Artigo 2º** - A Companhia tem a sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 8º andar, Sala H, Torre Oeste, Centro Empresarial Nações Unidas, Brooklin Paulista, CEP 04578-910. Parágrafo Unico - A Companhia poderá, mediante deliberação da Diretoria, instalar, alterar e encerar filiais, agências ou qualquer outro tipo de estabelecimento comercial no Brasil ou no exterior. Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista. Artigo 4º - A Companhia tem prazo indeterminado de duração. CAPÍTULO II CAPÍTAL SOCIAL: Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\\$ 50.010.000,00 (cinquenta milhões e dez mil reais), totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, dividido em 12.772 (doze mil, setecentas e setenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, Artigo 6º - Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, Artigo 7º - A Companhia a emitir partes beneficiárias. Artigo 8º - Os acionistas terão direito de preferência no caso de aumento do capital social da Companhia. CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL: Artigo 9 - A Assembleia Geral será realizada, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia o exija, sendo permitida a ocorrência simultânea de Assembleia Geral ordinária e extraordinária. **Artigo 10** - A Assembleia Geral será convocada com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, em segunda convocação. **Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou conforme o disposto na Lei das S.A. Parágrafo Segundo - Independentemente das formalidades previstas neste Estatuto Social, será conside ada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. Parágrafo Terceiro - As questões que não estiverem incluídas no aviso de con-/ocação não poderão ser aprovadas em assembleia geral, exceto quando todos os Acionistas participarem da Assembleia Geral e concordarem em deliberar obre tal questão. Artigo 11 - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pela pessoa indicada elo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência de referida indicação, pela pessoa escolhida pela maioria de votos dos Acionistas presentes na Assembleia Geral. O presidente da Assembleia Geral escolherá o secretário da assembleia. Artigo 12 - A Assembleia Geral se instalará, em primeira erência ou meio similar, desde que seja preparada ata da respectiva assembleia e que sejam observados os requisitos do Acordo de Acionistas da Companhia e leis aplicáveis. Artigo 14 - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por de votos de acionistas representando, no mínimo, 51% (cinqu i e um por cento) do capital social da Companhia, exceto se quórum distinto seja exigido pela lei ou pelo Acordo de Acionistas da Companhia ou pelo Artigo 15, §§1º e 2º, abaixo. Artigo 15 - Além das matérias previstas na Lei das S.A., as matérias listadas abaixo estarão sujeitas à deliberação em sede de Assen oleia Geral: (i) aprovação de qualquer fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações), cisão (total ou parcial), constituição de novas subsidiárias, transformação do tipo societário da Companhia, conferência ou *drop down* de ativos, ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e quaisquer terceiros, com exceção de afiliadas de quaisquer dos Acionistas, desde que sejam mantidas as proporções de participação acionária de acordo com seu Regulamento de Arbitragem ("Regras") e com a Lei nº 9.307/1996, conforme aditada. Parágrafo Primeiro - O tribunal arbitral deverá se detidas pelas Acionistas no momento da conclusão da referida transação; (ii) aumento ou redução do capital social da Companhia, emissão ou cancelamen-o de ações, debêntures, opções, bônus de subscrição ou quaisquer outros valores mobiliários, para distribuição pública ou privada, exceto se já previsto no plano de negócios e/ou orçamento anual da Companhia, ou conforme previsto no Acordo de Acionistas da Companhia, ou se for redução para absorção de prejuízos acumulados; (iii) aprovação de mudanças nas características e/ou direitos das ações existente, bem como criação de novas classes ou espécies de ações; (iv) alterações ao Estatuto Social que possam alterar, restringir ou de qualquer forma limitar os direitos conferidos aos Acionistas no âmbito do Acordo de Acionistas da Companhia; (v) aprovação de quaisquer negócios ou operações, ou alterações em contratos existentes, entre, de um lado, a Companhia e, de outro, seus Acionistas e/ou qualquer de suas respectivas partes relacionadas; (vi) dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial, suspensão do estado de liquidação, extinção, requerimento de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; (vii) qualquer oferta pública de valores mobiliários da Companhia, registro ou cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta, assim como aprovação da listagem das ações da Companhia em bolsas de valores, bem como alteração ou cancelamento da listagem do segmento; (viii) quaisquer alocações do lucro líquido da Companhia, incluindo distribuições de dividendos ou juros sobre o capital próprio, em desconformidade com a política de dividendos vigente ou alteração da política de dividendos da Companhia; (ix) fixação da remuneração global da administração da Companhia; (x) criação, alteração ou cancelamento de qualquer plano de grafo Quarto - A arbitragem será conduzida e decidida de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. O tribunal arbitral não poderá resolve incentivo de longo prazo baseado em ações da Companhia; e (xi) aprovação das contas dos administradores da Companhia e das demonstrações financeia disputa por equidade (amiable compositeur ou ex aequo et bono) ou aplicação análoga de legislação estrangeira. As decisões proferidas pelos árbitro ras, caso haja ressalva feita pelo auditor independente. Parágrafo Primeiro - Enquanto a acionista Orizon Meio Ambiente S.A. (ou sua sucessora ou cessionária permitida) ("<u>Orizon"</u>) detiver participação acionária na Companhia igual ou superior a 33% (trinta e três por cento), a apròvação em Assembleia Geral bunal arbitral, a parte interessada poderá requerer medidas provisórias e/ou de urgência ao tribunal judicial. Após sua constituição, toda e qualque das matérias listadas nos itens (i) a (xi) do Artigo 15 acima dependerá do voto afirmativo da Orizon. **Parágrafo Segundo** - Enquanto a Orizon detiver particimedida provisória e/ou de urgência deverá ser requerida diretamente ao tribunal arbitral, e o tribunal arbitral poderá manter, modificar e/ou revogar das matérias listadas nos itens (i) a (xi) do Ártigo 15 acima dependerá do voto afirmativo da Orizon. Parágrafo Segundo - Enquanto a Orizon detiver participação acionária na Companhia igual ou superior a 15% (quinze por cento) e inferior a 33% (trinta e três por cento), a aprovação em Assembleia Geral das pedido anteriormente solicitado aos tribunais judiciais. Parágrafo Sexto - Medidas provisórias e/ou de urgência, bem como ações de execução, quando natérias listadas nos itens (iii) e (vi) do Artigo 15 acima dependerá do voto afirmativo da Orizon. CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO: Artigo 16 - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, nos termos deste Estatuto Social, da Lei das S.A., do Acordo de Acionistas da Companhia e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 17 - Os membros do Conselho de Administração e de la Diretoria da Companhia tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo de posse, que deverá ser lavrado nos livros societários aplicáveis da Companhia, nos termos do art. 149 da ei das S.A. Artigo 18 - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria se estende até a investidura dos novos administrado-Lei das S.A. Artigo 18 - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. SEÇÃO I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Artigo 19 - O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros, todos eleitos e seleitos. SEÇÃO I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Artigo 19 - O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, e observados as regras de indicação previstas no pelo tribunal arbitral) será confidencial, e somente deverá ser divulgado ao tribunal arbitral, às partes da arbitragem, seus representantes, e qualque Acordo de Acionistas da Companhia. **Artigo 20 -** O Conselho de Administração deverá ter 1 (um) Presidente, que será eleito dentre os membros eleitos do pessoa necessária para a arbitragem. **Parágrafo Oitavo** - Antes da assinatura dos termos de referência, a Câmara Arbitral poderá consolidar processoa Conselho de Administração, em Assembleia Geral, observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia. Artigo 21 - O Conselho de Administração arbitrais simultâneos, conforme previsto nas Regras. Após a assinatura dos termos de referência, o tribunal arbitral poderá consolidar processos arbitrais se reunirá, ordinariamente, de forma mensal, mediante a elaboração de calendário prévio e, extraordinariamente, quando necessário aos interesses da Companhia. **Parágrafo Único** - Cada conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do Conselho de Administração. **Artigo 22** - As reuniões do Conselho serão convocadas por qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia. Parágrafo Primeiro - As convocações para as reuniões decisão será final e vinculativa para as partes das arbitragens consolidadas. Parágrafo Nono - Os custos do procedimento arbitral, incluindo as despe serão feitas mediante comunicação por escrito a ser enviada a cada membro do Conselho de Administração, em primeira convocação, com, pelo menos, 5 (cinco) dias úteis de antecedência, e, em segunda convocação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis. A convocação deverá conter a data, hora, cada parte da arbitragem, de acordo com as Regras. Após a prolação da sentença arbitral, o tribunal arbitral poderá determinar que a parte vencedor ugar, ordem do dia e a documentação de suporte à ordem do dia, sendo certo que não poderão ser incluídos, na ordem do dia, itens genéricos como "ques-seja proporcionalmente reembolsada, pela parte vencida, por esses custos, incluindo, mas não se limitando, as despesas administrativas da Câmar tões de interesse geral da Companhia e "outros assuntos". O Conselho de Administração poderá deliberar, por unanimidade de seus membros, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia da reunião. **Parágrafo Segundo -** As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas em 01/11/2023 - Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 20 de outubro de 2023, às 7:00 horas, na sede da Biometano Verde Paulínia S.A., localizada na Cidade de São Paulo, por conferência de lefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 8º andar, Sala H, Torre Oeste, Centro Empresarial Nações Unidas, Brooklin Paulista, com todas as demais pessoas presentes à reunião. A participação e a votação remota ocorrerão mediante o envio de voto escrito ao presidente do Conselho CEP 04578-910 ("Companhia"). 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº de Administração da Companhia ou ao presidente da reunião, até o dia da referida reunião, via correio eletrônico (e-mail), carta registrada ou carta entregue 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social em mãos. Ainda, os conselheiros que não puderem comparecer a uma reunião do Conselho de Administração da Companhia poderão ser representados poi da Companhia, conforme as assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. 3. MESA: Os trabalhos foram presididos pelo outro conselheiro que não possa comparecer indique por escrito outro conselheiro para substituí-lo, o qual votará em nome do Sr. Sergio Silva, que convidou o Sr. Leonardo Roberto Pereira dos Santos para secretariá-los. 4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (ii) a criação do Conselho de Administração da será considerada regular a reunião do Conselho de Administração a que comparecerem todos os conselheiros. Artigo 23 - As reuniões do Conselho de Administração a que comparecerem todos os conselheiros. Artigo 23 - As reuniões do Conselho de Administração a que comparecerem todos os conselheiros. Artigo 23 - As reuniões do Conselho de Administração a que comparecerem todos os conselheiros. Artigo 23 - As reuniões do Conselho de Administração a que comparecerem todos os conselheiros. Artigo 23 - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração. O presidente das reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração a que comparecerem todos os conselheiros. Artigo 23 - As reuniões do Conselho de Administração a que comparecerem todos os conselheiros. Artigo 23 - As reuniões do Conselho de Administração a que comparecerem todos os conselheiros. Artigo 23 - As reuniões do Conselho de Administração a que comparecerem todos os conselheiros. Artigo 23 - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração a que comparecerem todos os conselheiros. Artigo 23 - As reuniões do Conselho de Administração a que comparecerem todos os conselheiros. Artigo 23 - As reuniões do Conselho de Administração a que comparecerem todos os conselho de Administração as que comparecerem todos os conselho de Administra segunda convocação, com a presença da maioria dos conselheiros. **Artigo 25 -** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos membros, exceto se previsto de forma distinta em lei ou no Acordo de Acionistas da Companhia ou no Artigo 26, §§1º e 2º, abaixo **Parágrafo Único -** O Presidente do Conselho de Administração não terá voto de desempate no caso de empate nas reuniões do Conselho. **Artigo 26** As seguintes matérias estarão sujeitas à deliberação em sede de reunião do Conselho de Administração: (i) aprovação, alteração ou revisão do plano de negócios e do orçamento anual; (ii) aprovação da compra ou venda, alienação ou outra forma de aquisição ou transferência de qualquer ativo da Companhia que tenha valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), exceto se já previsto no plano de negócios, no orçamento anual da Companhia, e/ou conforme o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia; (iii) endividamento ou operação financeira, inclusive qualquer contratação que envolva adiantamento de recursos ou qualquer forma de empréstimo, envolvendo valor anual superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ex pela Compass Comercialização S.A., da totalidade das novas ações emitidas pela Companhia e renunciam expressamente aos seus respectivos direitos ceto se já previsto no plano de negócios e/ou orçamento anual da Companhia; (iv) assunção de obrigações em benefício exclusivo de terceiros, concessão de preferência na subscrição de referidas ações. As novas ações emitidas farão jus em igualdade de condições com as ações já existentes a todos os beneicios, incluindo dividendos, juros sobre o capital próprio e eventuais remunerações de capital que vierem a ser declarados pela Companhia a partir desta renúncia a quaisquer direitos da Companhia fora do seu curso normal dos negócios; (v) aquisição de participação societária, exceto se já previsto no plano de negócios e/ou orçamento anual da Companhia; (iv) assunção de obrigações em benefício exclusivo de terceiros, concessão de garantias relacionadas a obrigações de terceiros (inclusive afiliadas da Companhia e dos seus Acionistas), doações e subvenções pela Companhia, ou renúncia a quaisquer direitos da Companhia fora do seu curso normal dos negócios; (v) aquisição de participação societária, exceto se já previsto no plano de negócios e/ou orçamento anual da Companhia; (iv) assunção de obrigações em benefício exclusivo de terceiros (inclusive afiliadas da Companhia; (iv) assunção de obrigações em benefício exclusivo de terceiros (inclusive afiliadas da Companhia; (iv) assunção de obrigações em benefício exclusivo de terceiros (inclusive afiliadas da Companhia; (iv) assunção de obrigações em benefício exclusivo de terceiros (inclusive afiliadas da Companhia; (iv) assunção de obrigações em benefício exclusivo de terceiros (inclusive afiliadas da Companhia; (iv) assunção de obrigações em benefício exclusivo de terceiros (inclusive afiliadas da Companhia; (iv) assunção de obrigações em benefício exclusivo de terceiros (inclusive afiliadas da Companhia; (iv) assunção de obrigações em benefício exclusivo de terceiros (inclusive afiliadas da Companhia; (iv) assunção de obriga de negócios e/ou no orçamento anual da Companhia; (vi) aprovação da assunção de qualquer obrigação de não concorrência ou de exclusividade pela Companhia, bem como rescisão ou alterações dos termos de referidos instrumentos; (vii) escolha e/ou destituição do auditor independente da Companhia exceto se este for uma big four, Grant Thornton ou BDO; e (viii) definição do voto da Companhia em assembleias gerais, reuniões ou assembleias de sócios ou o voto dos membros do conselho de administração indicados pela Companhia em quaisquer órgãos da administração ou comitês, de qualquer controlada da Companhia, se existentes, exclusivamente em relação às matérias previstas neste Artigo 27 ou no Artigo 15 deste Estatuto Social. Parágrafo Primeiro - Enquanto a acionista Orizon detiver participação acionária na Companhia igual ou superior a 33% (trinta e três por cento), a aprovação em reunião Conselho de Administração das matérias listadas nos itens (i) a (viii) do Artigo 26 acima dependerá do voto afirmativo do membro indicado pela Orizon. Parágrafo Segundo - Enquanto a Orizon detiver participação acionária na Companhia igual ou superior a 15% (quinze por cento) e inferior a 33% (trinta e três por cento), a aprovação em reunião do Conselho de Administração das matérias listadas nos itens (iv) e (vii) do Artigo 26 acima dependerá sempre do voto afin mativo membro indicado pela Orizon. Artigo 27 - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares, sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas designadas, conforme disposto no Acordo de Acionistas da Companhia, pelo Conselho de Administração. Ca-Carlos Broisler Oliver, brasileiro, casado, engenheiro mecanico, portador da Cádula de Identidade RG nº 7.565.525 (SSP/S)F), inscrito no CPF/MF sob o nº 011.574.848-24, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 4º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP 04538-132, ao cargo de membro do Conselho de Administração de Companhia; d. Sr. Jorge Rogério Elias, brasileiro, em união estabelecer normas aplicáveis à cada um dos comidés ou grupos de trabalho, incluindo regras sobre sua composição prazo, remuneração estabelecer normas aplicáveis à cada um dos comidés ou grupos de trabalho, incluindo regras sobre sua composição prazo, remuneração estabelecer normas aplicáveis à cada um dos comidés ou grupos de trabalho, incluindo regras sobre sua composição prazo, remuneração estabelecer normas aplicáveis à cada um dos comidés ou grupos de trabalho, incluindo regras sobre sua composição prazo, remuneração estabelecer normas aplicáveis à cada um dos comidés ou grupos de trabalho, incluindo regras sobre sua composição prazo, remuneração estabelecer normas aplicáveis à cada um dos comidés ou grupos de trabalho, incluindo regras sobre sua composição prazo, remuneração estabelecer normas aplicáveis à cada um dos comidés ou grupos de trabalho, incluindo regras sobre sua composição prazo, remuneração estabelecer normas aplicáveis à cada um dos comidés ou grupos de trabalho, incluindo regras sobre sua composição prazo, remuneração estabelecer normas aplicáveis à cada um dos comidés ou grupos de trabalho, incluindo regras sobre sua composição prazo, remuneração estabelecer normas aplicáveis à cada um dos comidés ou grupos de trabalho, incluindo regras sobre sua composição prazo, remuneração estabelecer normas aplicáveis à cada um dos comidés ou grupos de trabalho, incluindo regras sobre sua composição prazo estabelecer normas aplicáveis à cada um dos comidés ou grupos de trabalho, incluindo regras sobre sua composição prazo estabelecer normas aplicáveis à cada um dos comidés ou grupos de trabalh tação da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da Companhia, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fin 43.611.694-7-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 324.777.808-08, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, na Avenida nas socials, exceto aqueles que, por lei ou pelo presente Estatuto Social, dependam de prévia aprovação em Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. Nações Unidas, nº 12.901, Centro Empresarial Nações Unidas, 8º andar, Torre Oeste, Brooklin Paulista, CEP 04578- 910, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Os conselheiros ora eleitos tomam posse de seus respectivos termos de posse, atividades dos demais membros da Diretoria; (ii) promover estudos e definir a política de negócios da Companhia, com o correspondente delineamento das anexos à presente ata como **Anexo III**, lavrados no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, arquivado na sede da Companhia. diretrizes empresariais, jurídicas, corporativas e institucionais da Companhia; (iii) enviar ao Conselho de Administração relatórios mensais da Companhia. diretrizes empresariais, jurídicas, corporativas e institucionais da Companhia; (iii) enviar ao Conselho de Administração permanecerão em seus cargos até que seus substitutos sejam eleitos, a não ser que de outra forma seja decidipanhia; (iv) propor ao Conselho de Administração planos de desenvolvimento de todos os segmentos de negócios da Companhia; (v) elaborar e recomenda ao Conselho de Administração projetos de mudanças organizacionais quando necessários para os negócios da Companhia; (vi) coordenar matérias relaci artigo 147 da Lei das S.A. para a investidura como membros do Conselho de Administração da Companhia, não estando impedidos para o exercício de atiadade empresarial, bem como declaram não terem sido condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a administrar, dirigir e supervisionar a área de finanças da Companhia; (ii) dirigir e orientar a elaboração do orçamento anual da Companhia; (iii) organiza economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pronacriminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; e (iv) Consignar que gerir, dirigir, orientar e supervisionar as atividades das áreas financeiras e de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos; y (in) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente e/ou pelo Conselho de Administração Parágrafo Terceiro - O Diretor de Operações terá as seguintes competências: (i) fazer a gestão das atividades técnicas e operacionais da Companhia, ob servado o plano de negócios e o orcamento anual da Companhia: (ii) liderar e supervisionar as atividades de ordem técnicas e operacionais da planta: (iii) manter a segurança operacional dos ativos e colaboradores da Companhia; (iv) zelar pelas melhores práticas no desenvolvimento das atividades da Companhia; (v) avaliar e contratar, sempre em conjunto com os demais diretores, soluções tecnológicas para as operações da Companhia; (vi) supervisionar a atividades de manutenção dos ativos da Companhia; (vii) avaliar e contratar, sempre em conjunto com os demais diretores, contratos técnicos e operacionai da Companhia; e (viii) propor aos demais diretores, o plano de manutenção e investimentos da(s) planta(s). Artigo 30 - A Companhia será representada ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, por (i) 2 (dois) Diretores em conjunto; ou (ii) 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador em conjunto, nos limites descrito no Parágrafo Primeiro abaixo. Com relação às matérias descritas Artigo 29, a Companhia será necessariamente representada pelo diretor indicado no pará grafo pertinente em conjunto com um procurador ou outro diretor estatutário, conforme o caso. Parágrafo Primeiro - A Companhia poderá ser representad por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador em conjunto, nos termos do Artigo 30 acima, apenas com relação à prática de atos ou negócios jurídicos que envolvar valores iguais ou inferiores a, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, R\$300,000,00 (trezentos mil reais), Parágrafo Segui valores iguais ou interiores a, eni una unida operação de em un conjunto de operações relacionadas, 8,3500.000,00 (tezentos nin reals). Faragrato según do- A Companhía pode nomear procuradores, devendo o respectivo instrumento de mandato ser assinado por 2 (dois) Diretores. Os instrumentos de man dato deverão conter poderes específicos, sem a possibilidade de substabelecimento, e terão prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano, com ex PASS COMERCIALIZAÇÃO S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, ceção daqueles outorgados para representação da Companhia em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que poderão ter prazo de validade minado. Artigo 31 - Além das matérias previstas em lei, compete à Diretoria: (i) execução do plano de negócios da Companhia, bem como os trabalho que lhe forem determinados pelo Conselho de Administração; (ii) elaboração, anual, do orçamento anual para o ano subsequente e submissão à apreciação do Conselho de Administração da Companhia; (iii) elaboração, anual, do relatório de administração, bem como balancetes, se solicitados pelo conselho de nistração, as demonstrações financeiras exigidas pela lei aplicável e a proposta para destinação dos resultados do exercício da Companhia; e (iv) exe cução de todos os atos de gestão necessários à consecução dos objetivos sociais da Companhia, observando sempre o disposto no plano de negócios orçamento anual da Companhia e as aprovações necessárias pelo Conselho de Administração e pela assembleia geral, conforme o caso. Artigo 32- A Dire toria poderá reunir-se quando necessário aos interesses da Companhia, conforme requerido por qualquer diretor da Companhia. Parágrafo Primeiro Cada diretor terá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Diretoria. Parágrafo Segundo - As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidento O presidente das reuniões da Diretoria escolherá o secretário. Parágrafo Terceiro - As reuniões da Diretoria serão instaladas, em primeira convocação, cor a presença da totalidade dos Diretores e, em segunda convocação, mediante a presença da maioria dos seus membros. As deliberações da reunião serão a presença da totalidade dos Diretores e, em segunda convocação, mediante a presença da maioria dos seus membros. As deliberações da reunião serã tomadas por maioria de votos dos Diretores. SEÇÃO III CONSELHO FISCAL: Artigo 33 - O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros e o mesm número de suplentes, de acordo com os termos, condições e responsabilidades determinadas na legislação aplicável e no Acordo de Acionistas da Compenhia. Parágrafo Único - O Conselho Fiscal não funcionará de forma permanente e será instalado de acordo com a Lei das S.A., o Acordo de Acionistas pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. CAPÍTULO V - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS: Artigo 34 - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. Parágrafo Primeiro - Ao fim de cad exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia, observada a lei aplicável. Parágrafo Segundo - A Companhia, me diante deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, respeitando o disposto no art. 204 da Lei das S.A. Parágrafo Terceiro - A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Parágrafo Quarto - Observados os limites legais, o Conselho de Administração, poderá declarar o pagamento de juros sobre capita próprio, com base na legislação aplicável. Parágrafo Quinto - Os dividendos intermediários e intercalares e os juros sobre o capital próprio declarados não serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Artigo 36 abaixo. Artigo 35 - Caberá à Assembleia Geral, constituídas a reserva legal e outras reservas cuia constituição for deliberada em Assembleia Geral, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos obrigatórios correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., exceto quando a situação econômica e/ou financeira da Companhia foi incompatível com tal distribuição, mediante deliberação da Assembleia Geral CAPÍTULO VI LIQUIDAÇÃO: Artigo 36 - A Companhia será dissolvida e liquidada nos casos previstos na lei aplicável. A Assembleia Geral poderá estabe lecer a forma de liquidação, indicar o liquidante ou liquidante o e aprovar a sua remuneração e, mediante requerimento dos acionistas, nos termos da Lei das S.A., solicitar a instauração do Conselho Fiscal durante o período de liquidação, obedecidas as formalidades legais. CAPÍTULO VII ACORDO DE ACIONIS: convocação, com a presença de todos Acionistas e, em segunda convocação, com a presença de Acionistas representando a maioria do capital social da Companhia, exceto se de outra forma previsto em lei. Artigo 13 - Será permitida a participação em Assembleia Geral por meio de teleconferência, videocon-SIÇÕES GERAIS: Artigo 38 - Quaisquer casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com a Lei das S.A. can a presença de todos Acionistas arquivado na sede da Companhia. CAPÍTULO VIII DISPO-Companhia, exceto se de outra forma previsto em lei. Artigo 13 - Será permitida a participação em Assembleia Geral e regulados de acordo com a Lei das S.A. can a presença de todos Acionistas arquivado na sede da Companhia. CAPÍTULO VIII DISPO-Companhia, exceto se de outra forma previsto em lei. Artigo 13 - Será permitida a participação em Assembleia Geral e regulados de acordo com a Lei das S.A. can a presença de todos Acionistas arquivado na sede da Companhia. SIÇÕES GERAIS: Artigo 38 - Quaisquer casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com a Lei das S.A. com o Acordo de Acionistas da Companhia. CAPÍTULO IX - LEI APLICÁVEL E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: Artigo 39 - Este Estatuto Social será regid e interpretado de acordo com as leis do Brasil, independentemente de suas disposições sobre conflitos de leis. Artigo 40 - Observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia, todo e qualquer conflito relacionado a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, relacionada com ou oriunda, da sua condição de acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrente das disposições contidas na Lei das S.A., neste Estatuto Social, bem como demais normais aplicáveis à Companhia ("<u>Disputa"</u>), deverá ser resolvido po arbitragem a ser administrada pelo escritório de São Paulo da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional ("<u>Câmara Arbitral</u>" composto por 3 (três) árbitros, 1 (um) a ser indicado pela(s) requerente(s), 1 (um) pela(s) requerida(s) e o terceiro árbitro, que presidirá o tribunal arbitral deverá ser nomeado conjuntamente pelos 2 (dois) árbitros indicados pelas partes da arbitragem. Caso as partes da arbitragem deixem de indicar um árbitro ou se os 2 (dois) árbitros indicados pelas partes deixem de acordar na indicação do terceiro árbitro no prazo estabelecido pela Câmara Arbitral, as indicações faltantes deverão ser feitas pela Câmara Arbitral, de acordo com as Regras. Parágrafo Segundo - Em caso de uma arbitragem envolvendo 3 (três) ou mai partes que não podem ser fixadas em um grupo de requerentes, tampouco em um grupo de requeridas, ou caso as partes que estão agrupadas como reque rentes ou requeridas deixem de acordar na indicação de um árbitro, todas as partes da arbitragem deverão indicar conjuntamente 2 (dois) árbitros no prazde 15 (quinze) días após o recebimento da última notificação da Câmara Arbitral nesse sentido. O terceiro árbitro, que presidirá o tribunal arbitral, deverá se nomeado conjuntamente pelos 2 (dois) árbitros indicados pelas partes da arbitragem dentro de 15 (quinze) dias após a confirmação do último árbitro ou, se não for possível por qualquer motivo, pela Câmara Arbitral, de acordo com as Regras. Se as partes da arbitragem deixarem de indicar os árbitros, todos o ibros do tribunal arbitral deverão ser nomeados pela Câmara Arbitral, de acordo com as Regras, a qual deverá designar 1 (um) deles para presidir o tr bunal arbitral. Parágrafo Terceiro - A sede da arbitragem será na Cidade de São Paulo, Brasil, e o idioma do processo arbitral será o português. Pará serão finais e vinculativas para as partes da arbitragem, bem como seus sucessores a qualquer título. Parágrafo Quinto - Antes da constituição do tr aplicáveis, poderão ser requeridas ou ajuizadas, por opção da parte interessada, (i) nos foros com jurisdição sobre as partes, a Companhia e/ou seu ativos; ou (ii) no foro central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. Quanto às demais medidas judiciais existentes nos termos da Lei n 9.307/1996, o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, terá jurisdição exclusiva. O requerimento de qualquer medida judicial existen nos termos da Lei nº 9.307/1996 não poderá ser interpretado como uma renúncia aos direitos resguardados por esta cláusula compromissória ou com uma renúncia da arbitragem como o único mecanismo de resolução de Disputa. Parágrafo Sétimo - O procedimento arbitral (incluindo, mas não se l mitando a, sua existência, alegações das partes, declarações de terceiros, provas e documentos apresentados, bem como quaisquer decisões proferida

simultâneos com base neste ou em qualquer outro instrumento relacionado, se (i) as convenções de arbitragem forem compatíveis; e (ii) a consolidação não for causar prejuízo a qualquer uma das partes da arbitragem. A jurisdição para a consolidação caberá ao primeiro tribunal arbitral constituído, e sua

honorários dos árbitros, honorários de peritos independentes, e honorários advocatícios contratuais razoáveis. JUCESP nº 424.287/23-

Jornal O DIA SP

Página 8 Nacional Terça-feira, 12 de dezembro de 2023 Governo destina R\$ 1 bi para ações à população em situação de rua

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, na segunda-feira (11), o Plano Ruas Visíveis -Pelo Direito ao Futuro da População em Situação de Rua. A medida promove a efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua e tem investimento inicial de R\$ 982 milhões.

Em cerimônia no Palácio do Planalto, Lula destacou a necessidade de iniciativas governamentais para apoio a essa população e para dar visibilidade sobre seus direitos.

Para o presidente, a população deve estar comprometida em eleger governantes preocupados também com as questões sociais. "Quando é que a gente vai convencer a humanidade que nós nascemos pra viver em comunidade, nós não nascemos para viver individualmente, cada um vivendo do jeito que pode. A Constituição diz que todos têm direitos elementares, está lá no fundamento do artigo que cuida da questão social; a Declaração dos Direitos Humanos diz, e por que a gente não consegue fazer? A gente não consegue fazer porque essa conquista que nós estamos tendo aqui hoje está ligada a uma palavra chamada democracia, está ligada a uma palavra chamada compromisso", destacou.

O lançamento ocorre em meio às celebrações dos 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, completados no domingo (10), e atende a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF). O governo ressaltou que as ações para a população em situação de rua integram as prioridades do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania desde o início da gestão, antes mesmo de decisão do ministro do STF, Alexandre de Moraes, em agosto deste ano, no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976. AADPF foi iniciada no ano passado questionando a efetiva implementação da política nacional, instituída em 2009.

O Plano Ruas Visíveis contempla 99 ações que serão desenvolvidas a partir de sete eixos: assistência social e segurança alimentar; saúde; violência institucional; cidadania, educação e cultura; habitação; trabalho e renda; e produção e gestão de dados. A articulação envolve 11 ministérios, em parceria com governos estaduais e municipais e em diálogo com os movimentos sociais e outros órgão e instâncias representativas.

Segundo o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, mais de 221 mil pessoas vivem em situação de rua no país. "São pessoas, inclusive crianças, que vivem na pobreza extrema, submetidas a intensa vulnerabilidade, expostas a todo tipo de violência", disse, explicando que o Plano Ruas Visíveis demonstra o compromisso do governo federal em transformar as promessas que estão na Declaração Universal dos Direitos Humanos em realidade.

A comemoração do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos data no Palácio do Planalto envolveu o anúncio de outras iniciativas, como a regulamentação da Lei Padre Júlio Lancellotti, a instituição de um grupo de trabalho para a produção de informações sobre população em situação de rua; a instituição do Programa Nacional Moradia Cidadã; e o lançamento oficial do Observatório Nacional dos Direitos Humanos (Observa-DH), instituído em setembro.

A Lei Padre Júlio Lancellotti proíbe a chamada arquitetura hostil em espaço público, como a construção ou a instalação de estruturas para dificultar o acesso de moradores em situação de rua. Aprovada pelos parlamentares no ano passado, a lei foi vetada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, mas o veto foi derrubado pelo Congresso e a lei foi promulgada.

O nome da lei é uma referência ao religioso padre Júlio Lancellotti, que, desde 1986, promove trabalhos sociais voltados principalmente para a população em situação de rua na cidade de São Paulo. Coordenador da Pastoral do Povo de Rua, Lancellotti viralizou ao utilizar uma marreta para remover pedras pontiagudas que haviam sido instaladas pela Prefeitura de São Paulo em um viaduto na cidade, para evitar que o local fosse utilizado como abrigo pela população em situação de rua.

Presente na cerimônia no Palácio do Planato, padre Júlio exaltou a recriação de políticas públicas para grupos que foram invisibilizados nos últimos anos. "Nós lutamos muito para te eleger, presidente, para que o senhor, voltando ao Palácio do Planalto, os pobres, os moradores de rua, as mulheres, os LGBT, os indígenas, as religiões de matriz africana, os sem religião, os que lutam pela dignidade humana pudessem voltar a esse palácio. E o povo da rua, estando nesse palácio, não vai ter nenhum arranhão no patrimônio público, porque nós vamos conservar aquilo que é nosso e é do povo da rua também", disse, em referência aos ataques à sedes dos Três Poderes, em Brasília, em 8 de janeiro.

O primeiro dos sete eixos prioritários do Plano Ruas Visíveis trata da assistência social e segurança alimentar e deve ter investimentos de R\$ 575,7 milhões. Entre as iniciativas, está a manutenção do cofinanciamento aos estados e municípios, na forma de repasses praticados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) aos estados e municípios para serviços específicos para pessoas em situação de rua, na forma pactuada.

Também integram as ações a ampliação e o fortalecimento de serviços de atendimento e acompanhamento à população em situação de rua; pessoas em situação de rua como prioritárias no Plano Brasil sem Fome; a implementação de Cozinhas Solidárias; o repasse de alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para as cozinhas comunitárias; e a retomada das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

No eixo da saúde, os investimentos iniciais são de R\$ 304,1 milhões. Entre as iniciativas estão o aprimoramento do atendimento em saúde; a formação de cinco mil profissionais que atuam no cuidado às pessoas em situação de rua; a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População em Situação de Rua; o fortalecimento de equipes de Consultório na Rua; e a rearticulação do Comitê Técnico de Saúde da População em Situação de Rua.

Também integra o plano a orientação das maternidades e hospitais da rede de atenção materno-infantil para atendimento das pessoas em situação de rua no ciclo gravídico-puerperal com ênfase na proteção e promoção do direito de estabelecimento de vínculos gestante-bebê.

Ainda, haverá a ampliação das unidades de acolhimento para pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no componente de atenção residencial de caráter transitório da Rede de Atenção Psicossocial, com formação específica dos trabalhadores para atendimento à população em situação de rua. A meta é de 52 novas unidades ao ano.

Investimentos de R\$ 56 milhões serão destinados ao combate à violência institucional. "A população em situação de rua é um grupo social que sofre com o preconceito e estigmatização por parte da sociedade, sendo comuça pública", explicou o governo, em comunicado.

Nesse sentido, o objetivo das ações nesse eixo é de estabelecer um conjunto de medidas legais e políticas públicas para coibir as diversas formas de violência institucional e garantir uma atuação humanizada do Estado junto a essa população, "historicamente excluída e violada em seus direitos".

As ações propostas contemplam o fomento a Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social (CAIS); protocolo para proteção da população em situação de rua e enfrentamento à violência institucional; formação de agentes de segurança pública e justiça; formação de profissionais que atuam na Política Nacional sobre Drogas; criação de canal de denúncias no Disque 100 -Disque Direitos Humanos; guia para atendimento à população em situação de rua; campanha educativa sobre aporofobia (ódio ou aversão aos pobres), direito à cidade e direitos da população em situação de rua.

Uma estratégia interministerial de proteção a pessoas que usam drogas em territórios vulnerabilizados completa as ações.

Nesse eixo, R\$ 41,1 milhões serão destinados para políticas públicas com foco em garantia de direitos, superação das vulnerabilidades e promoção da cidadania efetiva da população em situação de rua, bem como promover o enfrentamento a toda discriminação e violação de direitos.

Estão incluídas ações no âmbito do Programa Pontos de Apoio da Rua (PAR), que abrangem locais com oferta de serviços como lavanderia, banheiros, bebedouros e bagageiros; casas de acolhimento de pessoas LGB-TQIA+; Operação Inverno Acolhedor; mutirões para regularização de documentação civil e acesso a benefícios; edital de fomento a iniciativas comunitárias de promoção de cidadania, com foco em justiça racial; participação social e inclusão nas políticas públicas culturais.

Completam as ações a indução à destinação de recurso para fomento a iniciativas culturais; a disponibilização de vagas para população em situação de rua no mente associada à desordem, cri-minalidade e ameaça à seguran-Pacto pela Alfabetização, via edu-cação popular; e a educação pro-ObservaDH. (Agencia Brasil)

Sucesso da COP depende

de texto sobre combustível

fissional para mulheres.

"Para a população em situação de rua, a habitação não é apenas uma necessidade básica, mas também um instrumento de promoção da autonomia e de integração social. É fundamental que as políticas públicas de habitação reconheçam e atendam às especificidades da população em situação de rua, garantindo o direito à moradia como um direito humano inalienável", afirmou o governo. Os investimentos iniciais nesse eixo são de R\$ 3,7 mi-

As ações propostas contemplam o acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida; a destinação de imóveis da União; e o projeto-piloto do Programa Moradia Cidadã, com disponibilização de 150 unidades habitacionais, com prioridade para famílias com crianças e mulheres gestantes.

Nesse eixo, serão investidos R\$ 1,2 milhão com o objetivo de fomentar o cooperativismo e associativismo; a realização de oficinas para incubação de empreendimentos econômicos solidários; elaboração de 15 planos de comercialização de produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários constituídos com população em situação de rua; constituição de espaços e estruturas de produção e comercialização dos produtos de economia solidária; medidas para qualificação profissional; e medidas de indução para empregabilidade via setor privado.

O governo destaca ainda que, historicamente, a população em situação de rua tem sido invisibilizada nas estatísticas oficiais, dificultando a elaboração de programas e ações que considerem suas especificidades. Nesse sentido, serão investidos R\$ 155,9 mil em ações para subsidiar com dados e evidências a formulação e o monitoramento de programas, serviços e ações intersetoriais.

Entre as ações propostas, estão a produção e análise de dados sobre pessoas em situação de rua no Cadastro Único; o Censo Nacional da População em Situação de Rua; a produção de dados relacionados a acesso a políticas e programas sociais, bem como sobre saúde e violência; o painel de informações com dados da popula-

Rankings destacam universidades do Paraná entre as mais sustentáveis do mundo

foi reconhecido nesta semana entre os mais sustentaveis do mundo em dois rankings internacionais. Os resultados do UI GreenMetric World University Ranking 2023 e do QS Sustainability University Ranking 2024 destacam a Universidade Estadual de Maringá (UEM) em primeiro lugar no Estado no desenvolvimento de ações para a sustentabilidade ambiental e pesquisas relacionadas ao tema. Os rankings também destacam as universidades estaduais do Norte do Paraná (UENP) e de Londrina (UEL), respectivamente.

Promovido pela Universidade da Indonésia (UI), o GreenMetric 2023 foi divulgado na 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP28), que acontece até esta terça-feira (12), em Dubai, nos Emirados Arabes Unidos. Essa avaliação universitária considera 39 indicadores e seis critérios: ambiente e infraestrutura, energia e mudanças climáticas, resíduos, água, transporte e educação.

A UEM e a UENP figuram em 16° e 30° lugar nacional do ranking entre 43 universidades do Brasil avaliadas. No mundo, as duas estaduais paranaenses estão nas posições 499 e 762, entre 1.183 instituições de 85 países.

A Quacquarelli Symonds (QS), consultoria britânica especializada em análises universitárias mundiais, é a responsável pelo QS Sustainability 2024. Esse levantamento avalia o desempenho institucional em três grupos de indicadores: impacto ambiental, impacto social e governança. Os critérios consideram empregabilidade de estudantes, igualdade social e de gênero, transferência de conhecimento, inserção de temas sobre sustentabilidade no ensino, comprometimento ambiental da instituição e pesquisas no campo da sustentabilidade.

Nessa classificação, que está na segunda edição, o Paraná é segundo estado com o ensino superior mais sustentável do Brasil, atrás somente de São Paulo e empatado com Minas Gerais. A UEM e a UEL aparecem em 13° e

O ensino superior do Paraná 17º lugar nacional das 34 univer- correto de pilhas e baterias, trasidades brasileiras avaliadas. Na America Latina, as instituições figuram como 36ª e 43ª mais bem avaliadas entre 101 universidades. No mundo, as duas instituições ligadas ao Governo do Paraná estão nas faixas 801-820 e 961-980 num grupo de 1.403 universidades.

Entre 2020 e 2023, pesquisadores da UEM publicaram 2.520 artigos científicos relacionados à sustentabilidade, resultado que contribui diretamente para elevar a vantagem da estadual paranaense perante outras universidades públicas e privadas de todo o Brasil.

O reitor da UEM, professor Leandro Vanalli, destaca o papel das universidades na promoção da sustentabilidade. "A conscientização sobre a importância da sustentabilidade no meio acadêmico é essencial, pois quando as pessoas compreendem a importância de proteger o meio ambiente se tornam mais propensas às mudanças de comportamento", afirma. "Esse reconhecimento nos rankings internacionais reflete o compromisso institucional da UEM com medidas e práticas de sustentabilidade que contribuem para a preservação ambiental e para um futuro mais sustentável para todos".

As universidades estaduais do Paraná desenvolvem uma série de iniciativas no campo da sustentabilidade que contribuem para os resultados alcançados nos rankings internacionais. As instituições contam com programas para a redução da emissão dos gases de efeito estufa, a partir da produção de energia renovável, do tratamento de resíduos orgânicos, da coleta seletiva e do incentivo à utilização de meios de transporte não poluentes.

Na UEM, os 70 cursos de graduação incluem sustentabilidade nos conteúdos de ensino, sendo Engenharia Ambiental e Tecnologia em Meio Ambiente específicos da área, além de um curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade. A instituição também incentiva a gestão de resíduos, separação de materiais recicláveis, descarte

tamento de materiais orgânicos e destinação correta de produtos

O programa UEM Recicla promove orientação para cidadãos e comunidade universitária sobre responsabilidade ambiental, como separação de resíduos, substituição de copos descartáveis e economia de papel em atividades administrativas. Atualmente, 95% das instalações do câmpus-sede são equipadas com lâmpadas eficientes e as máquinas de ar-condicionado estão sendo substituídas pelo tipo inverter, uma tecnologia que reduz o consumo energético.

A UENP conta com uma assessoria de gestão de políticas de sustentabilidade vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento e Avaliação. Um dos projetos, denominado UENP Sustentável, atua para reduzir o impacto ambiental e preservar os recursos naturais. Entre as ações propostas, estão o fim do uso de copos descartáveis e coleta seletiva solidária, que destina material coletado nos campus para cooperativas e associações de catadores de resíduos recicláveis

Entre 2019 e 2020, a UEL e a UEM foram as primeiras universidades da rede estadual a implantar usinas fotovoltaicas nos câmpus universitários. Juntas, as duas instituições somam uma estrutura de 2.460 módulos de placas solares instalados em uma área de 4,8 mil metros quadrados.

Na UEL, o sistema de captação de incidência solar assegura uma produção de 489,6 megawatt-hora, com capacidade para gerar energia suficiente para manter aproximadamente 250 residências médias pelo período de um ano.

Na UEM, o sistema representa até 10% do consumo anual do câmpus-sede, o que equivale a uma economia de R\$ 200 mil. Essa produção poderia abastecer cerca de 300 residências com consumo médio de 200 quilowatt-hora por mês, ao longo de 12 meses. Essa energia gerada pelos painéis solares é distribuída e consumida entre nove blocos acadêmicos. (AENPR)

fóssil, diz Marina

Como o uso dos combustíveis fósseis é a principal causa da crise climática, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, defendeu na segunda-feira (11) que o sucesso Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023 (COP28) depende do texto final sobre o futuro desses combustíveis. A previsão é que o documento final da COP28 seja aprovado na terça-feira (12).

"A métrica de sucesso dessa COP vai depender da linguagem em relação aos combustíveis fósseis. Qualquer resultado que se tenha aqui que não considere uma linguagem clara em relação a essa questão no sentido de viabilizar os meios para acelerar cada vez mais as energias renováveis e, de forma justa, os meios para tirar o pé do acelerador dos combustíveis fósseis", destacou a ministra, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.

A delegação brasileira tem defendido que o texto final da COP28 seja compatível com a meta de limitar o aquecimento da terra a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Assim, o Brasil rejeita a outra meta possível definida pelo Acordo de Paris, que cita uma temperatura "bem abaixo dos 2°C".

O Brasil também tem defendido que os países desenvolvidos devem liderar os esforços para reduzir a dependência que as economias têm do petróleo, carvão e gás. "Os países desenvolvidos devem liderar esse processo e os países em desenvolvimento, sobretudo os mais vulneráveis, precisarão de apoio e de meios de implementação para poder fazer essa transição",

acrescentou.

O terceiro rascunho do texto da COP divulgado na segundafeira (11) excluiu a previsão de "eliminação" dos combustíveis fósseis e colocou no lugar a previsão de "substituição" dos fósseis por renováveis. A mudança ocorreu em meio a uma disputa entre os países pela linguagem que deve ser adotada no documento final.

O documento preliminar divulgado hoje também prevê uma responsabilidade maior para os países desenvolvidos, responsáveis históricos pela maior parte dos gases do efeito estufa. Estudo da Oxfam revelou que a parcela 1% mais rica da população mundial emite a mesma quantidade de dióxido de carbono (CO2), um dos principais gases do efeito estufa, que os 66% da população pobre global.

Marina Silva destacou ainda que, pela primeira vez desde 1992. quando ocorreu a primeira COP no Rio de Janeiro, o tema dos combustíveis fósseis está sendo diretamente tratado por uma Conferência do Clima.

"Ela terá que ser internalizada aqui (em Dubai), com certeza metabolizada a partir daqui para chegarmos em 2030 com todos esses temas devidamente assimilados para termos uma resposta à altura em termos das nossas ambições", destacou. Em 2025, o Brasil deve sediar a COP30, em Belém. A COP de 2025 é considerada mais importante porque ela prever a redefinição das metas estipuladas a partir do Acordo de Paris de 2015.

A ministra Marina defendeu

ainda que, uma vez incluído o tema dos combustíveis fósseis no documento final de Dubai, seja criado um grupo de trabalho para elaborar as medidas que devem ser tomadas para aumentar o consumo de energias renováveis e reduzir as energias fósseis. "Temos discutido essa questão, já conversamos sobre ela com alguns países e vamos ver como as coisas podem evoluir", acres-

O embaixador André Corrêa do Lago, que compõe a delegação brasileira em Dubai, destacou que o que for proposto pela COP28 sobre combustíveis fósseis deve ser adotado de forma diferenciada por cada nação.

"Nessa área de energia já foi acordado que cada país terá a sua transição de acordo com as suas circunstâncias. Então, você vai ter um leque de coisas que você pode fazer, e dentro desse leque, cada país vai ver o que julga ser melhor", explicou.

Os gases do efeito estufa lançados na atmosfera vêm aumentando a temperatura do planeta desde a Revolução Industrial (séculos 18 e 19), principalmente por meio da queima de combustíveis fósseis, o que impulsiona a atual crise climática, marcada por eventos extremos, como o calor excessivo, as secas prolongadas e as chuvas intensas.

No Acordo de Paris, em 2015, 195 países se comprometeram a combater o aquecimento global "em bem menos de 2° C acima dos níveis pré-industriais", buscando preferencialmente limitá-lo a 1,5°C acima dos níveis antes da revolução industrial. (Agencia Brasil)